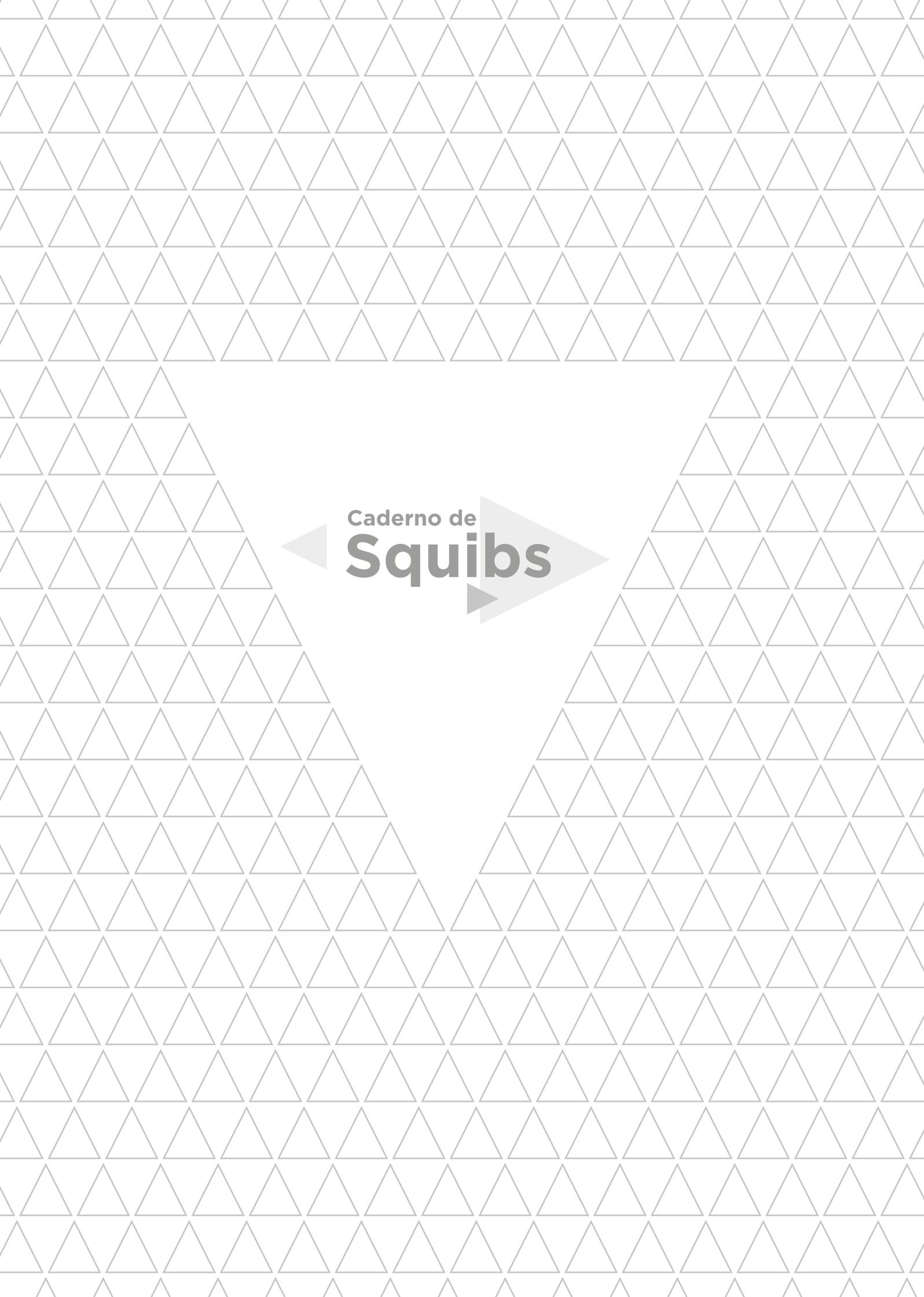




Caderno de
Squibs

TEMAS EM ESTUDOS FORMAIS DA
LINGUAGEM

V. 4 - N. 1 - 2018



Caderno de
Squibs

ORGANIZADORES

Paulo Medeiros Júnior
Universidade de Brasília

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho
Universidade de Brasília

Helena da Silva Guerra Vicente
Universidade de Brasília

Elisabete Luciana Morais Ferreira
Universidade de Brasília

Arion de Souza Cruz
Universidade de Brasília

CONSELHO EDITORIAL

Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles
Universidade de Brasília

Rozana Reigota Naves
Universidade de Brasília

Helena da Silva Guerra Vicente
Universidade de Brasília

Eloisa Nascimento Silva Pilati
Universidade de Brasília

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho
Universidade de Brasília

Paulo Medeiros Júnior
Universidade de Brasília

Paula Guedes Baron
Universidade de Brasília

Elisabete Luciana Morais Ferreira
Universidade de Brasília

Bruna Elisa da Costa Moreira
Universidade de Brasília (egressa)

Cristiany Fernandes da Silva
Universidade de Brasília (egressa)

APOIO

Laboratório de Estudos Formais da Gramática – LEFOG
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL



Universidade de Brasília

CONSELHO CIENTÍFICO

Aroldo Leal de Andrade

Universidade Federal de Minas Gerais

Marina Rosa Ana Augusto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Indaiá de Santana Bassani

Universidade Federal de São Paulo

Simone Lúcia Guesser

Universidade Federal de Roraima

Ana Paula Quadros Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Suzi de Oliveira Lima

University of Toronto

Telma Moreira Vianna Magalhães

Universidade Federal de Alagoas

Rafael Dias Minussi

Universidade Federal de São Paulo

José Ferrari Neto

Universidade Federal da Paraíba

Roberta Pires de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina

Gabriel de Avila Othero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sandra Quarezemin

Universidade Federal de Santa Catarina

Núbia Saraiva Ferreira Rech

Universidade Federal de Santa Catarina

Marcelo Amorim Sibaldo

Universidade Federal de Pernambuco

Claudia Roberta Tavares Silva

Universidade Federal de Pernambuco

André Luis Antonelli

Universidade Estadual de Maringá

Julio William Curvelo Barbosa

Universidade Estadual do Paraná

Fábio Bonfim Duarte

Universidade Federal de Minas Gerais

Andrew Nevins

Universidade Federal do Rio de Janeiro
University College London

Andrea Knöpfle

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho

Universidade de Brasília

Alessandro Boechat de Medeiros

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Bruna Elisa da Costa Moreira

Jairo Morais Nunes

Universidade de São Paulo

Déborah de Mendonça Oliveira

Universidade Católica de Brasília

Lilian Coelho Pires

Univ. do Estado de Santa Catarina

Poliana Camargo Rabelo

Ana Paula Scher

Universidade de São Paulo

Maria Cristina Figueiredo Silva

Universidade Federal do Paraná

Keli Cristiane Eugênio Souto

Universidade Estadual de Montes Claros

Zenaide Dias Teixeira

Universidade Estadual de Goiás

Thiago Costa Chacon

Universidade de Brasília

Aveliny Montovan Lima

Universidade de Brasília

Ezekiel J. Panitz

Universidade de São Paulo

Leonor Simioni

Universidade Federal do Pampa

Cilene Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Patricia de Araujo Rodrigues

Universidade Federal do Paraná

Helena da Silva Guerra Vicente

Universidade de Brasília

Rerisson Cavalcante de Araújo

Universidade Federal da Bahia

Eloisa Nascimento Silva Pilati

Universidade de Brasília

Carlos Felipe da Conceição Pinto

Universidade Federal da Bahia

Lara Frutos González

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Rozana Reigota Naves

Universidade de Brasília

Teresa Cristina Wachowicz

Universidade Federal do Paraná

Virgínia Andrea Garrido Meirelles

Universidade de Brasília

Esmeralda Vailati Negrão

Universidade de São Paulo

Heloisa Maria M. Lima de Almeida Salles

Universidade de Brasília

Maria José Gnatta Dalcuche Foltran

Universidade Federal do Paraná

Roberlei Alves Bertucci

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Marcos Barbosa Carreira

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Eneida de Goes Leal

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

Universidade Estadual de Campinas

Luisandro Mendes de Souza

Universidade Federal do Paraná

Luciana Sanchez Mendes

Universidade Federal Fluminense

Paulo Medeiros Júnior

Universidade de Brasília

LEITURA E PREPARAÇÃO DOS MANUSCRITOS

Elisabete Luciana Morais Ferreira

Arion de Souza Cruz

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Rodrigo Araújo

Linguística. UnB. Caderno de *Squibs*: temas em estudos formais da linguagem. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Laboratório de Estudos Formais da Gramática (LEFOG).
Vol.4, N.1 (jun. 2018). Brasília, DF: Universidade de Brasília.
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas.
Semestral. 2015.

ISSN: 2447-1372 (VERSÃO ON-LINE)

CDD 410
CDU 81



SUMÁRIO

8 **NOTA INICIAL**

10 **APRESENTAÇÃO**

SEÇÃO HOMENAGEM

14 **SINTAXE FORMAL E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
UM EXEMPLO DE SEU RELACIONAMENTO**

Lucia Maria Pinheiro Lobato

SQUIBS CONVIDADOS

28 **A CONEXÃO DISCURSIVA E A MANIFESTAÇÃO DE SUJEITO
PRONOMINAL E NULO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Gabriel de Ávila Othero
Mônica Rigo Ayres
Melissa Giovana Lazzari

35 **PRO É O SUJEITO NULO EM (ALGUMAS) SENTENÇAS DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO
DAS IMPESSOAIS NULAS MODALIZADAS**

Janayna Carvalho

SQUIBS

46 **NOTAS SOBRE MOVIMENTO DO VERBO, MORFOLOGIA DE
CONCORDÂNCIA E SINTAXE DO SUJEITO**

Humberto Borges

59 **SINTAGMAS NOMINAIS NO KAIOWÁ (TUPÍ-GUARANÍ):
EXPRESSÃO DE NÚMERO E (IN)DEFINITUDE**

Daiane Ramires
Helena Guerra Vicente

73 **REDOBRO DA NEGAÇÃO PÓS-VERBAL E
DESLOCAMENTO À DIREITA**

Rerisson Cavalcante

88 **ANÁLISE FORMAL DE NUMERAIS: PERSPECTIVAS
PARA UMA ANÁLISE MINIMALISTA**

Juliana Vignado Nascimento



NOTA INICIAL



NOTA INICIAL

OTA

ICIAL

SOBRE O TERMO *SQUIB* EM LINGUÍSTICA POR MARCUS LUNGUINHO

O termo *squib*, tal qual se conhece em Linguística, é uma criação atribuída ao linguista John Robert Ross e se refere a um gênero textual que ficou popular a partir dos anos 1960 com a revista *Linguistic Inquiry*, que teve Ross como um dos primeiros responsáveis pela seção destinada justamente à publicação desse tipo de textos, denominada *Squibs and Discussion*.¹

Como um gênero textual, o *squib* apresenta características específicas tanto de forma quanto de conteúdo. No que se refere à forma, um *squib* é um texto curto, cuja extensão é medida em termos de páginas ou de número de palavras a depender do periódico. Por exemplo, na revista *Linguistic Inquiry*, o manuscrito de um *squib* não pode ultrapassar doze páginas escritas em espaço duplo.² Já na revista brasileira D.E.L.T.A. (Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada), o manuscrito de um *squib* deve ter extensão máxima de 6000 palavras.³

No que se refere ao conteúdo, um *squib* é um texto que aborda questões pontuais, tanto de natureza teórica quanto empírica. Do ponto de vista teórico, um *squib* pode trazer uma reflexão crítica sobre aspectos internos de uma teoria, tais como inconsistências internas, pressupostos que não estão apresentados de maneira explícita ou que precisam ser incorporados de modo a que essa teoria possa fazer as previsões corretas e/ou desejáveis. Já do ponto de vista empírico, um *squib* pode apresentar um conjunto de dados que servem para confirmar as previsões de uma teoria ou que se configuram como problemas para essa teoria. Os problemas apontados no *squib* podem ou não ser resolvidos. Além dessas questões teóricas e empíricas, um *squib* também pode servir para trazer à luz para a comunidade científica uma literatura pouco conhecida ou esquecida, em que questões importantes ou dados relevantes são discutidos. Em resumo, a função de um *squib* é fomentar a pesquisa ou apresentar observações teóricas que são de interesse para a pesquisa.⁴

1 Segundo o que se apresenta em: <https://www.ucl.ac.uk/pals/research/linguistics/li-squibs>. Nessa página, o leitor pode ainda ter acesso a um depoimento do próprio Ross acerca da etimologia da palavra *squib*.

2 De acordo com as orientações que se encontram em: <http://www.mitpressjournals.org/page/sub/ling>.

3 Conforme se lê nas orientações constantes em: <http://www.scielo.br/revistas/delta/iinstruc.htm>.

4 As informações deste parágrafo são, em grande parte, baseadas em: <http://www.ledonline.it/snippets/>.



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A
Ç
Ã
O



É com prazer que o **Caderno de *Squibs*: Temas em estudos formais da linguagem**, sob a coordenação do Laboratório de Estudos Formais da Gramática da Universidade de Brasília (LEFOG/UnB), publica sua mais nova edição, retroativamente: o volume 4 é referente ao ano de 2018, mas está sendo publicado somente agora, em 2020. O objetivo da publicação é promover trabalhos na área de Linguística Formal que abordem questões relativas às línguas e à linguagem. Neste novo número, apresentamos ao público sete textos: um texto na *Seção Homenagem*, escrito por Lucia Lobato e relativo a uma conferência proferida na UFG na década de 80; dois *squibs* na seção *Squibs Convidados*; e quatro textos na seção *Squibs*.

O texto de Lucia Lobato, intitulado **Sintaxe formal e ensino de língua portuguesa: um exemplo de seu relacionamento**, abre esta edição na *Seção Homenagem* e enfoca a relação entre sintaxe formal e ensino de língua portuguesa. A autora parte da análise de verbos auxiliares para argumentar que a gramática escolar não pode estar sujeita a modismos teóricos e para refletir sobre a contribuição da Linguística formal ao ensino. A autora é categórica em afirmar que determinadas questões puramente concernentes ao tratamento formal da língua, especificamente os resultados da pesquisa científica ainda não suficientemente comprovados e ainda sujeitos a dúvida, não devem ser trazidas para a sala de aula, e explica que tipo de diálogo deve haver entre Linguística e ensino para que se chegue à melhoria deste último. Embora tenha sido apresentado há quase quatro décadas, o texto de Lobato apresenta uma reflexão pertinente aos dias atuais e muito proveitosa para os estudiosos desse tema.

O segundo trabalho deste número, que abre a seção *Squibs Convidados*, é da autoria de Gabriel de Ávila Othero, Mônica Rigo Ayres Melissa e Giovana Lazzari, e se intitula **A conexão discursiva e a manifestação de sujeito pronominal e nulo em português brasileiro**. A partir de um ponto de vista funcionalista, os autores investigam o fenômeno do sujeito pronominal nulo e preenchido. Com base na hipótese funcionalista da conexão discursiva ótima, os autores avaliam os contextos de ocorrência dos sujeitos de 1ª pessoa nulos e expressos, verificando os contextos que favorecem o emprego de uma forma ou de outra.

O segundo *squib* convidado é o trabalho de Janayna Carvalho, cujo título é **PRO é o sujeito nulo em (algumas) sentenças do português brasileiro: um estudo de caso das impessoais nulas modalizadas**. O *squib* enfoca as sentenças impessoais identificadas no título, construções em que ocorre a presença de um verbo modal deôntico. Toda a discussão do texto conduz à noção de que a categoria vazia em sentenças do tipo *Aqui pode estacionar?* seja um PRO, haja vista certas propriedades dessa categoria vazia.

O texto de Humberto Borges, intitulado **Notas sobre movimento do verbo, morfologia de concordância e sintaxe do sujeito**, abre a seção *Squibs*. O autor debate as construções de sujeito nulo e a hipótese da concordância rica com o intuito de mostrar que “não existe um modelo universalmente válido de concordância rica que possa explicar o movimento do verbo para T e a sintaxe do sujeito”, nas palavras do autor. Para isso, o autor avalia dados do dinamarquês e do português brasileiro.

No *squib* **Sintagmas nominais no Kaiowá (Tupí-Guaraní): expressão de número e (in)definitude**, Daiane Ramires e Helena Guerra Vicente analisam contextos definidos e indefinidos em Kaiowá, uma língua de nominais nus. Com base na análise de dados inéditos, as autoras avaliam a produtividade de um sintagma opcional para a marcação de número *-kuera*, evidenciando que a ocorrência desse sintagma não se restringe a contextos definidos, sendo possível sua localização em contextos “indefinidos, genéricos e com nomes que denotam espécie”, nas palavras das autoras.

O trabalho de Rerisson Cavalcante, denominado **Redobro da negação pós-verbal e deslocamento à direita**, discorre sobre a ocorrência da dupla negação no PB e apresenta a proposta de que dados como os analisados pelo autor sejam derivados por deslocamento à direita, não como envolvendo movimento de XP, mas “como resultado de uma estrutura de justaposição e elipse sentencial”, segundo o autor. Cavalcante avalia, em seu texto, dados colhidos do Atlas Linguístico do Brasil.

Esta edição se encerra com o *squib* de título **Análise formal de numerais: perspectivas para uma análise minimalista**, no qual a autora Juliana Vignado Nascimento avalia, com base em Hurford (1987), Rothstein (2017) e Ionin e Matushansky (2006), a formação de numerais como sendo guiada por composicionalidade e envolvendo, nas palavras da autora, “uma semântica de operações aritméticas estruturada na sintaxe”. Para elaborar suas considerações, a autora analisa dados de quatro línguas: o português, o inglês, o Karitiana e o Yorubá. A proposta, constituída no arcabouço minimalista, é a de que traços das operações matemáticas adição, subtração, multiplicação e divisão sejam responsáveis por derivar numerais na sintaxe.

Registramos, por fim, nossos agradecimentos aos autores, aos pareceristas que atuaram nesta edição, aos colaboradores do Serviço de Gerenciamento de Informação Digital (GID) da Biblioteca Central (BCE) e a todos aqueles que, de algum modo, estiveram envolvidos no processo de preparação desse periódico. Gostaríamos de registrar também um agradecimento especial aos autores dos *squibs* convidados, pelo aceite do convite em publicar em nosso periódico, e à curadoria do acervo de Lucia Lobato (composta pelas professoras Heloisa Salles, Rozana Naves, Helena Guerra Vicente e Eloisa Pilati), por autorizarem a publicação póstuma do texto de Lobato neste número do **Caderno de Squibs**. A contribuição de todos foi fundamental para a publicação de mais uma edição.

Uma ótima leitura!
Paulo Medeiros Júnior



**SEÇÃO
HOMENAGEM**



SEÇÃO
HOMENAGEM
SEÇÃO
HOMENAGEM
SEÇÃO
HOMENAGEM



SINTAXE FORMAL E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UM EXEMPLO DE SEU RELACIONAMENTO*

LUCIA MARIA PINHEIRO LOBATO** | UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RESUMO

Análise de diferentes tratamentos dos auxiliares com vistas ao exame do relacionamento entre sintaxe formal e ensino de língua portuguesa.

1 LINGUÍSTICA, TEORIA FORMAL E ENSINO

Existem duas atitudes opostas a respeito da relação entre linguística e ensino da língua materna: uma atitude de grande expectativa e otimismo, segundo a qual caberia à linguística a renovação desse ensino, e uma atitude de grande temor e pessimismo, segundo a qual a linguística é a culpada pelo baixo rendimento desse ensino. Segundo os que tomam essa segunda atitude, a linguística gostaria de ver instaurado o “caos linguístico”, em virtude de preconizar a queda da primazia da escrita, a queda da primazia da diacronia e a queda do privilegiamento da variedade dita culta, e em virtude de levar à ênfase na criatividade em detrimento da correção. Evidentemente, nenhuma dessas posições é racional e defensável. De um lado, a melhoria e a renovação do ensino não estão na dependência exclusiva de análises linguísticas mais adequadas, sendo, antes, dependentes de uma interação de fatores, tais como as próprias questões de saúde e nutrição, de melhoria do padrão econômico e cultural das famílias, além de questões psicológicas, sociológicas e linguísticas, entre outras. De outro lado, a linguística, em si mesma, não pode ser responsabilizada nem pelo baixo rendimento dos alunos, nem pela evasão escolar. Na procura das causas do baixo rendimento e da evasão escolares, tem-se de levar em conta tanto a ação interagente dos fatores acima citados, quanto a **atitude** dos professores e autores de livros didáticos em relação aos ensinamentos da linguística. Isto é, pode ser, efetivamente, que a linguística esteja sendo mal compreendida, e que dela se esteja fazendo mau uso em sala de aula. Como já ressaltai em outro lugar (LOBATO, 1978, p. 14-15), a linguística propõe análises científicas

* Conferência proferida no âmbito do I Seminário de Linguística e Ensino de Língua Portuguesa. Goiânia, UFG, Instituto de Ciências Humanas e Letras, outubro de 1984.

** *Nota dos editores:* Ao reproduzir o manuscrito de Lobato neste *Caderno*, optamos por fazer mínimas interferências no texto original, restringindo-nos a realizar alterações de formatação (em citações e referências, por exemplo) e pequenas correções gramaticais.

para os dados das línguas, sem se preocupar com a questão do ensino, e uma gramática escolar, que tem fins eminentemente pedagógicos, só pode fazer uso dessas análises e de seus pressupostos teóricos se disso não resultar prejuízo para o ensino/aprendizagem. Por exemplo, os princípios estruturalistas da primazia da fala sobre a escrita, e do sincrônico sobre o diacrônico,

não podem ser tomados ao pé da letra no que se refere ao ensino. De um lado, o ensino da língua materna visa à utilização oral e escrita da língua, e não somente à oral, e, como a clientela, no caso, é de falantes-ouvintes nativos, a ênfase não poderia recair sobre o oral. Por outro lado, a formação universitária de estudantes da área de letras só será completa se incluir informação sobre a evolução da língua. O que é importante é distinguirmos a fala da escrita, e o sincrônico do diacrônico. As modalidades falada e escrita têm características particulares suas, apesar de se interseccionarem. A sincronia e a diacronia também se interseccionam, não sendo possível estabelecer uma barreira nítida entre os diferentes estados da evolução de uma língua, mas existem fatos linguísticos que pertencem inequivocamente a estados anteriores e não ao atual. O que não seria mais cabível no ensino em nossos dias é a inobservância dessas distinções, e o retorno à época em que só o que era atestado em autores clássicos é que era aceito.¹

Quanto à questão da queda do privilegiamento da variedade dita culta, a atitude do professor e do autor de livros didáticos também deve ser de equilíbrio. A esse propósito, retomo um trecho meu de 1978 (LOBATO, 1978, p. 27):

A ênfase dada pelo estruturalismo à descrição veio se opor ao normativismo existente nas gramáticas tradicionais. Estas partiam do pressuposto de que só as formas consagradas pelos autores clássicos eram boas e consideravam como corrupções e deturpações as formas divergentes encontradas na fala do povo. A ênfase à descrição está, então, em paralelo com a primazia dada à fala. Teria o ensino de ser descritivo ou normativo? O próprio fato de se ter de escolher formas da língua que serão ensinadas e outras que não o serão pode ser visto como uma forma de prescritivismo no ensino. A atitude do professor, sobre esse aspecto, deve ser a de uma pessoa esclarecida a respeito de preconceitos linguísticos, a fim de evitar falar em “regras de bem falar e escrever” ou em “bom português”, que implicam preconceito a respeito de outros usos da língua que não o culto. Tendo em vista que a língua é um conglomerado de variantes que se interseccionam, deve ele evitar julgamentos de valor sobre uma ou outra variante, sobretudo tendo em vista que o objetivo da escola não é substituir uma variante (a que o aluno já possui) por outra (a ensinada na escola), mas sim acrescentar mais uma a seu repertório de variantes (que é constituído por uma só variante no início da escolarização) e capacitar o aluno a usar apropriadamente essas diferentes variantes em situações específicas.²

Finalmente, quanto à ênfase na criatividade, em detrimento da correção, observe-se que essa é uma atitude pedagógica somente “inspirada” no gerativismo, sem que o gerativismo seja responsável por sua adoção no ensino, uma vez que o gerativismo é uma teoria científica e não uma teoria pedagógica. Além disso, observe-se que o que é pregado por alguns

1 Apud Lobato (1978, p. 24).

2 Apud Lobato (1978, p. 27).

pedagogos é a “primazia da criatividade em detrimento da correção”, e não o simples abandono da correção. Uma adoção séria desse princípio no ensino levaria, antes, a esforços redobrados de correção: o que se abandonaria seria o uso de lápis vermelho nas redações dos alunos, devendo fazer o professor fichários dos erros (erros ortográficos, erros de estruturação de pensamento, etc.) e desvios da norma padrão, a fim de poder trabalhar nos pontos mais necessários à classe.

Apesar de atitudes extremadas como essas duas que aponte, a linguística tem, efetivamente, contribuído para a melhoria do ensino, quer no nível geral, metodológico, quer no nível de revisão de análises específicas. Mais em detalhe, qual é essa contribuição?

Resumidamente, podemos dizer que o estruturalismo contribuiu sobretudo para eliminar, ou pelo menos atenuar, certos preconceitos que dominavam o ensino de línguas (primazia do literário sobre o coloquial, da escrita sobre a fala e do diacrônico sobre o sincrônico, e normativismo, entre outros), para evidenciar a necessidade de se tratar a língua como “um todo cujas partes são solidárias”, mostrar a necessidade de se desenvolverem critérios mais objetivos e explícitos de identificação e classificação de unidades linguísticas (como a identificação de unidades como palavras e morfemas, e a classificação das partes do discurso), e, finalmente, para uma melhor compreensão dos processos de formação de frases (por exemplo, os processos usados para se aumentar uma frase: A menina veio — A menina do vizinho veio — A menina do vizinho, que eu não havia convidado, veio — A menina do vizinho, que eu não havia convidado, mas que considero uma boa menina, veio, etc.). Esse corpo de informação permitiu um desenvolvimento mais objetivo, explícito e coerente da sintaxe nos anos a seguir.³

A gramática gerativo-transformacional, por sua vez, já deu também alguma contribuição efetiva, como:

a de ter trazido a atenção para a aprendizagem, tirando a ênfase que se dava ao ensino, o fato de ter mostrado o valor dos erros e da produção de frases agramaticais sobretudo na aprendizagem de língua estrangeira, e a primazia que deu à criatividade, em detrimento da correção [...].⁴

Como se vê, a contribuição da linguística para o ensino não é uma contribuição direta, pois exige um repensar dos postulados teóricos dessa disciplina em face das exigências e objetivos do ensino. Além do mais, nesse repensar tem de predominar o bom senso e o equilíbrio.

Quando se trata de linguística formal (i.e., de teoria que trate das propriedades da língua de modo preciso, exato e explícito, do mesmo modo que se faz em matemática com as propriedades ligadas aos sistemas numéricos), o distanciamento entre a ciência da linguagem e o ensino de língua parece aumentar. Portanto, é pertinente uma reflexão sobre o assunto, a fim de se delinear o alcance da contribuição de uma teoria linguística formal para o ensino. Nesta palestra, proponho-me a tratar, especificamente, do relacionamento entre sintaxe formal e ensino. Em Lobato (1978, p. 35), eu já dissera que “não é o formalismo

³ Apud Lobato (1978, p. 28).

⁴ Apud Lobato (1978, p. 35).

em si [das gramáticas formais] que deve ser aproveitado no ensino”, mas sim “os resultados de um tal tipo de pesquisa”. Neste momento, ao voltar a essa questão, quero reafirmar que:

- (1º) a gramática escolar não pode aceitar o formalismo técnico de modelos linguísticos formais;
- (2º) a gramática escolar não pode estar sujeita a modismos teóricos;
- (3º) a gramática escolar deve levar em conta o resultado da pesquisa científica, mas desde que esse resultado esteja suficientemente comprovado por diferentes correntes e não sujeito a dúvidas ou divergências.

Não me deterei na demonstração da minha primeira afirmativa, segundo a qual o ensino não deve usar o aparato formal das teorias sintáticas contemporâneas. Antes, remeto o leitor a Lobato (1978, p. 31-35), onde procurei indicar os inconvenientes do uso do formalismo das regras transformacionais no ensino de língua, mesmo que para alunos mais avançados.

Meu propósito é demonstrar a segunda afirmação, de que a gramática pedagógica não pode estar sujeita a modismos teóricos, e explicitar meu pensamento a respeito da terceira afirmação, de que os resultados incontestes e consagrados da pesquisa linguística têm de ser considerados pela gramática escolar. Para ilustrar o perigo que representam para o ensino as adesões apressadas a resultados de análises formais, tratarei dos verbos auxiliares em português. Inicialmente, farei um resumo do pensamento da gramática tradicional a respeito, tomando por base algumas de nossas gramáticas escolares, além da gramática de Soares Barbosa. Em segundo lugar, mostrarei o pensamento de Benveniste a respeito da questão, como exemplo da ótica estruturalista. Finalmente, exporei os tratamentos formais de tais verbos no modelo padrão da teoria gerativa, no modelo da semântica gerativa, e no modelo padrão estendido. Nesse ponto, terei mostrado que a gramática formal, em uma de suas tendências atuais, mas não em outras tendências, explica tecnicamente as intuições, aparentemente inconsistentes, expressas nos tratamentos tradicional e estrutural dos auxiliares. Em outras palavras, terei mostrado que a evolução da análise teórica dos auxiliares levou à convergência de pontos de vista entre propostas de escolas diferentes — de um lado, a proposta da gramática tradicional (tal como apresentada por Bechara e Kury) e do estruturalismo (tal como apresentada por Benveniste) e de outro a proposta do modelo padrão estendido da gramática gerativa em uma de suas tendências atuais. Terei, então, evidenciado que, mesmo no âmbito das gramáticas formais contemporâneas, persiste a divergência entre os estudiosos quanto ao inventário dos auxiliares. Concluirei, então, que, se o ensino tivesse feito uso dos resultados no âmbito do modelo padrão, deixando de lado a proposta tradicional de análise dos auxiliares, o próprio ensino da questão é que teria sido prejudicado.

Nesse ponto, estarei, então, em condições de dizer quais são os resultados da pesquisa científica, a respeito dos auxiliares, que devem ser levados em conta pela gramática escolar, tratando, assim, da minha terceira afirmação acerca do relacionamento entre linguística formal e ensino de língua.

2 OS AUXILIARES NA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Como se vê do Quadro 1 (extraído de LOBATO, 1975, p. 28), sobre o inventário dos auxiliares segundo diferentes gramáticas do português, não há uniformidade, na gramática tradicional, no entendimento do que seja um verbo auxiliar. Por outro lado, o que leva à determinação de inventários diferentes é (1) o uso de critérios diferentes, (2) a continuidade que existe entre a noção de verbo principal e de verbo auxiliar.

QUADRO 1⁵

Soares Barbosa	Said Ali	Mattoso Câmara	Chaves de Melo	Bechara e Kury
	ser + pp (passiva)			
		ser + pp (concluso)		ser + pp (concluso)
				ficar + pp
estar + ger	estar + ger ou estar a + inf	estar + ger ou estar a + inf	estar + ger ou estar a + inf	estar + ger
ter + pp (concluso)	ter + pp (concluso)	ter + pp (concluso)	ter + pp (concluso)	ter + pp (concluso)
		ter + pp (iterativo)		
	haver + pp	haver + pp	haver + pp	haver + pp
ter de + inf	ter de + inf	ter de + inf ter que + inf	ter de + inf	ter de + inf
haver de + inf	haver de + inf	haver de + inf	haver de + inf	haver de + inf
ir + ger	ir + ger	ir + ger ou ir a + inf	ir + ger	ir + ger
	vir + ger	vir + ger	vir + ger	vir + ger
ir + inf	ir + inf	ir + inf	ir + inf	ir + inf
andar + ger	andar + ger	andar + ger	andar + ger ou andar a + inf	andar + ger ou andar a + inf
	tornar a + inf			tornar a + inf
vir de + inf				vir de + inf
acertar de + inf				
dever de + inf				
			dever + inf	dever + inf
			poder + inf	poder + inf
				precisar (de) + inf
				querer + inf
				desejar + inf
				odiar + inf
				tentar + inf
	continuar a + inf			continuar a + inf
	acabar de + inf			acabar de + inf
				fazer + inf
				deixar + inf
				mandar + inf

⁵ Nota dos editores: No Quadro apresentado pela autora, as siglas utilizadas são as seguintes: pp = particípio passado, ger = gerúndio e inf = infinitivo. Além disso, no manuscrito de Lobato, não havia indicação, no Quadro, das obras dos autores mencionados. Acreditamos, contudo, que a autora estivesse fazendo menção às seguintes obras, constantes nas referências bibliográficas presentes no texto original: Barbosa (1803), Ali (1908, 1965a, 1965b), Câmara Jr. (1970), Melo (1970), Bechara (1963) e Kury (1960).

Em Lobato (1971, 1975), examinei esses diferentes critérios (semânticos, morfológicos, sintáticos, prosódicos, de frequência de ocorrência) e mostrei que nas gramáticas de língua portuguesa examinadas os critérios utilizados (muitas vezes implicitamente) são: **semântico** (atribuição de perda semântica ao auxiliar e consideração de que o conjunto verbal forma uma unidade significativa), **morfológico** (critério da variação flexional, segundo o qual o conjunto verbal em auxílio é composto de uma forma flexionada seguida de uma forma infinitiva, gerundiva ou participial) e **funcional** (o complexo verbal “auxiliar + verbo principal” funciona como uma unidade verbal, integrando uma estrutura uni-oracional, e havendo um único sujeito para o complexo). O critério da variação flexional do complexo verbal é adotado por todos os gramáticos, e o mesmo se pode dizer do critério funcional (se o complexo “auxiliar + verbo principal” pudesse representar uma estrutura bi-oracional, que razão haveria para se continuar a falar em verbo auxiliar?), mas não do critério semântico (como dizer que em *quero ir* houve perda semântica ou que há uma “unidade significativa?”).

Nessas mesmas obras (LOBATO, 1971, 1975), procurei mostrar que não há diferença estanque entre auxiliar e verbo principal, situando-se esses dois tipos de unidade num eixo contínuo que vai da menor à maior lexicalização; da maior à menor perda semântica; da menor à maior integração semântica; do funcionamento como passagem quase obrigatória ao funcionamento como elemento livremente escolhido pelo usuário da língua; do funcionamento sempre com um único sujeito ao funcionamento com sujeitos diferentes:

	→										
SER	IR	TER	...	PODER	...	COMEÇAR A	...	QUERER	...	DIZER	
		HAYER		DEVER		PÔR-SE A		DESEJAR		FALAR	
						METER-SE A		INTENTAR		EXPLICAR	
						ETC.		BUSCAR		JURAR	
								ANELAR		PROMETER	
								ETC.		ETC.	

3 OS AUXILIARES SEGUNDO BENVENISTE

A proposta de Benveniste (1965) consiste em considerar como auxiliares os verbos que mantêm uma relação tal com a forma nominal do verbo que os segue, que, tanto o auxiliar, que ele designa como **auxiliante**, como o verbo principal, que ele designa como **auxiliado**, contribuem com um valor gramatical e um valor lexical para a relação que se estabelece entre ambos:

- (1) valor gramatical do auxiliante: a flexão,
- (2) valor lexical do auxiliado: a denotação,
- (3) soma do valor lexical do auxiliante e do valor gramatical do auxiliado:
 - (3i) função de temporalidade,
 - (3ii) função de diátese,
 - (3iii) função modalizante.

Benveniste (1965) distingue duas classes modais:

- (1) modalizantes de função: são os verbos sempre empregados como auxiliares modais (como exemplos são citados *devoir* e *pouvoir*);
- (2) modalizantes de assunção: são os verbos que não são exclusivamente auxiliares modais (como exemplos são citados *vouloir*, *aller*, *falloir*, *désirer*, *espérer*, *savoir*, *faire*, ...).

Logo, a proposta de Benveniste se assemelha às de Bechara e Kury.

4 OS AUXILIARES NO MODELO PADRÃO DA GRAMÁTICA GERATIVA

De acordo com as análises feitas para o português no âmbito do modelo padrão da gramática gerativa, seriam auxiliares verbos como *ter* (*tenho lido*, *tinha lido*), *haver* (*havia lido*), *estar* (*está lendo*), e muito provavelmente *ir* (*vai ler*), mas não os modais (*querer*, *crer*, *dever*, *poder*, etc.) ou os aspectuais (*começou lendo / a ler / por ler*; *continuou lendo / a ler*; *terminou lendo / de ler*; etc.). Tampouco o verbo *ser* da passiva (*foi lido*) seria um auxiliar nessa perspectiva, pois só seriam auxiliares os elementos inseridos pela regra de expansão de Auxiliar:⁶

$$\text{Aux} \rightarrow \dots (\text{te} + \text{-DO}) (\text{esta} + \text{-NDO}) (\text{i} + \text{-R})$$

O elemento *se* + *-DO* que forma a passiva:⁷

Esse livro foi lido por muitas pessoas.

↙ ↘
se(R) *-DO*

seria inserido pela regra do modelo gerativo padrão intitulada “transformação de Apassivação”.

Evidentemente, tal abordagem tem vários defeitos, como o de não captar o estreito relacionamento entre, por exemplo, *estar* quando seguido de gerúndio (*está lendo*), quando seguido de adjetivo (*está triste*) e quando seguido de advérbio (*está aqui*). Só no caso de ser seguido de gerúndio, *estar* seria classificado como auxiliar; quando seguido de adjetivo, seria um verbo de ligação ou cópula; e, quando seguido de advérbio, seria um verbo principal. Além dessa diversidade de tratamento sintático para um único verbo, há também o fato complicador de ter ele, então, de ser tratado como ambíguo. Isto é, haveria três verbos *estar* diferentes no português. É lógico que até do ponto de vista psicológico é indesejável essa proliferação de ambiguidades na língua: é mais plausível, do ponto de

⁶ Nota dos editores: Na regra de *Aux*, há os seguintes elementos: *te* = verbo auxiliar *ter*, *-DO* = particípio passado selecionado por *ter*, *esta* = auxiliar *estar*, *-NDO* = gerúndio selecionado por *estar*, *i* = auxiliar *ir*, *-R* = infinitivo selecionado por *ir*.

⁷ Nota dos editores: A transformação de Apassivação opera sobre os seguintes elementos: *se* = auxiliar *ser*, *-DO* = particípio passado / particípio passivo selecionado por *ser*.

vista da aquisição da língua, que haja um só, e não três verbos *estar*. E isso porque explicaria a facilidade com que as crianças aprendem sua língua: uma criança de 3, 4 anos já dominou esses diferentes empregos de *estar*. Uma proposta atraente é a de se considerar que há um só “sentido núcleo” (ing.: *core sense*) para esse verbo, e diferentes regras construtivas (ing.: *construal rules*) para derivar suas diversas interpretações a partir desse sentido núcleo (cf. MILLER, 1978). Ou, alternativamente, haveria uma única função *ESTAR*, caracterizadora de um estado, para qualquer emprego de *estar*, residindo sua diferença na diferente escolha do campo semântico a que se aplica essa função: locativo ou circunstancial, podendo ainda o campo circunstancial se referir a uma propriedade ou um evento. Para *João está em Paris*, *João está feliz* e *João está lendo*, teríamos, respectivamente, a função *ESTAR* referente a uma localização (*Paris*), a uma circunstância relativa a uma propriedade (*feliz*), e a uma circunstância relativa a um evento (*lendo*) (cf. JACKENDOFF, 1983, p. 171, 195 e 199).

Um outro inconveniente do modelo padrão é que exige um corte arbitrário no *continuum* em que se colocam os verbos auxiliares, não captando, portanto, o fato de tais verbos se situarem num eixo contínuo em relação aos verbos principais (cf. LOBATO, 1975).

5 OS AUXILIARES NO MODELO DA SEMÂNTICA GERATIVA

A proposta de Ross (1970), no âmbito da semântica gerativa, foi de agrupar verbos principais e auxiliares numa única classe, sendo os auxiliares tratados como verbos principais. O uso do traço [AUXILIAR] diferenciaria auxiliares de verbos principais.

6 OS AUXILIARES NO MODELO PADRÃO ESTENDIDO

No modelo padrão estendido, pelo menos duas tendências têm se delineado com relação aos auxiliares. Uma delas, exemplificada em Steele (1981), se insere numa perspectiva em que se procuram identificar universais linguísticos. Por essa perspectiva, postula-se a existência da categoria sintática do auxiliar, definida como a classe de constituintes formada por um número específico (i.e., fixo e pequeno) de elementos que necessariamente marcam pelo menos tempo e/ou modalidade. Dada essa conceituação, a análise de diferentes línguas leva a um conjunto de características identificadoras da classe do auxiliar para qualquer língua que seja:⁸

- a. Cada membro da classe é um constituinte.
- b. A classe contém um número específico (i.e., fixo e pequeno) de elementos.
- c. Esses elementos ocorrem numa ordem fixa.
- d. A classe inclui elementos que marcam tempo e/ou modalidade.
- e. A classe pode incluir elementos que indicam marcação de sujeito, concordância com o sujeito, interrogação, ênfase, aspecto, marcação do objeto, concordância com o objeto, e negação.

⁸ Em Steele (1981) encontram-se ainda outras características.

As noções modais cobertas são: possibilidade ou permissão, probabilidade ou obrigação, certeza ou necessidade.

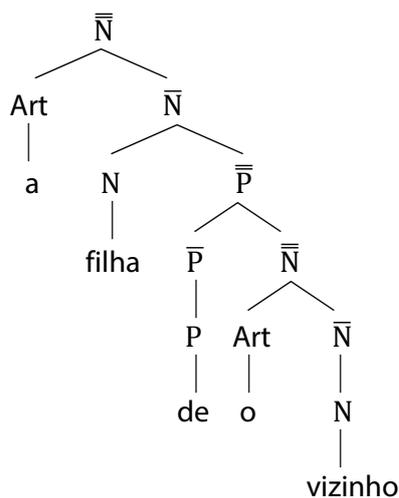
Nessa perspectiva de análise, deveria ser caracterizada no português uma classe de auxiliares que incluiria elementos indicadores de tempo (te + -DO, esta + -NDO, i + -R) e, provavelmente, modalidade (pode + -R, deve + -R).

Uma outra tendência de análise consiste em não se postular uma categoria sintática do auxiliar, fazendo-se uso exclusivo de um traço sintático de auxiliar, exatamente como propusera Ross (1970). Nessa tendência, o traço [+AUXILIAR] terá o mesmo *status* dos traços sintáticos básicos propostos no âmbito da sintaxe \bar{X} .⁹

A sintaxe \bar{X} originou-se, essencialmente, da tentativa de captar o fato de todas as categorias maiores (Nome: N, Verbo: V, Adjetivo: A, Preposição: P) poderem coocorrer com modificadores e complementos:

MODIFICADOR	X	COMPLEMENTO
a linda	menina	que eu vi
já	vi	que ele não vem
realmente	lindo	de morrer
bem	dentro	do coração

O X é a variável que representa N, V, A, P, e o uso de barras traduz o nível sintagmático em que se está. Cf.:



9 Nota dos editores: A autora utiliza a notação em barras para descrever a expansão de um núcleo, expansão essa também chamada de projeção/projeções de um núcleo. Utilizando-se a variável X para designar um núcleo de determinada categoria, X⁰ (ou simplesmente X) era o símbolo usado para se referir ao núcleo ou nível zero da categoria X. As projeções dessa categoria eram simbolizadas como \bar{X} , nível uma barra da categoria X, o nóculo que imediatamente domina X; $\bar{\bar{X}}$, nível duas barras de X, o nóculo que imediatamente domina \bar{X} . Por uma questão de facilidade tipográfica, além da notação com barras, usa-se a notação com linhas. Assim, \bar{X} pode ser representada como X', $\bar{\bar{X}}$ pode ser representada como X'' e assim por diante.

A versão chomskiana de \bar{X} propõe, ainda, que cada categoria N, V, A, P seja o resultado de diferente combinação dos traços N (Nominal) e V (Verbal):

	[±N]	[+N]	[-N]
[±V]			
[-V]		N	P
[+V]		A	V

Com relação aos auxiliares, a teoria \bar{X} , nessa versão que adota os traços sintáticos básicos, permite traduzir suas similitudes e diferenças pelo simples uso dos traços V, N, Aux. Teríamos os seguintes agrupamentos:

$$\begin{array}{l}
 \text{a) } \left[\begin{array}{c} +V \\ -N \\ +AUX \end{array} \right] \quad
 \text{b) } \left[\begin{array}{c} +V \\ -N \\ -AUX \end{array} \right] \quad
 \text{c) } \left[\begin{array}{c} +V \\ -N \end{array} \right]
 \end{array}$$

Com (a), estaríamos fazendo referência exclusiva aos auxiliares; com (b) aos verbos não auxiliares; e com (c) à classe geral dos verbos, incluindo os auxiliares.

Outra característica da teoria padrão estendida, na sua versão atual, foi o esvaziamento do componente sintagmático, em virtude de sua redundância com o léxico (cf. capítulo 12 de Lobato (a sair)).¹⁰ Nessa versão da teoria, não mais existe regra de expansão de Aux como:

$$\text{Aux} \rightarrow \text{Tp} (\text{te} + \text{-DO}) (\text{esta} + \text{-NDO}) (\text{i} + \text{-R})$$

uma vez que as exigências combinatórias de $\text{te} + \text{-DO}$, $\text{esta} + \text{-NDO}$ e $\text{i} + \text{-R}$ já estão enumeradas no léxico. Em consequência, não existe mais a exigência de se ter de chegar a uma lista de verbos que sejam auxiliares a fim de incluí-los na expansão de Aux.

Além de ter adotado a sintaxe \bar{X} , e de ter eliminado a redundância entre léxico e regras sintagmáticas em detrimento destas, a teoria padrão estendida passou a postular a existência de regras de reestruturação (ou reanálise, ou reajustamento, ou rearranjo). O que seria uma regra de reestruturação para os auxiliares? Esse tipo de regra (estudada extensivamente para o italiano por Rizzi (1978, 1982)) consiste na reestruturação opcional de uma estrutura sintagmática com duas orações em uma estrutura com um única oração, sendo essa reestruturação dependente de o verbo da oração matriz ser um aspectual ou modal.¹² Rizzi justificou de diferentes modos a postulação de tal tipo de regra, e não me

10 Nota dos editores: A obra à qual a autora se refere e que, à época deste artigo, estava a sair, com título diferente, é o seu conhecido livro *Sintaxe Gerativa do Português: da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação*, publicado em 1986 pela editora Vigília, de Belo Horizonte.

11 Nota dos editores: Na regra em questão, Tp é o símbolo correspondente a Tempo, um dos componentes de Aux juntamente com os auxiliares e as formas morfológicas associadas a eles.

12 Rizzi considera ainda, para o italiano, os verbos de movimento. Para maiores detalhes sobre essas regras de reajustamento e sobre a sintaxe \bar{X} , v. Lobato (a sair).

cabe aqui examinar essa motivação teórica. O ponto chave, para mim neste momento, é o fato de essa proposta levar a se considerar, para uma única e mesma frase com modal ou aspectual, dois níveis de representação diferentes, um nível em que esse modal ou aspectual formaria com o verbo principal uma estrutura bi-oracional, e outro nível em que o modal ou aspectual formaria com o verbo principal uma estrutura uni-oracional. Por exemplo, para *João quer vir mais cedo* teríamos:

$_s$ [João quer $_s$ [PRO vir mais cedo]]

e

$_s$ [João $_{sv}$ [quer vir] mais cedo]

Essa proposta de reestruturação capta, perfeitamente, a intuição de que *querer* possui características de auxiliar, e, ao mesmo tempo, permite tratá-lo como verbo principal (uma vez que não conterà o traço [AUXILIAR]). Isto é, só no nível pós-reestruturação é que *querer* seria interpretado como auxiliar, sendo, portanto, um “auxiliar de assunção”.

Esta última tendência de análise para os auxiliares no âmbito da gramática gerativa tem nítidas vantagens sobre o tratamento padrão: não leva a diferenciar totalmente, do ponto de vista semântico, os verbos auxiliares das formas correspondentes em função de verbo de ligação ou verbo principal; não obriga a um corte arbitrário no *continuum* que liga auxiliares a verbos principais; permite captar as similitudes e diferenças entre auxiliar e verbo principal; permite captar a intuição de que verbos como *querer* se comportam como auxiliares diante de infinitivo.

7 CONCLUSÕES PARCIAIS

Esse breve exame de diferentes tratamentos dos auxiliares mostrou que:

- (1) uma das tendências atuais de análise dos auxiliares, no âmbito da teoria gerativa, explica, por meio do uso do traço sintático básico [AUXILIAR] e de regras de reestruturação, as intuições do estruturalismo (representado em Benveniste (1965)) e da gramática tradicional (representada em Bechara (1963) e Kury (1959)) acerca dessa classe de elementos;
- (2) ainda hoje, a análise dos auxiliares é assunto controvertido na gramática gerativa.

Logo, se a gramática escolar tivesse adotado, com relação aos auxiliares, o ponto de vista da gramática gerativa no seu modelo padrão, teria tomado uma atitude apressada.

8 USO DOS RESULTADOS DA PESQUISA LINGUÍSTICA NA RENOVAÇÃO DO ENSINO GRAMATICAL

Mais acima, afirmei que o ensino gramatical não pode fazer uso do formalismo de uma gramática formal, nem pode estar sujeito a modismos. Em seguida, aponte um exemplo comprovador do perigo de o ensino utilizar muito apressadamente os resultados da teoria gramatical. Afirmei ainda que o ensino gramatical deve se beneficiar com os resultados incontestes e consagrados da pesquisa linguística. Com relação ao exemplo escolhido para esta palestra (o dos auxiliares portugueses), quais seriam esses resultados? Esses resultados são, simplesmente:

- (1) a continuidade entre as noções de verbo auxiliar e verbo principal;
- (2) a multiplicidade de critérios envolvidos nessa distinção, e hierarquização desses critérios.

Como pode a gramática escolar incorporar esses resultados? Simplesmente passando a explicitar os critérios que subjazem à distinção verbo auxiliar / verbo principal, e a mostrar a continuidade entre um e outro tipo de verbo. Fazendo isso, ela está ganhando em caráter explícito e, em consequência, em respeito ao aluno inteligente, que, na situação atual das nossas gramáticas escolares, só pode ficar desnorteado diante da diversidade do âmbito dessa noção de auxiliar.

REFERÊNCIAS

- ALI, Manuel Said. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 4. ed. rev. 1950. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1908.
- ALI, Manuel Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1965a.
- ALI, Manuel Said. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 6. ed. rev. por Evanildo Bechara. São Paulo: Melhoramentos, 1965b [1927].
- BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugeza*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1803.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- BENVENISTE, Émile. Structures des relations d'auxiliatié. *Acta Linguistica Hafniensia*, Copenhague, v. 9, n. 1, p. 1-15, 1965.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1970.
- JACKENDOFF, Ray. *Semantics and Cognition*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1983.
- KURY, Adriano da Gama. *Pequena Gramática para a Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical*. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1960 [1959].
- LOBATO, Lucia M. P. *L'Auxiliarité en Langue Portugaise*. 1971. Tese (Doutorado) – Université de Paris III, 1971.
- LOBATO, Lucia M. P. Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade. In: LOBATO, Lucia M. P et al. *Análises linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 27-91.
- LOBATO, Lucia M. P. Teorias linguísticas e ensino de português como língua materna. *Revista Tempo Brasileiro*, v. 53/54, p. 4-47, 1978.
- LOBATO, Lucia M. P. *Sintaxe Formal do Português: da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Vinculação*. A sair.¹³
- MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- MILLER, George A. Semantic relations among words. In: HALLE, Morris; BRESNAN, Joan; MILLER, George A. (org.). *Linguistic Theory and Psychological Reality*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1978. p. 60-118.
- RIZZI, Luigi. A restructuring rule in Italian syntax. In: KEYSER, S. J. (org.). *Recent Transformational Studies in European Languages*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1978. p. 113-158. (Reimpresso sob o título "A restructuring rule" em: RIZZI, L. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht, Holanda: Foris, 1982. p. 1-48).
- ROSS, John Robert. Auxiliaries as Main Verbs. In: TODD, W. (org.). *Studies in Philosophical Linguistics*. Series one. Evanston, Illinois: Great Expectation, 1970. p. 77-102.
- STEELE, Susan. *An Encyclopedia of AUX*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1981.

13 Nota dos editores: A obra a que se refere a autora foi impressa sob outro título, conforme consta na seguinte referência: LOBATO, Lucia M. P. *Sintaxe Gerativa do Português: da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação*. Belo Horizonte: Ed.Vigília, 1986.



SQUIBS
CONVIDADOS





A CONEXÃO DISCURSIVA E A MANIFESTAÇÃO DE SUJEITO PRONOMINAL E NULO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

GABRIEL DE ÁVILA OTHERO*
MÔNICA RIGO AYRES**
MELISSA GIOVANA LAZZARI***

RESUMO

Investigamos o fenômeno do sujeito pronominal nulo e preenchido por um viés funcional. Assumimos a hipótese funcionalista da conexão discursiva ótima e investigamos os contextos em que sujeitos nulos e expressos de 1ª pessoa são favorecidos ou desfavorecidos. Analisamos 1.270 ocorrências de sujeitos de 1ª pessoa em um *corpus* de língua falada verificando o contexto discursivo em que ocorreram. Fizemos quatro cruzamentos entre os dados (sujeitos nulos em contextos de conexão ótima; sujeitos nulos em contextos de conexão não ótima; sujeitos expressos em contextos de conexão ótima; e sujeitos expressos em contextos de conexão não ótima) e apresentamos nossos resultados.

Palavras-chave: sujeito nulo, sujeito expresso, conexão discursiva ótima, gramática do português brasileiro

ABSTRACT

We investigated the phenomenon of pronominal and null subject through functional lenses. We assume the functionalist hypothesis of the 'optimal discursive connection' and investigate the contexts in which null and overt 1st person subjects are favored or disfavored. We analyzed 1,270 occurrences of 1st person subjects in a spoken language corpus, verifying the discursive contexts in which they occurred. We have made four crossings between the data (null subjects in optimal connection contexts; null subjects in non-optimal connection contexts; overt subjects in optimal connection contexts; and overt subjects in non-optimal connection contexts) and presented our results.

Keywords: null subject, overt subject, optimal discursive connection, Brazilian Portuguese grammar

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Professor Associado, *e-mail*: gabriel.othero@ufrgs.br.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Doutoranda em Linguística, *e-mail*: monica.ayres@ufrgs.br.

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Bolsista de Iniciação Científica, *e-mail*: melissaglazzari@gmail.com.

Estamos investigando há algum tempo dois fenômenos envolvendo elementos pronominais e categorias vazias que são típicos da gramática do português brasileiro (PB): a omissão *vs.* a não omissão de objeto direto pronominal (cf. AYRES; OTHERO, 2016; COELHO; OTHERO; VIEIRA-PINTO, 2017; OTHERO; SPINELLI, 2017; AYRES, 2018; OTHERO et al., 2018; OTHERO; SCHWANKE, 2018) e a omissão *vs.* a não omissão de sujeito pronominal (cf. LAZZARI, 2019). Em alguns trabalhos recentes, temos advogado pela relação direta entre esses dois fenômenos (cf. OTHERO; SPINELLI, 2019a, 2019b), algo ainda parcamente investigado na tradição gramatical (em nosso ponto de vista), mas já observado em trabalhos pioneiros, como Tarallo (1993) e Cyrino, Duarte e Kato (2000), por exemplo.

Neste *squib*, nos voltamos ao sujeito nulo e expresso por pronomes em PB. Apresentamos dados de uma investigação em andamento, que estamos realizando sobre como uma motivação discursiva influencia a manifestação ou não de pronome na função de sujeito anafórico. Em trabalhos anteriores, focamos nossa atenção exclusivamente em aspectos “formais” que estavam relacionados com a omissão ou a não omissão de pronomes, tanto na função de sujeito como de objeto direto anafóricos. Investigamos, por exemplo, traços de animacidade, especificidade e gênero semântico do antecedente (remetemos o leitor às referências citadas no primeiro parágrafo para detalhes). Desta feita, nos voltamos para a investigação de uma configuração discursiva que está intimamente ligada à estrutura informacional da frase e que é muito cara à tradição funcionalista. É o que chamaremos aqui de “conexão ótima”, seguindo o trabalho de Paredes Silva (2003), que, por sua vez, retoma a tradição funcionalista givoniana (cf. GIVÓN, 1993, 2012).

Sabemos que o PB privilegia, de maneira geral, orações com sujeito expresso, tal como tem sido extensamente apontado por diversos trabalhos desde pelo menos Duarte (1993, 1995) e Tarallo (1993). Em estudos de *corpus* de fala vernacular do PB, Berlink, Duarte e Oliveira (2015, p. 100) reportam que cerca de 78% de todas as orações finitas investigadas no *corpus* do projeto NURC apresentam sujeito pronominal realizado (*versus* 22% de sujeitos nulos). Em nossas próprias investigações com *corpora* falados, seguimos encontrando resultados bastante semelhantes: investigamos o *corpus* VARSUL e encontramos 76% de sujeitos expressos em orações finitas; no *corpus* LínguaPOA, encontramos 71% de sujeitos expressos.^{1,2}

Diante desse quadro, buscamos investigar as motivações que favorecem a retomada anafórica de sujeito quando não encontramos sujeito expresso. Para isso, pensamos em ir além dos traços formais do antecedente, como vínhamos fazendo. As ocorrências que investigamos em *corpora* de língua falada acontecem em fala vernacular contínua e

1 O projeto VARSUL (Variação Linguística na Região Sul do Brasil) é encabeçado por quatro universidades brasileiras: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), cf. Collischonn e Monaretto (2012) e Bisol e Monaretto (2016).

2 LínguaPOA é um acervo de entrevistas sociolinguísticas de informantes da cidade de Porto Alegre e faz parte do projeto Variação fonético-fonológica e classe social na comunidade de fala de Porto Alegre (cf. BATTISTI et al., 2017).

relativamente não monitorada. As ocorrências de retomadas anafóricas, seja por pronome expresso ou por categoria vazia (i.e. sujeito nulo), são analisadas dentro das orações em que ocorrem, mas essas orações integram unidades textuais maiores que fazem parte do momento enunciativo dos informantes. Daí, julgamos importante considerar, além dos traços formais dos referentes/antecedentes (tal como animacidade e gênero semântico, como vínhamos explorando até agora), também fatores “funcionais” ou discursivos que envolvem o encadeamento de orações na formação de unidades textuais. Um desses fatores bem conhecidos na literatura funcionalista afirma que “a escolha do pronome está fortemente correlacionada à não-manutenção do mesmo referente como sujeito” (PAREDES SILVA, 2003, p. 104). Ou seja, há configurações discursivas que favorecem o pronome explícito em função de sujeito. E há configurações discursivas que favorecem a retomada anafórica por sujeito nulo, em que encontramos, então, uma categoria vazia na função de sujeito.

Para começar nosso estudo exploratório, investigamos um *corpus* de fala (o LínguaPOA, com entrevistas coletadas e transcritas entre 2015 e 2018) em busca das ocorrências de sujeitos pronominais e nulos em orações finitas. Testamos a hipótese explicitada por Paredes Silva (2003, p. 105): “quanto mais estreita a conexão entre um referente/sujeito e sua menção prévia, menor a necessidade de explicitá-lo, seja por um pronome ou nome (no caso da terceira pessoa)”. Assim, verificamos se o sujeito de cada oração mantinha um grau de “conexão ótima” com a oração anterior, i.e. se o sujeito da oração investigada mantinha a mesma função sintática que seu antecedente exercia na oração anterior (de sujeito, obviamente) e se ambos permaneciam “no mesmo plano discursivo (manifestado pela manutenção do sistema de tempo-aspecto-modo verbal)” (PAREDES SILVA, 2003, p. 105). Nesses casos, temos conexão ótima entre pronome (ou categoria vazia) e antecedente. Caso contrário, temos alguma espécie de quebra discursiva. Iniciamos investigando apenas a primeira pessoa do discurso (*eu*) — também investigaremos a 2ª e a 3ª pessoas.

Em (1), vemos a retomada do sujeito se manifestando como sujeito nulo, em um contexto de conexão discursiva ótima com a oração anterior: há continuidade tópica, de função sintática e continuidade de plano discursivo, manifestada pela morfologia de tempo, modo e aspecto verbal.

(1) *Entrevistador*: O recheio é tipo um mousse, né?

L: É, recheio é leite condensado, creme de leite, depende da torta, né, mas **eu** faço com leite condensado, creme de leite, suco de limão, umas raspinha(s) de limão, Ø acho que é isso, não tem mai(s) nada.

Em (2), temos um exemplo de sujeito expresso em contexto de conexão discursiva não ótima. A quebra de conexão discursiva ótima se dá pela mudança no aspecto verbal: na primeira oração tem-se um uma construção verbal que expressa o contínuo (gerúndio); na segunda oração, o locutor muda o ponto de vista da narrativa manifestado pela mudança no modo e no aspecto verbal.

- (2) Então **eu** tô fazendo o TCC, o estágio curricular e mais uma cadeira só. Então tá bem tranquilo, assim... **Eu** estudo no período da noite, então é bem tranquilo, assim. Não é muito exaustivo.

Encontramos e analisamos 1.270 ocorrências de sujeitos de primeira pessoa, tanto do plural quanto do singular, nulos e expressos por pronome. Nessa primeira aproximação, já pudemos verificar que a tendência geral da língua se mantém aqui: encontramos mais sujeitos expressos (de 1ª pessoa) do que sujeitos nulos.

QUADRO 1 – SUJEITOS NULOS VS. EXPRESSOS

Sujeitos nulos	Sujeitos expressos
433/1270 (34%)	837/1270 (66%)

Fonte: elaborado pelos autores.

Depois dessa constatação empírica, passamos à análise dos contextos de cada ocorrência, verificando em que tipo de contexto discursivo cada sujeito se realizou, se em contexto discursivo ótimo ou não. Iniciamos com as 433 ocorrências de sujeitos nulos. Se a hipótese funcionalista estiver correta, encontraremos majoritariamente casos de conexão discursiva ótima. De fato, encontramos muitas ocorrências de sujeitos nulos em contextos de conexão ótima.

QUADRO 2 – SUJEITOS NULOS

Sujeitos nulos em contextos de conexão ótima	Sujeitos nulos em contextos de conexão não ótima
275/433 (63,5%)	158/433 (36,5%)

Fonte: elaborado pelos autores.

Em seguida, analisamos os casos de sujeitos pronominais expressos. De maneira semelhante, mas inversa, se a hipótese funcionalista estiver correta, encontraremos mais sujeitos expressos em contextos de conexão não ótima. Foi isso o que, de fato, encontramos.

QUADRO 3 – SUJEITOS EXPRESSOS

Sujeitos expressos em contextos de conexão ótima	Sujeitos expressos em contextos de conexão não ótima
271/837 (32,2%)	566/837 (67,8%)

Fonte: elaborado pelos autores.

Há aqui uma tendência que merece atenção, não restam dúvidas. Ainda que os sujeitos expressos por pronome sejam “a regra” em PB, eles aparecem majoritariamente em contextos de conexão não ótima (67,8%). Os sujeitos nulos em PB, ainda que menos frequentes, aparecem majoritariamente em contextos de conexão ótima (63,5%).

Depois disso, fizemos o cruzamento contrário: verificamos como os contextos de conexão ótima e não ótima se relacionavam com sujeitos nulos e expressos. De todas as ocorrências

(1.270) que encontramos no *corpus*, classificamos 546 como ocorrências que aconteceram em contextos de conexão discursiva ótima e 726 como ocorrências que aconteceram em contextos de conexão discursiva não ótima.

Dessas 726 ocorrências de sujeitos em conexão discursiva não ótima, encontramos (como esperado) sujeitos expressos na maior parte dos casos: 78,1% dos casos. Contudo, por algum motivo ainda desconhecido para nós, 21,9% das ocorrências (i.e. 158 ocorrências) foram realizadas com sujeitos nulos. A gramática do PB, de maneira geral, favorece o sujeito expresso (e não o nulo) e a conexão discursiva não ótima também, por hipótese, favorece o sujeito expresso (e não o nulo). Esperaríamos, portanto, encontrar aqui uma maioria absoluta de sujeitos expressos. Não foi o que encontramos. Isso significa que, nessas 158 ocorrências (de 726), reside um problema a ser investigado, a saber: por que encontramos sujeitos nulos aqui?

QUADRO 4 – CONTEXTOS DE CONEXÃO DISCURSIVA NÃO ÓTIMA

Sujeitos nulos em conexão não ótima	Sujeitos expressos em conexão não ótima
158/726 (21,9%)	566/726 (78,1%)

Fonte: elaborado pelos autores.

No último cruzamento que faltava, analisamos as 546 ocorrências de contextos de conexão ótima que encontramos no *corpus*. Aqui, não sabíamos muito bem o que esperar. Por um lado, os contextos de conexão ótima favoreceriam as ocorrências de sujeito nulo. Por outro, sabemos que a gramática do PB *desfavorece* o sujeito nulo. Pensamos, então, que encontraríamos duas forças gramaticais entrando em conflito aqui. O resultado ficou... interessante.

QUADRO 5 – CONTEXTOS DE CONEXÃO DISCURSIVA ÓTIMA

Sujeitos nulos em conexão ótima	Sujeitos expressos em conexão ótima
275/546 (50,4%)	271/546 (49,6%)

Fonte: elaborado pelos autores.

A metade dos casos de sujeitos em contexto de conexão discursiva ótima é expressa; a outra metade não. São casos interessantes que também merecem atenção. Pensamos que, em sendo a tendência geral do PB contemporâneo expressar o pronome em função de sujeito, qualquer tipo de construção ou contexto discursivo que favoreça o sujeito nulo deve ser investigado. Aqui apresentamos apenas o início de uma investigação que estamos encaminhando — esboçamos de maneira incipiente ainda o que entendemos por “conexão discursiva ótima” e olhamos para sujeitos (expressos e nulos) apenas de 1ª pessoa. O certo é que motivações funcionais são tão legítimas quanto motivações formais na investigação de fenômenos gramaticais como a expressão do sujeito em PB e muito podem nos revelar sobre eles.

REFERÊNCIAS

AYRES, M. R. Objetos nulos, elipses de VP e retomadas pronominais na fala infantil em PB: uma reanálise do trabalho de Ayres e Othero (2016). *Domínios de Linguagem*, v. 12, 2018.

AYRES, M. R.; OTHERO, G. A. Aspectos condicionadores do objeto nulo e do pronome pleno em português brasileiro: uma análise da fala infantil. *Caderno de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem*, v. 2, n. 2, 2016.

BATTISTI, E.; MORAS, V. T.; OLIVEIRA, S. G.; CORREA, R. C.; DUARTE, I. LínguaPOA, acervo de entrevistas sociolinguísticas em constituição: desenho da amostra e resultados dos primeiros estudos. *SeTAL* 2017.

BISOL, L.; MONARETTO, V. N. O. Prefácio: VARSUL e suas origens, uma história sumariada. *ReVEL*, edição especial n. 13, 2016.

COELHO, I. L.; OTHERO, G. A.; VIEIRA-PINTO, C. A. Reanálise de variáveis semânticas no condicionamento do objeto nulo e do pronome pleno na fala de Florianópolis. *Fórum Linguístico*, v. 14, n. 4, 2017.

COLLISCHONN, G.; MONARETTO, V. Banco de dados VARSUL: a relevância de suas características e a abrangência de seus resultados. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 56, n. 3, 2012.

CYRINO, S.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (org.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt; Vervuert, 2000.

DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

GIVÓN, T. *A compreensão da gramática*. Trad. de Maria Angélica Furtado da Cunha, Mário Eduardo Martelotta e Filipe Albani. São Paulo: Cortez; Natal: EDUFRN, 2012[1979].

GIVÓN, T. *English grammar: a function-based introduction*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v. 1, 1993.

LAZZARI, M. G. Motivações discursivas para o uso do sujeito nulo. *Anais do IV Seminário Internacional de Língua, Literatura e Processos Culturais*. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v. 1, 2019.

OTHERO, G. A.; CYRINO, S.; SCHABBACH, G.; ROSITO, R.; ALVES, L. M. Objeto nulo e pronome pleno na retomada anafórica em PB: uma análise em *corpora* escritos com características de fala. *Revista da Anpoll*, v. 1, 2018.

OTHERO, G. A.; SCHWANKE, C. Retomadas anafóricas de objeto direto em português brasileiro escrito. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 1, 2018.

OTHERO, G. A.; SPINELLI, A. C. Sujeito pronominal expresso e nulo no começo do séc. XXI (e sua relação com o objeto nulo em PB). *Domínios de Lingu@gem*, v. 13, n. 1, 2019a.

OTHERO, G. A.; SPINELLI, A. C. Um tratamento unificado da omissão e da expressão de sujeitos e objetos diretos pronominais de 3ª pessoa em português brasileiro. *Caderno de Estudos Linguísticos*, v. 61, n. 1, 2019b.

OTHERO, G. A.; SPINELLI, A. C. Analisando a retomada anafórica do objeto direto em português falado. *Revista Letras*, v. 96, 2017.

PAREDES SILVA, V. L. Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal: uma análise em tempo real. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

Squib convidado.

Recebido e aceito no dia 1.º de abril de 2020.



PRO É O SUJEITO NULO EM (ALGUMAS) SENTENÇAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO DAS IMPESSOAIS NULAS MODALIZADAS

JANAYNA CARVALHO*

RESUMO

Este *squib* discute algumas características das impessoais nulas do português brasileiro (PB), um grupo de sentenças com sujeitos nulos. O foco da discussão são as impessoais nulas modalizadas, como *Aqui **pode** estacionar?*, em que há a presença de um verbo modal deôntico. No decorrer do texto, discutimos suas propriedades, com vistas a diferenciá-las de outros tipos sentenciais com sujeitos nulos em PB, incluindo impessoais nulas não modalizadas, que possuem um sujeito nulo de natureza diferente. Por meio da exploração das propriedades dessas sentenças, argumentamos que os sujeitos nulos em impessoais nulas modalizadas são uma instância de PRO e isso fica claro quando se levam em conta propriedades menos exploradas dessa categoria vazia, como as discutidas em Lebeaux (1988).

Palavras-chave: sujeito nulo, PRO, sentenças impessoais

ABSTRACT

This squib discusses some characteristics of null impersonals in Brazilian Portuguese (BP), a group of sentences with null subjects. We focus our discussion on modalized null impersonals in Brazilian Portuguese, in which a deontic modal is invariably present. *Aqui **pode** estacionar?* (literally 'Here can park?') is an example of a modalized null impersonal. Throughout the text, we present the properties of modalized null impersonals and differentiate them from other sentences with null subjects in BP, including non-modalized null impersonals. We ultimately show that the null subject in modalized null impersonals is PRO, given its resemblance to underexplored and subtle properties of this empty category, as discussed in Lebeaux (1988).

Keywords: null subject, PRO, impersonals

* Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, e CNPq. Professora Adjunta, *e-mail*: janaynacarvalho@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as características de sujeitos nulos em português brasileiro (PB) estão, há vários anos, em destaque na literatura sintática sobre essa língua. Como o PB tem mudado sua marcação paramétrica (cf. DUARTE, 1995), os sujeitos de referência definida estão cada vez mais sendo preenchidos por pronomes lexicalmente realizados. Com isso, há diferentes abordagens para o tratamento dos sujeitos nulos definidos residuais do PB. Há abordagens que defendem que eles são instâncias de *pro*, mas que essa categoria vazia seria, nessa língua, licenciada de forma fundamentalmente diferente de *pro* em italiano, por exemplo (cf. MODESTO, 2000 e trabalhos subsequentes). Há, ainda, abordagens que defendem que *pro* em sentenças definidas não estaria mais ativo em PB e atribuem a presença de sujeitos nulos residuais a movimento (FERREIRA, 2000; RODRIGUES, 2004; NUNES, 2008 e trabalhos subsequentes). Este *squib* discute uma questão complementar a essa, nomeadamente, qual é a categoria vazia por trás dos sujeitos nulos em sentenças impessoais (ou seja, sem referência definida). Como se sabe, sentenças impessoais, do tipo que se vê em (1), abaixo, devem obrigatoriamente ter um pronome impessoal foneticamente realizado tanto em línguas *pro-drop*, como o italiano, quanto em línguas não *pro-drop*, como o inglês. Assim, a possibilidade de que um sujeito nulo seja interpretado com referência indefinida é extremamente restrita nas línguas e é, frequentemente, tomada como um diagnóstico de língua parcial ou radicalmente *pro-drop* (cf. HOLMBERG, 2005; BARBOSA, 2019, por exemplo).

(1) Aqui não pode entrar na piscina bêbado.

Neste *squib*, vamos discutir as características do sujeito nulo de sentenças impessoais como (1). Assim como em (1), o sujeito nulo é indefinido em (2), abaixo, e não é foneticamente realizado, o que pode nos levar a pensar que, nas duas sentenças, o sujeito nulo é essencialmente a mesma categoria.

(2) Nessa loja aceita cartão.

Todavia, como veremos, sentenças como (1) possuem propriedades singulares, se comparadas com (2). Embora não exploremos suficientemente o sujeito nulo em sentenças como (2) neste texto, o contraste de algumas de suas propriedades deixa claro que os sujeitos nulos do PB não são todos pertencentes à mesma categoria. Neste texto, defenderemos que o sujeito nulo em (1) é PRO, o que corrobora a hipótese de esse ser sujeito nulo residual do PB (KATO, 1999; GALVES, 2001). No entanto, essa hipótese é somente corroborada parcialmente aqui, por duas razões. Primeiramente, a discussão deste texto se detém somente em impessoais nulas modalizadas. Além disso, seguimos a abordagem de Lebeaux (1988) sobre o comportamento de PRO, que diverge, em vários aspectos, da abordagem de Chomsky (1981), por exemplo.

O texto está organizado da seguinte forma. Na seção 2, apontamos algumas diferenças entre impessoais nulas modalizadas e impessoais nulas não modalizadas (chamadas de

impessoais nulas simples, de agora em diante). Na seção 3, discutimos que tipo de modal pode aparecer em impessoais nulas modalizadas. Na seção 4, apresentamos a proposta de PRO ser o sujeito nulo em impessoais nulas modalizadas. A seção 5 conclui o texto.

2 IMPESSOAIS NULAS SIMPLES E IMPESSOAIS NULAS MODALIZADAS

Nesta seção, destacamos algumas das características de impessoais nulas simples e modalizadas para que fique claro por que nosso foco, no restante do texto, passa a ser somente em sentenças como (1). As diferenças abordadas aqui serão: interpretação habitual vs. genérica, sujeito nulo existencial vs. genérico e licenciamento ou não de elementos que apontem a presença sintática de um sujeito nulo.

Impessoais nulas simples descrevem eventos habituais, como se pode ver em (3). Em contraste, impessoais nulas modalizadas descrevem eventos genéricos. Em (4), não está em questão se já há pessoas que habitualmente vendem cachorro-quente no local a que o advérbio dêitico *aqui* se refere; a sentença (4) afirma tão somente que isso é geralmente permitido.

- (3) Nessa loja vende cachorro-quente.
- (4) Aqui pode vender cachorro-quente.

A segunda diferença entre os dois tipos de sentença é a interpretação do sujeito nulo. Em (3), o sujeito nulo tem interpretação existencial, já que exclui o falante e o ouvinte.¹ Por sua vez, o sujeito nulo em (4) é genérico, significando que qualquer um pode vender cachorro-quente nesse local, incluindo eu e você.

Um teste apresentado em Sigurðsson e Egerland (2009) deixa claras as diferenças de interpretação. Em (5), temos uma impessoal nula não modalizada e percebemos que ela não aceita como continuação o fragmento *ou, pelo menos, eu vendo*, já que o falante não está incluso na referência desse sujeito nulo. Em (6), por outro lado, a continuação com o fragmento *ou, pelo menos, eu posso* é possível justamente porque o falante está potencialmente incluído na referência desse sujeito nulo.

- (5) #Nessa loja vende cachorro-quente (ou, pelo menos, eu vendo).
- (6) Aqui pode vender cachorro-quente (ou, pelo menos, eu posso).

À primeira vista, as duas diferenças anteriores — leitura habitual vs. genérica e referência do sujeito nulo — não são suficientes para descartar a possibilidade de que haja um sujeito nulo do mesmo tipo nessas sentenças. Cinque (1988) mostrou como, em sentenças impessoais com o clítico *se*, fatores como o tempo da sentença influenciavam na leitura

¹ Por vezes, também chamada de interpretação arbitrária. Usarei “existencial” aqui para que não haja confusão entre essa acepção de arbitrário e a nomenclatura PRO arbitrário.

genérica ou existencial da sentença. No entanto, uma diferença crucial entre impessoais nulas simples e impessoais nulas modalizadas é o licenciamento de uma série de elementos que precisam de um agente sintaticamente realizado.

Rodrigues (2004) nota que impessoais nulas simples não licenciam predicados secundários e anáforas, como ilustrado em (7) e (8), respectivamente. Por contraste, impessoais nulas modalizadas, exemplificadas em (9) e (10), licenciam os referidos elementos.

- (7) *Nessa loja aceita cartão de crédito contrariado.
- (8) *Nessa feira não escuta a si mesmo.
- (9) Nessa loja pode aceitar cartão de crédito contrariado.
- (10) Aqui não pode ficar falando de si mesmo.

É importante ressaltar que (7) e (8) são sentenças malformadas se interpretadas com os ingredientes de impessoais nulas simples: leitura habitual e sujeito existencial. Alguns falantes apresentam interpretações alternativas para tais sentenças e passam, então, a julgá-las como bem formadas. Nesses casos, os falantes declaram, (7) e (8) passam a ser bem-formadas se dermos a elas uma interpretação “imperativa”, que poderia ser traduzida por (11) e (12).

- (11) Nessa loja aceita cartão de crédito contrariado!
- (12) Nessa feira não escuta a si mesmo!

Veja que, nesses casos, as sentenças passam a ter uma interpretação modal, já que se fala de uma ordem ou lei, e não podem ser, portanto, equiparadas às sentenças (5) e (6). Nesse caso, essas sentenças se assemelham àquelas em (7) e (8), em que se asseve o que um falante pode e não pode fazer.

Voltemos, agora, ao contraste entre impessoais nulas simples e impessoais nulas modalizadas exemplificado pelos dados de (7) a (10). Com base nesses dados, mais uma diferença relevante entre esses tipos de sentenças impessoais pode agora ser apontada. Podemos dizer que impessoais nulas modalizadas possuem um pronome sintaticamente disponível, que é responsável por licenciar anáforas e predicados secundários. Impessoais nulas simples, por outro lado, não possuem esse elemento presente na sintaxe. Assim, embora impessoais nulas simples, obviamente, tenham um elemento que assegure a interpretação de agente, ele não está disponível sintaticamente (cf. CAVALCANTE, 2003; RODRIGUES, 2004). As impessoais nulas simples se assemelham assim a passivas, que também possuem interpretação de agente, mas não podem licenciar anáforas e predicados secundários (do agente), visto que ele não está representado na sintaxe.²

Em suma, esta seção mostrou que os sujeitos em impessoais nulas simples e modalizadas são diferentes. Eles não só possuem diferenças semânticas, mas também diferenças sintáticas que asseguram que esses sujeitos nulos não podem ser tratados da mesma forma. Nas próximas seções, detemo-nos somente em impessoais nulas modalizadas.

² Para uma discussão das propriedades dos sujeitos em impessoais nulas simples, veja Alexiadou e Carvalho (2017), Carvalho (2018), Carvalho (2019a) e Carvalho (2019b).

3 QUAIS MODAIS SÃO PERMITIDOS EM IMPESSOAIS NULAS MODALIZADAS?

Nesta seção, focamos nossa atenção especificamente nos verbos modais que aparecem em impessoais nulas modalizadas. O verbo modal *poder*, no seu sentido deôntico, é um dos mais utilizados nesse tipo de impessoal nula. Além dele, o modal *ter* também é comumente encontrado nessas sentenças. Veja que outros modais, no entanto, são proibidos ou muito desviantes, como os exemplos abaixo mostram.

- (13) Aqui pode nadar. (permissão)
- (14) Aqui pode nadar. (*habilidade)
- (15) Aqui tem que nadar.
- (16) *Aqui quer nadar.
- (17) *Aqui pode nadar. (possibilidade de evento = pode ser que alguém nade)
- (18) *Aqui necessita nadar.
- (19) *Aqui precisa nadar.

Examinemos os dados acima. O dado em (13) mostra que *poder*, no sentido deôntico, é licenciado em impessoais nulas modalizadas, como já havíamos visto em exemplos anteriores. O dado em (14) mostra que esse mesmo verbo, em sua leitura de habilidade (isto é, quando usamos tal verbo para dizer que alguém tem a capacidade de fazer alguma coisa), não é licenciado em impessoais nulas modalizadas. O dado em (15) mostra que a leitura de obrigação é também possível em impessoais nulas modalizadas. De (16) a (19) vemos vários verbos modais não licenciados em impessoais nulas. Eles expressam volitividade, em (16), possibilidade (de que o evento ocorra), em (17), e necessidade, em (18) e (19). Levando esse dado em conta, a que se daria o licenciamento tão restrito de modais em impessoais nulas modalizadas? Essa restrição a alguns modais pode ser examinada com a hierarquia proposta por Cinque (1999) e reproduzida em (20), onde estão grifados os modais licenciados em impessoais nulas modalizadas:

- (20) Mod_{EPIST}>Mod_{NECESSITY}>Mod_{POSSIBILITY}>Mod_{VOLITION}>**Mod_{OBLIGATION}**>Mod_{ABILITY/PERMISSION}

A hierarquia em (20) mostra que modais de habilidade e permissão são os mais baixos, portanto os mais próximos de vP, seguidos pelos modais de obrigação, volição, possibilidade, necessidade e modais epistêmicos, já bastante distantes do vP. Com base nessa hierarquia, fica claro que impessoais nulas modalizadas selecionam os modais mais próximos ao vP. Quanto mais distantes eles estiverem, é menos provável que sejam licenciados nessa construção. No momento, podemos especular que tal restrição tem a ver com uma relação entre o modal e o argumento externo do vP. Consideremos, agora, a sentença (21), abaixo, que parece confirmar essa intuição inicial.

- (21) *Aqui pode ter estacionado o carro.

Aparentemente, não há razão para que (21) seja uma sentença malformada. Nessa sentença, há o modal *poder*, em seu sentido deôntico, que, como vimos, é licenciado em impessoais nulas modalizadas. Também não há impedimento para que um predicado como *ter estacionado* participe de uma sentença genérica. Qualquer pessoa pode estacionar um carro e esquecer o local exato onde o deixou. Uma explicação possível para a má-formação de (21) passa pela restrição de proximidade do vP. Em (21), entre o vP e o modal, haveria uma projeção de aspecto perfectivo interveniente, impedindo a possível relação entre o modal e essa projeção. A necessidade de o modal estar tão próximo ao vP será discutida na próxima seção.

4 PRO EM IMPESSOAIS NULAS MODALIZADAS?

Nesta seção, defendemos que o sujeito nulo em impessoais nulas modalizadas é PRO. Baseamo-nos na proposta de Lebeaux (1988), que mostra que PRO (arbitrário ou controlado) é sempre ligado. Em casos de PRO arbitrário, o elemento é ligado a um operador em posição A', enquanto em casos de PRO controlado, ele é ligado ao antecedente. Para demonstrar essa abordagem, consideremos a sentença em (22), extraída de Lebeaux (1988, p. 260):

- (22) PRO Making a large profit (as a landlord) requires PRO exploring the tenant.
'PRO Ter um grande lucro (como um locatário) requer explorar os inquilinos.'

Em (22), as duas instâncias de PRO referem-se a um conjunto genérico de entidades (no caso, locatários que exploram seus inquilinos). Referir-se a um conjunto genérico de entidades é uma das propriedades de PRO e, portanto, é esperado que (22) se comporte dessa forma. No entanto, o que não é esperado é que a referência das duas instâncias de PRO tenha de ser idêntica, como ela é em (22). Ou seja, as mesmas pessoas que querem ter muito lucro são as que devem explorar seus inquilinos. Essa coincidência total de referência seria inesperada se os dois PRO_{arb} da sentença fossem independentes. Perceba, ainda, que não há relação de c-comando entre as duas instâncias de PRO, o que poderia explicar essa coincidência total de referência. Com base em dados como esse, Lebeaux propõe que há um operador universal em posição A' ligando essas duas instâncias de PRO na sentença. Com base em dados como esse, Lebeaux formula a ideia de que PRO está sempre ligado. PRO_{arb}, mais especificamente, está ligado a um operador A'.

Voltando nossa atenção às impessoais nulas modalizadas, percebemos que o mesmo ocorre em estruturas em que elas estão presentes. Em (23), por exemplo, a referência do sujeito nulo da oração subordinada é a mesma do sujeito da sentença matriz e isso é possível pelo fato de estarem ambos ligados a um operador universal.

- (23) Se \emptyset_i pode ter muito lucro, \emptyset_i pode explorar os inquilinos.

Tendo notado essa semelhança entre PRO_{arb} e os sujeitos de impessoais nulas modalizadas, podemos apresentar, ainda, outras evidências para a hipótese de que o sujeito nulo, nesses casos, é PRO. Como vimos na seção 2, as impessoais nulas licenciam uma série

de elementos que apontam para um pronome expresso sintaticamente. Nesse quesito, o sujeito de impessoais nulas modalizadas é semelhante ao de sentenças com PRO, que também licencia anáforas, predicados secundários e adjuntos orientados para o sujeito, como se vê em (24)-(26).

- (24) [PRO Olhar a si mesmo] é importante.
- (25) [PRO Comer deitado] faz mal.
- (26) [PRO Pedir demissão voluntariamente] é corajoso.

Repare, todavia, que essa não é uma evidência suficiente, já que *pro*, categoria nula presente em sentenças finitas, também pode licenciar esses mesmos elementos em todas as línguas em que tal pronome é licenciado. Porém, há ainda outras características que aproximam PRO do sujeito nulo de sentenças impessoais modalizadas. Tanto o sujeito destas sentenças quanto PRO têm leitura exclusivamente genérica. PRO é incompatível com leituras existenciais por não permitir combinações de tempo e aspecto que produziriam leituras existenciais do pronome. De forma geral, passado episódico produz leituras existenciais de pronomes impessoais (cf. CINQUE, 1988). Essa é uma razão então para que (27) seja malformada. Em uma sentença como essa, o sujeito nulo só pode ter uma leitura existencial. Se o sujeito nulo for obrigatoriamente genérico, a sentença é malformada, como se observa nesse dado.³

- (27) *Aqui pôde vender cachorro-quente.

Lebeaux (1988) também observa que sentenças com duas instâncias de PRO arbitrário incluem rotineiramente verbos como *require* ('requerer'), *entail* ('acarretar'), etc., sugerindo que a leitura arbitrária de PRO se calca em uma base deôntica. Mais explicitamente, o operador universal que se liga a PRO nesses casos está presente quando a sentença tem uma orientação deôntica. Como observamos, impessoais nulas modalizadas necessitam de uma base deôntica também para serem formadas. Sob esse prisma, a restrição de que modais deônticos de raiz estejam presentes nessa sentença está ligada às exigências do operador universal.

Um último paralelo é a possibilidade de PRO_{arb} em sentenças completivas c-comandadas por uma expressão referencial na oração acima, construção também observada por Lebeaux (1988, p. 261).

- (28) The President_i said that PRO_j getting a tax rebate would require his signing the bill.
'O presidente_i disse que \emptyset _j conseguir uma restituição depende de ele assinar o projeto.'

Seria de se esperar que PRO, na sentença encaixada, fosse ligado à expressão referencial *The President* em (28). Todavia, PRO é arbitrário nessa sentença. Isso é possível porque PRO

³ Embora sentenças como (i) sejam bem-formadas, elas não são de fato sentenças no passado. Como discutido em Cyrino (2013), a morfologia antes exclusivamente usada para passado tem sido usada para veicular aspecto perfectivo, o que se observa em (i).

(i) Pagou, lavou.

é ligado por um operador A' nesse caso, resultando em sua leitura arbitrária.⁴ O mesmo pode ocorrer em impessoais nulas modalizadas em PB, como se vê em (29), abaixo. Nesse caso, veja que a sentença matriz é seguida por duas encaixadas com sujeitos nulos, sinalizados por \emptyset_i e \emptyset_j . A sentença é ambígua, já que o primeiro sujeito nulo pode tanto se referir a *João*, sujeito da sentença matriz, quanto ser genérico. Concentremo-nos na última interpretação aqui. Semelhantemente ao que vimos em (28), o sujeito nulo nesse caso já está ligado a um operador A' e não pode tomar *João* como seu antecedente. Assim como PRO em (28), o sujeito de impessoais nulas modalizadas se liga a um operador A' e deixa de participar de relações de correferência que seriam, à primeira vista, obrigatórias, já que ele é c-comandado pelo sujeito da matriz. Essa semelhança de comportamento em sentenças encaixadas mostra, novamente, que o sujeito em impessoais nulas modalizadas é PRO.

(29) João_j disse que \emptyset_i pode dizer que \emptyset_j vem amanhã.

5 CONCLUSÃO

Este texto examinou brevemente algumas características do sujeito de impessoais nulas modalizadas. Mostramos que muitas das características desses sujeitos nulos são comumente achadas em sentenças com PRO arbitrário. Mais do que mostrar que, de uma forma geral, sentenças com sujeitos nulos têm PRO arbitrário em PB, a discussão mostra que há diferentes tipos de sujeitos nulos, possivelmente em virtude de especificidades da sentença, como a presença de uma base deôntica. Assim, os resultados dessa discussão nos mostram mais uma vez o quão multifacetada pode ser uma gramática que perdeu sujeitos nulos definidos em vários contextos, mas apresenta sujeitos nulos inovadores, especialmente em sentenças impessoais.

⁴ Esse argumento não necessariamente se mantém em PB, porque a oração subordinada *que conseguir...* pode ser analisada como contendo um infinitivo flexionado, ambiente em que PRO não é licenciado.

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, A.; CARVALHO, J. The role of locatives in (partial) pro-drop languages. *In: BAILEY, L. R.; SHEEHAN, M. (ed.). Order and Structure in Syntax II: Subjecthood and Argument Structure*. Berlim: Language Science Press, 2017.
- BARBOSA, P. P. pro as a Minimal nP: Toward a Unified Approach to Pro-Drop. *Linguistic Inquiry*, v. 50, n. 3, 2019.
- CAVALCANTE, S. *On the Arbitrary/Generic Null Subject in Brazilian Portuguese*. Manuscrito. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- CARVALHO, J. Diferentes tipos de sujeitos nulos no português brasileiro. *ReVEL*, v. 16, n. 30, 2018.
- CARVALHO, J. Incorporated subjects in Existential Impersonal Sentences in Brazilian Portuguese. *In: WOLFSBURGER, A.; HERBECK, P.; POLL, B. (ed.). Semantic and syntactic aspects of impersonality*. Berlim: Linguistic Beritche, 2019a.
- CARVALHO, J. Teasing apart 3rd person null subjects in Brazilian Portuguese. *In: FELDHAUSEN, I.; ELSIG, M.; KUCHENBRANDT, I.; NEUHAUS, M. (ed.). Romance Languages and Linguistic Theory 15: Selected papers from Going Romance 30*. Amsterdam: John Benjamin, 2019b.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CINQUE, G. On si Constructions and The Theory of arb. *Linguistic Inquiry*, v. 19, n. 4, 1988.
- CINQUE, G. *Adverbs and functional heads: A cross-linguistic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CYRINO, S. On richness of tense and verb movement in Brazilian Portuguese. *In: CAMACHO-TABOADA, V.; JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, A.; MARTÍN GONZÁLEZ, J.; REYES-TEJEDOR, M. (org.). Information structure and agreement*. Amsterdam: John Benjamins, 2013.
- DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro*. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1995.
- FERREIRA, M. B. *Argumentos nulos em português brasileiro*. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2000.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- HOLMBERG, A. Is there a little pro? Evidence from Finnish. *Linguistic inquiry*, v. 36, n. 4, 2005.
- KATO, M. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. *Probus*, v. 11, n. 1, 1999.

LEBEAUX, D. Anaphoric Binding and the Definition of PRO. *Proceedings of NELS*. 1984.

MODESTO, M. *On the identification of null arguments*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Southern California, Los Angeles, 2000.

NUNES, J. Inherent case as a licensing condition for A-movement: The case of hyper-raising constructions in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 7, n. 2, 2008.

RODRIGUES, C. *Impoverished morphology and A-movement out of case domains*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Maryland, College Park, 2004.

SIGURÐSSON, H. Á.; EGERLAND, V. Impersonal null-subjects in Icelandic and elsewhere. *Studia Linguistica*, v. 63, n. 1, 2009.

Squib convidado.

Recebido e aceito em 21 de março de 2020.



SQUIBS

SQUIBS

SQUIBS





NOTAS SOBRE MOVIMENTO DO VERBO, MORFOLOGIA DE CONCORDÂNCIA E SINTAXE DO SUJEITO

HUMBERTO BORGES*

RESUMO

Uma vez que a interface entre a morfologia e a sintaxe tem tido um campo frutífero de investigação na linguística gerativa, especialmente sob o escrutínio da hipótese da concordância rica, que vincula a expressão fonológica das flexões dos verbos finitos a vários fenômenos sintáticos, como o movimento do verbo para T e a sintaxe do sujeito, incluindo o licenciamento de sujeitos nulos, este *squib* objetiva mostrar que não existe um modelo universalmente válido de concordância rica que possa explicar o movimento do verbo para T e a sintaxe do sujeito. Trazemos evidências do dinamarquês e do português brasileiro para corroborar nossa argumentação.

Palavras-chave: movimento do verbo, morfologia de concordância, sujeito

ABSTRACT

Given that the interface between morphology and syntax has had a fruitful field of investigation in generative linguistics, especially under the scrutiny of the so-called Rich Agreement Hypothesis, which links the phonological expression of finite verb inflections to various syntactic phenomena, such as the verb movement to T and the syntax of the subject, including the licensing of null subjects, this squib aims to show that there is no universally valid model of rich agreement that can explain the verb movement to T and the syntax of the subject. We bring diachronic evidence from Danish and Brazilian Portuguese to support our argument.

Keywords: verb movement, Rich Agreement Hypothesis, subject

* Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, pós-doutorado. *E-mail:* humbertoborges@outlook.com.br. Este trabalho contou com fomento da CAPES (Processo: 007549/2015-0) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).

Desde Permulter (1971), estudos sobre as línguas de sujeito nulo levam em conta o papel das terminações flexionais do paradigma verbal de uma dada língua para recuperar a interpretação definida dos sujeitos nulos. Nessa direção, na transição da teoria de regência e ligação para o programa minimalista (PM), uma corrente de estudos que defende que a morfologia verbal repercute na sintaxe passa a fornecer análises interessantes no âmbito das assimetrias do movimento do verbo, especialmente no grupo das línguas germânicas e escandinavas, com implicações (in)diretas para a sintaxe do sujeito. Essa vertente de estudos é aprimorada sob o escrutínio daquilo que Bobaljik (2002) denominou de a hipótese da concordância rica (do inglês *The Rich Agreement Hypothesis*).

(1) **Hipótese da concordância rica (versão estrita)**

Concordância verbal rica provoca movimento de V-para-T.

Corolário: a perda da concordância rica implica a perda de movimento do verbo.

Em geral, os estudos em torno da hipótese em (1) apontam que a riqueza morfológica do paradigma dos verbos finitos se correlaciona com uma posição específica do verbo na oração, ou ainda com o licenciamento de sujeitos nulos. Mais especificadamente, esses estudos indicam que, se o verbo em uma dada língua tem um paradigma flexional rico para estabelecer a concordância com o sujeito, o verbo nessa língua deve sempre aparecer à esquerda de advérbios de modo como resultado do movimento de V-para-T. Desse modo, o movimento de V-para-T é uma operação que resulta da correlação entre morfologia flexional rica e o movimento do verbo para uma posição mais alta.¹ Uma das abordagens pioneiras no escopo da hipótese em (1) é a de Rohrbacher (1994, 1999), que afirma, inclusive, que a concordância verbal rica e o movimento de V-para-T em uma dada língua têm implicações no licenciamento de sujeitos nulos. Para o autor, se e somente se os traços de 1ª e 2ª pessoas são distintamente marcados pela morfologia de concordância, os afixos de concordância são listados separadamente no léxico e projetam seus próprios núcleos na sintaxe, onde eles atraem o verbo para posições de núcleo e permitem que as posições de especificador sejam preenchidas por vários elementos (não) realizados fonologicamente.²

Rohrbacher (1999) assume que todas as línguas têm um TP nucleado pelos traços abstratos de tempo, que são essenciais para a interpretação da sentença em LF e que, portanto, são sempre estruturalmente representados na sintaxe. As características abstratas de concordância entre sujeito e verbo, por sua vez, não são essenciais para a interpretação em LF e são, portanto, estruturalmente representadas na sintaxe apenas se o paradigma

1 Ressalta-se que, além da morfologia de concordância, há uma variedade de razões pelas quais o verbo se move para T. O movimento V2, por exemplo, é gerado por um gatilho independente, cujo resultado é a colocação obrigatória do verbo na segunda posição da oração, independentemente da posição de outros constituintes.

2 Propostas alternativas à teoria de Rohrbacher (1994, 1999) são Vikner (1997) e Koeneman (2000). Vikner (1997, p. 207) diz que “uma língua SVO tem movimento de V-para-T se e somente se a morfologia de pessoa é encontrada em todos os tempos”. Koeneman (2000, p. 72) afirma que “os afixos em um paradigma são listados lexicalmente (e, portanto, forçam o movimento V-para-T) se as características de [1ª] e [2ª] e de [singular] forem cada uma delas contrastadas em algum lugar nesse paradigma”.

que as expressa for referencial e listado no léxico, por meio do qual núcleos sintáticos são projetados em razão de marcar distintamente os traços de concordância referencial de 1ª e 2ª pessoas. Para Rohrbacher (1999), se a distinção morfológica estiver presente em ao menos um tempo verbal, então o movimento de V-para-T ocorre sistematicamente em todos os tempos, independentemente dos outros tempos marcarem as distinções relevantes de pessoa. Rohrbacher (1999) argumenta que os traços de pessoa na morfologia do verbo repercutem de modo especial na sintaxe porque eles têm a habilidade especial de se referirem a entidades no discurso: *“the person features by themselves establish whether the subject refers to the speaker(s), the addressee(s), or other(s). Other features often expressed by subject-verb agreement [e.g. number and gender] do not have this ability”* (ROHRBACHER, 1999, p. 128).³

A proposta de Rohrbacher (1999) prevê que apenas dois tipos de línguas podem existir dadas essas duas variáveis: um tipo no qual a concordância é pobre e na qual os adjuntos de VP não podem intervir entre o verbo e seu objeto direto; e um tipo no qual a concordância é rica e, portanto, sujeitos nulos são licenciados e os adjuntos de VP devem intervir entre o verbo e seu objeto direto.

Para exemplificar a correlação que faz entre morfologia verbal rica, movimento de V-para-T e sujeitos nulos, Rohrbacher (1999, p. 222) cita diferenças entre as gramáticas do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB). O autor cita, por exemplo, que os traços-φ referenciais de 2ª pessoa são minimamente marcados no PE, mas não no PB. A 2ª pessoa do plural *vós* (*comprais, falais*) perdeu-se em ambas as línguas, restando apenas a 2ª pessoa do plural *vocês*, cuja morfologia de flexão é indistinguível da 3ª pessoa do plural. Com base em Duarte (1993), Rohrbacher (1999) menciona que, ao contrário do PE, o PB também perdeu a distintamente marcada 2ª pessoa do singular *tu* (*compras, falas*), que foi substituída pela forma pronominal inovadora *você* (*compra, fala*) no início do século XX, restando apenas a forma pronominal inovadora, que é morfológicamente indistinguível da 3ª pessoa do singular. O autor enfatiza, ainda, que o PB, assim como o francês, teria substituído a 1ª pessoa do plural (*nós falamos*) pela forma impessoal (*a gente fala*). Assim, se, conforme postulado por Rohrbacher (1999), o movimento de V-para-T depende de marcação morfológica distintiva mínima de todas as características de referência da 1ª e 2ª pessoas, prediz-se que o PE tem movimento do verbo para o núcleo flexional/temporal mais alto, enquanto o PB não o tem. Rohrbacher (1999) considera que suas predições parecem estar certas: a literatura gerativista na época já vinha atestando que o PE tem movimento de V-para-T enquanto o PB tem *V in situ* ou movimento do verbo para uma posição intermediária, mas crucialmente não mais alta que o núcleo flexional/temporal.

O francês é considerado uma língua de morfologia pobre, porém apresenta movimento de V-para-T, o que é um desafio para a proposta de Rohrbacher (1994, 1999). A esse respeito, o pesquisador argumenta que dados de duplicação do sujeito no francês coloquial podem ser

³ Traduzido: “os traços formais de pessoa por si só estabelecem se o sujeito se refere ao(s) falante(s), ao(s) destinatário(s) ou a outro(s). Outras características frequentemente expressas pela concordância entre sujeito-verbo [e.g. número e gênero] não têm essa habilidade”.

tomados como exemplos de concordância entre sujeito e verbo em vez de deslocamento de clítico à esquerda; isto é, para Rohrbacher (1999), clíticos sujeitos em francês formam *um paradigma completo*. O autor pontua que a duplicação de clíticos é obrigatória com os pronomes em francês (2a) e que, no geral, os clíticos são encontrados em quase todas as orações finitas, inclusive com NP (2b).

(2) **Francês**

a. <i>Lui</i>	<i>il</i>	<i>mange.</i>
Ele	CLITIC.3.MASC.SG	come
b. <i>Jean</i>	<i>il</i>	<i>mange.</i>
João	CLITIC.3.MASC.SG	come

(ROHRBACHER, 1999, p. 218)

Rohrbacher (1999) argumenta que é bastante improvável que o fenômeno dos clíticos sujeitos no francês coloquial possa ser reduzido a um simples deslocamento do pronome à esquerda, principalmente porque não requer ênfase ou ruptura entonacional. Ele sugere, portanto, que os clíticos sujeitos funcionam como um paradigma flexional rico e, por isso, exibem movimento de V-para-T. Assim, de acordo com Rohrbacher (1999), a morfologia flexional francesa é um sistema misto: parte dela, isto é, os clíticos, é lexical e, portanto, sintaticamente relevante, e a outra parte dela, isto é, os sufixos verbais, é introduzida por PF e, portanto, sintaticamente irrelevante. Rohrbacher (1999) enfatiza que não há nada na teoria que refute a postulação de um sistema misto para a morfologia flexional. Uma questão, contudo, permanece: o autor não explica a ausência de sujeitos nulos no francês, tendo em vista que sua proposta teórica também correlaciona concordância rica e movimento do verbo para T ao licenciamento de sujeitos nulos.

Uma vez que os estudos em Morfologia Distribuída postulam que a morfologia é um componente pós-sintático na arquitetura da gramática (cf. HALLE; MARANTZ, 1993; entre outros), a análise de Rohrbacher (1999), que propõe que estruturas sintáticas são conduzidas morfologicamente, é rejeitada por autores como Bobaljik e Thráinsson (1998) e Bobaljik (2002). Esses estudiosos defendem que as condições externas da variação morfológica entre as línguas são resultantes de uma variação sintática subjacente. “*Since syntactic variation occurs in the absence of overt morphological variation, the latter cannot be the only cause of the former*” (BOBALJIK, 2002, p. 23), tem-se que a morfologia não pode conduzir a sintaxe nos termos de Rohrbacher (1999).⁴ Bobaljik (2002) sugere que a generalização bidirecional não pode ser sustentada, pois o verbo também pode se mover para essa posição mais alta na ausência de concordância rica. Bobaljik (2002)

4 Traduzido: “Uma vez que a variação sintática ocorre na ausência de variação morfológica evidente, essa não pode ser a única causa daquela”.

propõe como solução para esse impasse um postulado que, diferentemente da versão estrita da hipótese da concordância rica, apenas prediz uma relação entre flexão rica e movimento de V-para-T. O postulado em (3), a seguir, não tem como corolário a previsão de que morfologia pobre corresponde à ausência de movimento do verbo ou que perda de morfologia provoca, diacronicamente, perda do movimento do verbo para T.

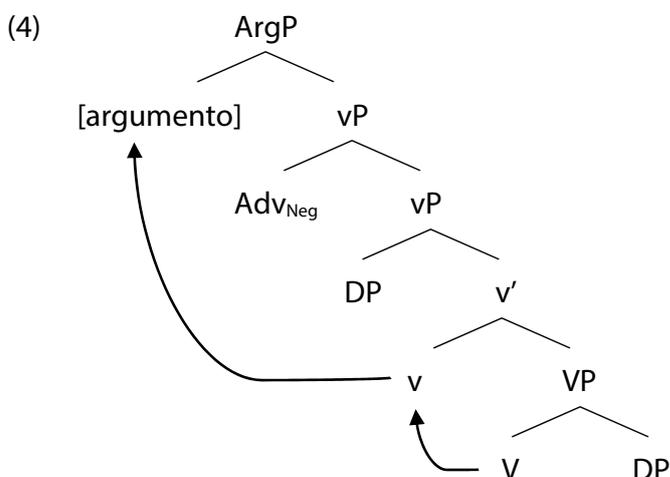
(3) **Hipótese da concordância rica (versão fraca)**

Se uma língua tem uma morfologia suficientemente rica, então ela tem movimento do verbo.

Nota-se, contudo, que ambas as abordagens da hipótese da concordância rica — a versão estrita e a versão fraca — preveem uma correlação unidirecional entre o movimento de V-para-T e a riqueza da morfologia de concordância. Em 2014, Koeneman e Zeijlstra retomam o debate em torno da hipótese da concordância rica reafirmando a predição diacrônica de que a perda de morfologia verbal desencadeia a perda de movimento de V-para-T, tendo como principal argumento empírico a perda generalizada da morfologia de concordância no paradigma verbal finito na variedade padrão das línguas escandinavas ao mesmo passo em que também houve a perda do movimento de V-para-T. Koeneman e Zeijlstra (2014) recorrem ao processo de aquisição de língua materna para explicar a perda diacrônica do movimento de V-para-T nessas línguas. Para esses autores, uma interação indireta entre os componentes morfológico e sintático ocorre durante a aquisição de língua e, embora a sintaxe preceda a morfologia, a morfologia modela a sintaxe por meio de *inputs* durante o processo de aquisição de língua. De acordo com essa análise, a bidirecionalidade da correlação entre concordância rica e movimento de V-para-T é refletida na sintaxe porque a ausência de movimento do verbo é bidirecionalmente correlacionada com a ausência de uma projeção funcional que o desencadeie.

A análise bidirecional da hipótese da concordância rica de Koeneman e Zeijlstra (2014) implica a proposição de que a distinção tipológica com relação à posição do verbo entre línguas com morfologia de concordância rica e pobre surge da presença ou ausência de traços distintivos no paradigma de flexões de concordância durante o processo de aquisição de primeira língua. Isto é, se não houver traços distintivos suficientes de concordância verbal no *input*, uma criança não pode postular projeções funcionais adicionais acima do sintagma verbal. Consequentemente, se a morfologia de concordância é fonologicamente dependente do verbo, aparecendo como um afixo no verbo, então a criança postula a presença de características formais no morfema de concordância que precisam ser verificadas pelo verbo. Koeneman e Zeijlstra (2014) argumentam que uma projeção ArgP — na notação dos autores a projeção para a qual o verbo pode se mover — é esperada nas línguas que exibem um paradigma verbal suficientemente rico para refletir as seguintes diferenças semântica de pessoa e número: [\pm falante], [\pm ouvinte] e [\pm plural]. Koeneman e Zeijlstra (2014) argumentam que, somente quando

as seguintes características semânticas de pessoa e número [\pm falante], [\pm ouvinte] e [\pm plural] são refletidas no paradigma verbal finito, as línguas têm uma projeção ArgP para a qual o verbo deve se mover para sustentar fonologicamente a morfologia de concordância, conforme ilustrado em (4) (KOENEMAN; ZEIJLSTRA, 2014, p. 597). Considerando o processo de aquisição de primeira língua, Koeneman e Zeijlstra (2014) propõem que, se os traços distintivos [\pm falante], [\pm ouvinte] e [\pm plural] estão presentes no *input*, uma criança então postula a projeção ArgP, que hospeda a morfologia da concordância.



Um contra-argumento à proposta bidirecional de Koeneman e Zeijlstra (2014) é apresentado por Heycock e Sundquist (2017): os autores trazem evidência de um dos *corpora* da tese de Sundquist (2002), composto por cartas diplomáticas, cartas pessoais, sermões, memórias e excertos de livros escritos em dinamarquês, norueguês e sueco, que mostra que no início do dinamarquês moderno (1500-1700) o movimento de V-para-T era recorrente nos dados, apesar de dois séculos antes ter ocorrido a perda total da morfologia de concordância na língua. Na tese e em trabalho posterior, a questão central da proposta de Sundquist (2002, 2003) é a de que os dados linguísticos referentes ao início do dinamarquês moderno são um sério desafio para qualquer hipótese que supõe uma relação direta entre mudança morfológica e mudança sintática. Com dados retirados de textos divididos em quatro períodos (1500–1550, 1550–1600, 1600–1650 e 1650–1700), Sundquist (2003) mostra que o movimento do verbo em dinamarquês médio diminui gradualmente em frequência da primeira para a segunda metade do século XVI (de 45% para 33%) e permanece opcional na segunda metade do século XVII (quando alguns textos ainda apresentam movimento do verbo em até 12% dos casos), mais de 250 anos após o esgotamento do paradigma verbal naquele idioma. Sundquist (2003) interpreta a opcionalidade de V-para-T como a competição entre duas gramáticas, uma com o movimento do verbo visível e a outra com movimento coberto do verbo. Sundquist (2003) afirma que, embora haja discordância

entre estudiosos sobre o período da perda das distinções de número no tempo presente do dinamarquês médio, é consensual afirmar que as distinções morfológicas de pessoa desapareceram completamente no século XIV (cf. (5)).

(5) **Dinamarquês médio** (1350): *dø̄mæ* ('julgar')

	Presente	Passado
1ª p. sg.	<i>dø̄mǣr</i>	<i>dø̄mdǣ</i>
2ª p. sg.	<i>dø̄mǣr</i>	<i>dø̄mdǣ</i>
3ª p. sg.	<i>dø̄mǣr</i>	<i>dø̄mdǣ</i>
1ª p. pl.	<i>dø̄mǣ</i>	<i>dø̄mdǣ</i>
2ª p. pl.	<i>dø̄mǣ</i>	<i>dø̄mdǣ</i>
3ª p. pl.	<i>dø̄mǣ</i>	<i>dø̄mdǣ</i>

(SUNDQUIST, 2003, p. 244)

O sincretismo para a morfologia de pessoa difundido no paradigma flexional do dinamarquês, como ilustrado em (5), apresenta-se como uma problemática para o postulado teórico de Rohrbacher (1994, 1999) e de outros similares ao dele. Sundquist (2003) argumenta que uma alta frequência de padrões ambíguos de ordem de palavras, especialmente em orações encaixadas, seria a principal responsável pelo declínio do movimento de V-para-T no dinamarquês, não a morfologia de concordância.

Em uma análise da ordem de palavras em orações encaixadas no dinamarquês médio, Sundquist (2002, 2003) coletou orações que exibem principalmente dois padrões no ordenamento das palavras: em (6a), considerando-se que a negação é geralmente usada como um diagnóstico para o movimento de V-para-T, a negação sentencial sem itálico marca a periferia à esquerda do VP, ao passo que o verbo finito em negrito está numa projeção mais alta; em (6b), o verbo finito permanece em VP (*in situ*), numa posição pós-adverbial.

(6) **Dinamarquês médio**

- a. *att* *wii* ***kunde*** *icke* *komme diid* *till* *dennom.*
 que nós poderíamos não ir lá para eles
 'que nós não poderíamos ir lá para eles'
- b. *at* *hun* *icke* ***kunde*** *leffue* *offuer* *en* *dag.*
 que ela não poderia viver mais um dia
 'que ela não poderia sobreviver outro dia'

(SUNDQUIST, 2003, p. 236)

A partir de um vasto conjunto de exemplos com o verbo aparentemente *in situ* em orações encaixadas com sujeitos pronominais, o autor afirma que é difícil determinar se esses dados podem ser tomados como as primeiras evidências da ordem moderna das palavras no dinamarquês, ou se envolvem a cliticização do sujeito pronominal ao complementador e o chamado fronteamento estilístico (*Stylistic Fronting*) dos advérbios, que, de acordo com o autor, provoca ambiguidade e parece depender mais de um autor particular do que de um período específico. Ele exemplifica esse impasse com os dados em (7), nos quais um sujeito pronominal é escrito junto com o complementador nos manuscritos.⁵

(7) **Dinamarquês médio**

- a. *adttuu jicke glemmer adt fly thet salt.*
 que-você-CLITIC não esqueça de dar aquele sal
 'que você não se esqueça de dar esse sal.'
- b. *attj altid kunde retteligen bruge dem.*
 que-vocês-CLITIC sempre possa legalmente usar lhes
 'que todos vocês possam sempre usá-los legalmente.'

(SUNDQUIST, 2003, p. 238)

Sundquist (2003) informa que 69% (232/336) das orações encaixadas analisadas em seu *corpus* apresentam sujeitos pronominais. O autor, contudo, supõe que os dados em (7) não são exemplos inequívocos do surgimento da ordem das palavras nas orações encaixadas do dinamarquês moderno. Assim, ele argumenta que padrões sintáticos ambíguos seriam os responsáveis pela perda do movimento de V-para-T no dinamarquês, pois, embora não seja certo que essas orações envolvam cliticização, não se pode descartar essa possibilidade à luz das evidências ortográficas (SUNDQUIST, 2003). Além disso, Sundquist (2003) sugere que as sentenças com a ordem [[pronome relativo]-[advérbio]-[verbo finito]] também são ambíguas e podem ser interpretadas estruturalmente como uma oração sem alçamento do verbo ou como fronteamento estilístico com um advérbio. Ele exemplifica isso com dados do dinamarquês moderno, como em (8), e argumenta que a frequência de fronteamento estilístico durante os séculos XVI e XVII e a alta frequência da ordem [[advérbio]-[verbo finito]] proporcionaram aos adquirentes de primeira língua a possibilidade de que essas orações pudessem ser interpretadas com o verbo *in situ*.

⁵ O fronteamento estilístico nas línguas escandinavas é tradicionalmente visto como o movimento de várias categorias para uma posição de sujeito vazia em orações finitas, geralmente o sujeito de orações relativas, mas também o sujeito de orações encaixadas em perguntas e orações completivas com uma lacuna na posição de sujeito (SUNDQUIST, 2003).

(8) **Dinamarquês moderno**

- a. som **icke** kan skrifuiss paa denne gang
que não pode escrito-ser em esse momento
'que não pode ser escrito nesse momento.'
- b. som **alltid** handlede med min fader
que sempre negociou com meu pai
'quem sempre negociou com meu pai.'

(SUNDQUIST, 2003, p. 246)

Sundquist (2003) afirma que, sob o espectro dos dados dinamarqueses, a versão fraca da hipótese da concordância rica se sai melhor do que a versão estrita, pois ela prediz que uma língua pode permanecer tendo movimento do verbo para T, obrigatório ou opcional, ao mesmo tempo em que carece de morfologia rica. Sundquist (2003) reconhece que certos fenômenos sintáticos podem estar associados à morfologia. Ora, se as línguas exibem sincronicamente correspondências estreitas entre morfologia e sintaxe, é então razoável que tais relações, sob certos aspectos, influenciem a mudança sintática. Todavia, uma proposta teórica que estabelece uma ligação direta entre morfologia de concordância e ordem das palavras, ou mesmo o licenciamento de sujeitos nulos, conforme propôs Rohrbacher (1999), não se sustenta.⁶

Haja vista o empobrecimento da morfologia verbal e a perda de sujeitos nulos no PB (cf. DUARTE, 1993; DUARTE; FIGUEIREDO SILVA, 2016), alguns pesquisadores têm sugerido que no PB o verbo deixa a posição em que é gerado, porém não mais ocupa T. A seguir, discutimos alguns desses trabalhos, estabelecendo a relação de cada um deles com as versões forte e fraca da hipótese da concordância rica.⁷ Galves (2001) propôs que a distinção morfológica entre singular e plural nos paradigmas dos verbos finitos seria suficiente para desencadear o movimento do verbo. Contra Galves (2001), Costa e Figueiredo Silva (2006) pontuam que as diferenças em relação à extensão do movimento do verbo no PB coloquial e no PE não podem ser derivadas de diferenças morfológicas de número, pois o PB tem uma morfologia de número diferente nos

6 A ausência de sustentação de uma teoria como a de Rohrbacher (1999), a meu ver, não repercute nas análises minimalistas sobre sujeitos nulos em que os traços- ϕ nos verbos finitos são nominais o suficiente para satisfazer o traço-EPP (cf. ALEXIADOU; ANAGNOSTOPOULOU, 1998; entre outros). Nessas propostas, seguindo Chomsky (1995), o EPP é universal e consiste em um traço D em T; assim, nas línguas em que os traços- ϕ dos verbos finitos são suficientemente nominais, o movimento de V-para-T é meramente capaz de satisfazer o EPP, licenciando sentenças com sujeitos nulos e também com a ordem VS.

7 Um dos dois revisores anônimos deste *squib* nos sugeriu que estabelecêssemos uma comparação entre os dados de movimento do verbo no dinamarquês com o PB, o que, por conta do escopo e do espaço destinado a este *squib*, deixamos para um trabalho futuro.

domínios verbal e nominal quando comparado com o PE, mas, segundo os autores, ambas as línguas teriam movimento do verbo na mesma extensão. Assim, Costa e Figueiredo Silva (2006) defendem que a generalização de Vikner (1997), que prevê que uma língua tem movimento de V-para-T se há flexão para pessoa em todos os tempos, parece ser a mais adequada para estabelecer uma relação entre morfologia e movimento do verbo de modo que o componente morfológico seja concebido com certa autonomia em relação à sintaxe.

Dado que no PB e no PE advérbios e quantificadores flutuantes podem aparecer tanto antes quanto depois do verbo (i.e., sem os contrastes visíveis de movimento do verbo que existem em inglês e francês), Costa e Galves (2002) propõem que há um movimento curto do verbos nessas variedades do português, e elas se diferem pela posição ocupada pelo sujeito. Os autores propõem as estruturas em (9) para tratar dessa diferença.

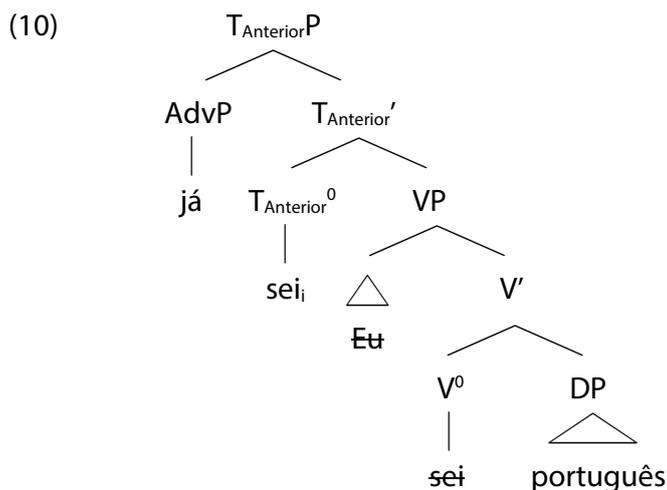
- (9) PE: [_{AgrSP} Subj [_{TP} t_{Subj} V [_{VP} t_{Subj} t_V]]]
 PB: [_{AgrSP} Subj [_{AgrSP} [_{TP} pro/ele V [_{VP} t_{pro} t_V]]]]

(COSTA; GALVES, 2002, p. 116)

A proposta de Costa e Galves (2002) lida mais precisamente com três tipos de sujeitos externos, viz.: (i) deslocados à esquerda, de modo que a posição A-barrado sujeito é Spec-VP; (ii) com movimento curto do verbo e sujeito em Spec-AgrSP; ou (iii) com movimento curto do verbo e deslocamento à esquerda do sujeito. Com base nisso, as estruturas em (9) preveem estratégias diferentes para identificar o AgrS: no PE, não há movimento do verbo até AgrS, de modo que o AgrS é identificado pelo sujeito por meio da concordância estabelecida entre especificador e núcleo. No PB, por sua vez, o AgrS — desprovido de traço-D — possui núcleo e especificador vazios, de modo que o movimento de V e a concordância entre especificador e núcleo não são empregados como estratégias para identificar esse núcleo funcional. Para os autores, sujeitos pré-verbais no PB são adjacentes a AgrSP, o que explicaria uma possível orientação para o tópico dessa língua. Costa e Galves (2002) ressaltam, por fim, que PB e PE diferem de línguas como o italiano, em que a posição A-barrado sujeito é Spec-VP e que (somente) sujeitos (referenciais) são externos e deslocados à esquerda, devido ao fato de que tanto no PB quanto no PE o verbo não sobe para AgrS, mas permanece em T.⁸

⁸ Ao analisar diacronicamente dados do português produzido em Goiás nos séculos XVIII e XIX, Borges e Pires (2017) e Borges (2019) trazem robusta evidência empírica de que o aumento de sujeitos manifestos nessa variedade do português não está ligado à perda de morfologia verbal, mas à perda do traço-D do conjunto de traços de T, o que a caracterizaria como uma língua de sujeito nulo parcial desde o século XIX. Além disso, os autores postulam que a gramática setecentista do PB em Goiás satisfaz o traço-EPP por meio do movimento do verbo para T (provido de traço-D) e (com a perda do traço-D de T) a gramática oitocentista satisfaz o traço-EPP por meio da projeção de um DP para Spec-TP.

Numa perspectiva cartográfica para a sintaxe dos advérbios, Tescari Neto (2013) propõe que a variação na posição do verbo em relação ao AdvP no PB pode ser vista de duas maneiras: (a) o movimento do verbo lexical seria obrigatório até um dado núcleo na parte inferior do núcleo funcional T, i.e., o verbo lexical se moveria para uma projeção intermediária; (b) o verbo só pode passar por advérbios baixos (cf. TESCARI NETO, 2013). Em trabalho posterior, Tescari Neto (2016) argumenta que o enfraquecimento do sistema de concordância no PB não é suficiente para explicar a razão de o verbo não subir para T no PB em comparação com outras línguas românicas, assim, o autor sugere que é o enfraquecimento de T que explicaria a razão de o verbo ser projetado para uma posição medial de INFL no PB. Seguindo a proposta de Cinque (1999) para as estruturas de hierarquia dos advérbios, Tescari Neto (2016) propõe que o verbo se move para a projeção funcional $T_{Anterior}P$, a mais baixa projeção relacionada a T na proposta hierárquica de Cinque (1999), conforme ilustrado na projeção em (10) (cf. TESCARI NETO, 2016, p. 93).



Conforme proposto por Cinque (1999), Tescari Neto (2016) assume que $T_{Anterior}P$ apresenta como significado central uma prioridade temporal, i.e., uma precedência em relação a um tempo de referência. Para o autor, o advérbio *já* no PB pode ser usado para expressar esse valor semântico, como exemplificado em (10). Ainda que não assumam um posicionamento a este respeito, a proposta de Tescari Neto (2016) aponta na direção da versão fraca da hipótese da concordância rica, que advoga que a derivação dos aspectos morfológicos de uma língua é parcialmente independente da sintaxe, mas não tem como corolário a previsão de que morfologia pobre corresponde à ausência de movimento do verbo ou que perda de morfologia prediz perda do movimento do verbo.

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. Parametrizing Agr: Word order, V-movement and EPP-checking. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 16, p. 491-539, 1998.
- BOBALJIK, J. D. Realizing Germanic inflection: Why morphology does not drive syntax. *Journal of Comparative Germanic Linguistics*, v. 6, p. 129-167, 2002.
- BOBALJIK, J. D.; THRÁINSSON, H. Two heads aren't always better than one. *Syntax*, v. 1, p. 37-71, 1998.
- BORGES, H. *A sintaxe do sujeito na história do Português em Goiás: evidências oitocentistas de uma língua de sujeito nulo parcial*. 2019. 273 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- BORGES, H.; PIRES, A. The emergence of Brazilian Portuguese: Earlier evidence for the development of a partial null subject grammar. *Proceedings of the Linguistic Society of America*, v. 2, p. 1-15, 2017.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
- COSTA, J.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. Notas sobre a concordância verbal e nominal em português. *Estudos Linguísticos*, XXXV, p. 95-109, 2006.
- COSTA, J.; GALVES, C. External subjects in two varieties of Portuguese: Evidence for a non-unified analysis. In: BEYSSADE, C. et al. (ed.). *Proceedings of Going Romance 2000*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.
- DUARTE, I.; FIGUEIREDO SILVA, M.C. The null subject parameter and the structure of the sentence in European and Brazilian Portuguese. In: WETZELS, W.L.; J. COSTA; S. MENUZZI (ed.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Sussex: John Wiley & Sons, Inc., 2016, p. 234-53.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 107-128.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: K. HALE; S. J. KEYSER (ed.). *The view from building 20*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1993, p. 111-176.
- HEYCOCK, C.; SUNDQUIST, J. D. Don't rush to rehabilitate: A remark on Koenenman & Zeijlstra 2014. *Linguistic Inquiry*, v. 48, p. 173-179, 2017.
- KOENEMAN, O. *The flexible nature of verb movement*. Utrecht: LOT Publications, 2000.

KOENEMAN, O; ZEIJLSTRA, H. The Rich Agreement Hypothesis rehabilitated. *Linguistic Inquiry*, v. 45, p. 571–615, 2014.

PERLMUTTER, D. *Deep and surface constraints in syntax*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.

ROHRBACHER, B. *The Germanic languages and the full paradigm*. 1994. 276 f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Massachusetts, Amherst, 1994.

ROHRBACHER, B. W. *Morphology-Driven Syntax: A theory of V to I raising and pro-drop*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

SUNDQUIST, J. D. *Morphosyntactic change in the history of the mainland Scandinavian languages*. 2002. 389 f. Tese (Doutorado em Linguística Germânica) – Indiana University, Bloomington, 2002.

SUNDQUIST, J. D. The Rich Agreement Hypothesis and Early Modern Danish embedded-clause word order. *Nordic Journal of Linguistics*, v. 26, p. 233-258, 2003.

TESCARI NETO, A. *On verb movement in Brazilian Portuguese: A cartographic study*. 2013. 392 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Università Ca' Foscari di Venezia, Italia, 2013.

TESCARI NETO, A. Verb raising, the impoverishment of the verbal paradigm and the weakening of Tense in BP. *Revista do GEL*, v. 13, n. 3, p. 75-106, 2016.

VIKNER, S. V^o-to-I^o movement and inflection for person in all tenses. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of grammar: Handbook in generative syntax*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997, p. 189-213.

Squib recebido em 13 de março de 2020.

Squib aceito em 31 de março de 2020.



SINTAGMAS NOMINAIS NO KAIOWÁ (TUPÍ-GUARANÍ): EXPRESSÃO DE NÚMERO E (IN)DEFINITUDE

DAIANE RAMIRES*

HELENA GUERRA VICENTE**

RESUMO

Neste *squib*, identificamos contextos definidos e indefinidos no Kaiowá (Tupí-Guaraní), uma língua de nominais nus. Ao mesmo tempo, enfocamos a marcação nominal opcional de número, expressa pela adição, em posição pós-nominal, de *-kuera*, um elemento que, conforme defendemos, é um morfema de número. Com base no exame de dados inéditos, demonstramos a alta produtividade desse morfema no Kaiowá, argumentando que sua ocorrência não se restringe a contextos definidos, sendo frequente também em contextos indefinidos, genéricos e com nomes que denotam espécie.

Palavras-chave: número, plural, definitude, indefinitude, Kaiowá, *-kuera*

ABSTRACT

In this *squib*, we identify definite and indefinite contexts in Kaiowá (Tupí-Guaraní), a bare nominal language. At the same time, we focus on the optional nominal number marking present in the language, expressed by the attachment, in post-nominal position, of *-kuera*, an element which, we claim, is a number morpheme. With the support of original data, we argue that this morpheme is highly productive in Kaiowá and that its occurrence is not restricted to definite contexts, also being productive in indefinite and generic contexts, as well as with kind denoting nouns.

Keywords: number, plural, definiteness, indefiniteness, Kaiowá, *-kuera*

* Universidade de Brasília, UnB. O presente trabalho deriva de questões levantadas durante o mestrado desta autora, parcialmente financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2018-2019).

** Universidade de Brasília, UnB. O presente trabalho foi realizado com apoio parcial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001 (2018-2019). Gostaríamos de agradecer os comentários dos participantes do NaP2019 Number and Plurality: crosslinguistic variation in the nominal domain (Georg-August-Universität Göttingen), do III Colóquio de Semântica Referencial (UFSCar) e do VII Congresso Internacional de Estudos Linguísticos (UnB). Agradecemos também os comentários de dois pareceristas anônimos. Eventuais erros são de nossa inteira responsabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O Kaiowá, uma língua do subgrupo I da família Tupí-Guaraní, tronco Tupí (RODRIGUES, 1985), é falada por aproximadamente 30,000 pessoas no sul do estado de Mato Grosso do Sul e em partes do Paraguai.¹ Os falantes dessa língua ainda a adquirem como língua materna e, de acordo com Mejia (2017), citando dados da Unesco, apesar de não se encontrar em processo de extinção, é considerada uma língua em estado vulnerável.

Em relação à estrutura de seus sintagmas nominais, o Kaiowá é uma língua de *nominais nus*, em que inexistem artigos definidos ou indefinidos.^{2,3} Semanticamente, a literatura sobre o tema costuma descrever esse tipo de língua como “neutra” (cf. Müller et al. (2006), sobre o Karitiana) ou “ambígua” (cf. Dayal (2004), sobre o hindi, o chinês e o russo) em relação à expressão da (in)definitude. Outra característica importante do sintagma nominal do Kaiowá diz respeito à distinção singular/plural. A forma básica do substantivo, desprovida de marcas flexionais, pode, a depender do contexto e da vontade do falante, expressar tanto singular quanto plural, sendo, portanto, “neutra” ou “ambígua” também para número. Sendo assim, uma oração como (1) pode ser traduzida de quatro maneiras diferentes:⁴

- (1) *Che a-hecha kuatia haipyre yvy-pe.*
 1sg 1-ver papel.escrito.por.alguém chão-POSP
 'Eu vi um livro no chão.'
 'Eu vi o livro no chão.'
 'Eu vi livros no chão.'
 'Eu vi os livros no chão.'

O Kaiowá se aproxima de outras línguas com *nominais nus*, como o hindi e o russo (cf. DAYAL, 2004), por exemplo, pelo fato de apresentar marcação nominal de número: *-kuera*, presente também, com algumas variações, em outras línguas Tupí-Guaraní (e.g. *-(k)éra* e

1 Adotamos a convenção da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) concernente aos nomes das línguas indígenas brasileiras, que devem ser grafados com a inicial maiúscula. Para outras línguas, mantemos a inicial minúscula.

2 É preciso observar, contudo, que nem toda língua que permite construções com *nominais nus* é uma língua de *nominais nus*. O português brasileiro, por exemplo, é uma língua que, apesar de possuir o artigo definido e o indefinido, também permite construções com *nominais nus*, tanto no plural quanto no singular (MÜLLER, 2002; MÜLLER; OLIVEIRA, 2004; PIRES DE OLIVEIRA; ROTHSTEIN, 2011; CYRINO; ESPINAL, 2015; FERREIRA, no prelo, entre outros). Para uma categorização tipológica das línguas no que se refere à existência ou não de artigos (in)definidos, remetemos o leitor ao mapa no capítulo 38 (DRYER, 2013), do *The World Atlas of Language Structures Online* (ver a referência completa ao final deste *squib*).

3 A título de informação, cabe dizer que, à semelhança do português, canonicamente, no Kaiowá: (i) os pronomes demonstrativos e quantificadores nominais aparecem antes do substantivo e (ii) adjetivos aparecem depois do substantivo. Entretanto, ao contrário do português, o Kaiowá não possui preposições, apenas posposições, como se verá nas glosas dos dados apresentados ao longo do trabalho.

4 Lista de abreviaturas: 1= prefixo de primeira pessoa do singular/plural; 1sg = primeira pessoa do singular; 3 = prefixo de terceira pessoa do singular/plural; CIRC = circunstancial; COMP = comparativo; INDEF = indefinido; NEG = negação; NRL = numeral; PAS = passado; PL = pluralizador; POSP = posposição; TOTAL = totalitivo.

-(k)wera no Guajá e no Tapirapé, respectivamente, ilustrados na nota de rodapé (6) deste *squib*). No entanto, no Kaiowá, ao contrário do que ocorre no hindi e no russo, esse morfema é optativo. Sendo assim, *-kuera* também *pode* estar afixado a nomes, mas, *quando ocorre*, corresponde necessariamente às leituras de plural:

- (2) *Che a-hecha kuation haipyre -kuera yvy-pe.*
 1SG 1-ver papel.escrito.por.alguém -PL chão-POSP
 'Eu vi livros no chão.'
 'Eu vi os livros no chão.'

Esse elemento tem sido classificado de diferentes maneiras na literatura. Cardoso (2008, p. 41), por exemplo, classifica-o como uma “partícula pluralizadora”; Dietrich (2011, p. 13-14), como um “sufixo pluralizador” ou “morfema facultativo para marcar o plural”; Viegas (2017, p. 45), como um “morfema coletivizador”; Carvalho (2017, p. 29) e Mejia (2017, p. 78), simplesmente como um “coletivo”. Como se vê, há controvérsia quanto a seu *status* morfossintático — se se trata de um morfema ou partícula — e quanto a seu *status* semântico — se se trata de um marcador de plural ou de um coletivizador. À guisa de exposição, e com base na observação preliminar de alguns critérios, que listamos a seguir, optamos por classificar esse elemento como um morfema:

- (3) *Nossa hipótese: -kuera é um morfema, e não uma partícula*
 a. *-kuera* tem posição fixa: quando ocorre, afixa-se sempre em posição pós-nominal.
 b. *-kuera* apresenta alomorfia: quando ocorre após sons nasais, pode ser pronunciado como *-guera*.

A literatura sobre partículas (mas ainda pairam muitas dúvidas sobre a real natureza desses elementos), de um modo geral, descreve esses elementos como exibindo maior autonomia semântica, morfossintática e fonológica que os morfemas, sendo que estes últimos se apresentam de forma mais dependente dos elementos que modificam.⁵ Assim, em função de *-kuera* se comportar como uma forma presa, dependente do item lexical — sempre um nominal — que o antecede, passaremos a chamá-lo, daqui por diante, de “morfema de número”.⁶ No entanto, adiamos para trabalhos futuros a formulação de uma hipótese para o *status* semântico desse elemento — se pluralizador ou coletivizador.

5 Uma empreitada inédita e bem atual, reunindo trabalhos exclusivamente dedicados ao estudo de partículas em línguas indígenas, é a obra organizada por Magalhães e Silva (2019).

6 Magalhães (2008, p. 148) e Praça (2007, p. 61), analisando o Guajá (Tupí-Guaraní) e o Tapirapé (Tupí-Guaraní), respectivamente, chegam a conclusões semelhantes: a de que esses elementos opcionais, glosados, respectivamente, como COL (coletivo) e GRUP (agrupador), devem ser considerados morfemas, tendo em vista terem uma posição pós-nominal fixa e apresentarem alomorfia, como se observa nos dados abaixo, em negrito (note-se que enquanto a primeira autora optou por traduzir a estrutura em questão como “um grupo de X”, a segunda optou pelo uso da morfologia de plural no português):

Cumpra chamar a atenção do leitor para o fato de que analisar uma língua como “neutra/ambígua para definitude” ou “neutra/ambígua para número” não equivale a argumentar que essas línguas não expressam (in)definitude e/ou singularidade/pluralidade. De um ponto de vista universalista, abordagem na qual embasamos nosso trabalho, se um significado pode ser expresso em uma língua, então ele poderá ser expresso em qualquer outra, ainda que para isso seja preciso lançar mão de estratégias distintas ou mais complexas que as da língua que se toma por referência (VON FINTEL; MATTHEWSON, 2008).⁷ Essa é também a posição de Chomsky (2004 [2001]), que defende a uniformidade dos componentes semântico e sintático; a variação translinguística, de acordo com o autor, está restrita ao léxico e ao componente fonológico da gramática do falante.

Assim, tendo em vista a ambiguidade/neutralidade relacionada à expressão de número e (in)definitude da forma básica, não flexionada dos nomes, o leque de estratégias utilizadas pelo falante varia entre (i) a expressão de uma “denotação indiferenciada” (cf. Müller et al. (2006), para o Karitiana) para número e (in)definitude, onde a distinção entre singular vs. plural, e definido vs. indefinido é simplesmente irrelevante, (ii) uma dependência do contexto situacional no qual o enunciado é proferido e (iii) dependência de contextos sintático-semânticos que forcem uma ou outra interpretação, isto é, singular vs. plural, definida vs. indefinida. Para a expressão de número, conforme exposto, a língua conta ainda com a possibilidade de ocorrência do morfema opcional *-kuera*, que expressa pluralidade e, cuja presença, em princípio, parece ser favorecida em contextos nos quais a distinção singular vs. plural é relevante mas não pode ser depreendida do contexto situacional imediato (cf. Mejia (2017) para

(i) Guajá

a. *Awá-wanihã-kér-a i-mymýr-a 0-pyhý wy*
 Guajá-homem-COL-N R2-filho-N 3-pegar plu
 'Um grupo de Guajá homens pegaram seus filhos.'

b. *Terewé 0-memer-ér-a*
 barata R1-filho-COL-N
 'Um grupo de filhotes de barata.'

(ii) Tapirapé

a. *Koxy-wer-a ke i'ew marāxi-Ø r-e*
 mulher-GRUP-REFER DUB 3.II-gostar melancia-REFER R-POS
 'Parece que as mulheres gostam de melancia.'

b. *Akoma'e-kwer-a a-a i-āpy-wo ka-Ø*
 homem-GRUP-REFER 3.I-ir 3.II-queimar-GER roça-REFER
 'Os homens estão indo para queimar roça.'

7 A esse respeito, ver também o trabalho de Doron e Müller (2014), que fornece evidência para uma distinção conceitual entre nomes massivos e contáveis no Karitiana (Tupí-Arikém), expressa sem a intermediação de marcação morfológica. A língua não tem marcação de número nos nomes e nem faz uma distinção formal entre substantivos massivos e contáveis, mas distingue semanticamente nomes que podem ser contados de nomes que não podem ser contados.

uma análise preliminar). Neste trabalho, vamos nos debruçar sobre a estratégia (iii), já que nosso objetivo é verificar a produtividade de *-kuera* em contextos que forcem interpretações ora definidas ora indefinidas. No entanto, vale lembrar que, pelo nosso raciocínio, as três estratégias estão disponíveis aos falantes da língua.

Para a coleta dos dados, contamos com o auxílio de um questionário produzido por Dayal (em preparação), para diagnosticar a (in)definitude em línguas sem artigos.⁸ A segunda autora deste trabalho usou esse questionário como base para eliciar dados da primeira autora, cuja língua materna é o Kaiowá. O problema impulsionador do trabalho é a afirmação, em Carvalho (2017), de que a presença de *-kuera* seria barrada em construções indefinidas. A primeira autora deste trabalho julga gramaticais tais construções; daí, a necessidade de que as noções de número e (in)definitude fossem enfocadas de forma conjunta.

Organizamos este estudo da seguinte forma: na seção 2, demonstramos que o Kaiowá é, de fato, uma língua desprovida de artigos, ainda que apresente outros determinantes, como pronomes demonstrativos e um numeral, *peteĩ* ('um'), que pode — com restrições — fazer as vezes de um artigo indefinido. Na seção 3, apresentamos testes que atestam a produtividade de *-kuera* tanto em contextos definidos quanto em contextos indefinidos, genéricos e com nomes que denotam espécie. A seção 4 levanta uma hipótese preliminar para dar conta da contribuição semântica de *-kuera*, com base na noção semântico-pragmática de implicatura. Por fim, tecemos considerações finais.

⁸ O questionário de Dayal nos auxiliou mais especificamente na coleta dos dados de (5) a (8), (12), (14) e (16). O teste em (13) nos foi sugerido em comunicação pessoal por Gennaro Chierchia.

2 O KAIOWÁ, UMA LÍNGUA DE NOMINAIS NUS

Embora o Kaiowá seja uma língua sem artigos, é, por outro lado, abundante em pronomes demonstrativos.⁹ De acordo com a literatura sobre determinantes, artigos definidos evoluíram diacronicamente a partir de pronomes demonstrativos (cf. LYONS, 1999). Dayal (em preparação), por exemplo, argumenta que quase todas — se não todas — as línguas possuem demonstrativos, embora muitas não apresentem artigos definidos. Vejamos os exemplos a seguir, contendo os demonstrativos proximais *pea* ('este') e *koa* ('esse') e o distal *amoa*:¹⁰

- (4) a. *Che a-hecha pea kuation haypyre yvy-pe.*
 1SG 1-ver este papel.escrito.por.alguém chão-POSP
 'Eu vi este livro no chão.'
- b. *Che a-hecha koa kuation haypyre yvy-pe.*
 1SG 1-ver esse papel.escrito.por.alguém chão-POSP
 'Eu vi esse livro no chão.'
- c. *Che a-hecha amoa kuation haypyre yvy-pe.*
 1SG 1-ver aquele papel.escrito.por.alguém chão-POSP
 'Eu vi aquele livro no chão.'

Sendo assim, para afirmarmos com certeza que o Kaiowá é uma língua sem artigos — definidos ou indefinidos — é preciso provar que os demonstrativos dessa língua não podem funcionar como artigos definidos. O teste em (5) efetivamente demonstra a incompatibilidade semântica entre a palavra *kuarahy* ('sol') e o demonstrativo *koa* ('aquele'):

- (5) a. # *Koa kuarahy hendy verá ko'anga.*
 aquele sol brilhar hoje
 # 'Aquele sol está brilhando hoje.'
- b. Ø *Kuarahy hendy verá ko'anga.*
 sol brilhar hoje
 'O sol está brilhando hoje.'

Esse efeito se dá em razão de o conhecimento de mundo estabelecer que o substantivo *kuarahy* ('sol') se refere a uma entidade única, não podendo, portanto, vir acompanhado por um pronome demonstrativo. A presença de *koa* ('aquele') no exemplo acima

9 Agradecemos a observação feita por um dos pareceristas de que o Kaiowá, portanto, parece possuir uma posição para determinantes. Dessa maneira, a ocorrência de nominais nus não se daria pela indisponibilidade de tal posição.

10 Sabe-se que o falante do português brasileiro está perdendo a intuição que diferencia os demonstrativos *este* e *esse*. No entanto, para fins de glosa, vamos manter a distinção.

estaria necessariamente ativando uma implicatura de anti-unicidade, o que torna semanticamente estranha a construção.

Observa-se, por outro lado, que o numeral *peteĩ* ('um') pode, não raro, exercer a função de artigo indefinido:

- (6) *O-iko va'e-kue Ø / peteĩ kunã hérava Mani.*
 3-existir tempo-PAS um_{INDEF} / um_{NRL} mulher chamado Mani
 'Era uma vez, uma mulher chamada Mani.'

(*Mandi'o oiko hagua* 'A Lenda da Mandioca', Mato Grosso do Sul (2002))

Esse exemplo força uma interpretação indefinida, pois a sentença introduz um novo referente no discurso, isto é, "uma mulher", da qual ouvimos falar pela primeira vez. De acordo com Dayal (em preparação), contextos com contação de histórias são úteis para testar a possibilidade de nominais nus introduzirem novos referentes, já que impedem a possibilidade de haver conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte. Nesse exemplo, notamos que o numeral *peteĩ* ('um') também pode fazer as vezes do artigo indefinido. Como se pode notar pela glosa do exemplo em questão, é justamente o que acontece no português. No caso do Kaiowá, no entanto, há a possibilidade de alternância entre a ausência de artigo e a presença desse numeral.¹¹ Testes com escopo e negação, no entanto, nos revelam que o numeral *peteĩ* não é um indefinido *strictu sensu*:

- (7) a. *Che nd-a-hecha-l Ø kuation haipyre yvy-pe.*
 1SG NEG-1-VER-NEG um_{INDEF} papel.escrito.por.alguém chão-POSP¹²
 'Eu não vi um_{INDEF} livro no chão.'
 'Eu não vi livros no chão.'
 (escopo sob a negação)
- b. *Che nd-a-hecha-i peteĩ kuation haipyre yvy-pe.*
 1SG NEG-1-VER-NEG um_{NRL} papel.escrito.por.alguém chão-POSP
 'Eu não vi um_{NRL} livro no chão.'
 (escopo sobre a negação)

Como se observa, (7a) é compatível com uma situação em que nenhum livro foi visto no chão. A sentença (7b), por outro lado, é compatível com uma situação em que um livro não

11 No capítulo sobre indefinidade do *World Atlas of Language Structures Online* (DRYER, 2013), o mapa que ilustra as propriedades dos artigos indefinidos distingue cinco tipos de línguas: (i) línguas que possuem uma palavra indefinida distinta do numeral correspondente a "um" (102 línguas), como é o caso conhecido do inglês (*a house/one house*); (ii) línguas em que o numeral correspondente a "um" é usado como artigo indefinido (112 línguas), como é o caso conhecido do português, já ilustrado nas glosas; (iii) línguas em que um afixo indefinido pode ser acrescido ao substantivo (24 línguas); línguas que não têm artigo indefinido, mas têm artigo definido (98 línguas) e (iv) línguas que não têm nem artigo indefinido nem artigo definido (198). O Kaiowá não está contemplado no Atlas, mas arriscamos dizer que se enquadraria nesse último grupo, que corresponde à maioria das línguas. O Kamaiurá, outra língua da família Tupí-Guaraní, está ali classificada como pertencente a esse grupo. Ainda não verificamos a que se deve a possibilidade de alternância em questão, nem se ela ocorre em outras línguas dessa família.

12 Neste exemplo, o zero (Ø) está sendo glosado como um_{INDEF} para fins de comparação com o numeral *peteĩ* ('um').

foi visto, mas outros podem ter sido vistos. Outro teste, com genéricos, também revela não estarmos diante de um indefinido de fato:

- (8) a. \emptyset *Vaka o-karu kapi'ire.*
 vaca 3-comer capim
 '(A/uma) vaca come capim.' leitura genérica
 '(As) vacas comem capim.' leitura genérica
 (Mas também 'A vaca come capim' e 'As vacas comem capim', com leituras definidas)
- b. # *Peteĩ vaka o-karu kapi'ire.*
 um_{NRL} vaca 3-comer capim
 # 'Uma_{NRL} vaca come capim.' *leitura genérica

Pelos exemplos acima, nota-se que a versão sem o numeral (8a) é passível de gerar a interpretação genérica, mas naquela em que o numeral está presente, essa leitura é impossível. A sentença (8b) não é estruturalmente ruim, mas teria de se referir a uma situação bem particular, em que, por exemplo, há algumas vacas numa determinada chácara, e que somente uma delas se alimenta de capim. As outras se alimentariam de ração, por exemplo.

Uma vez demonstrado que o Kaiowá é, de fato, uma língua sem artigos, e que o nominal nu é ambíguo, neutro para as distinções definido vs. indefinido e singular vs. plural, passamos à análise de *-kuera*, o morfema opcional de plural na língua.

3 SOBRE A PRODUTIVIDADE DE *-KUERA* E OS CONTEXTOS QUE FORÇAM LEITURAS INDEFINIDAS

O ponto de partida para a nossa análise foi uma tentativa de generalização, em Carvalho (2017), de que *-kuera* somente seria licenciado em contextos definidos (que a autora denomina, a nosso ver inadequadamente, de “não genéricos”). Dentro desse raciocínio, a presença de *-kuera* em contextos semanticamente indefinidos, genéricos e de espécie seria proibida. Carvalho, no entanto, apenas fornece dois exemplos em sua análise.¹³ O primeiro desses exemplos é passível de contestação, e o segundo aparece descontextualizado (CARVALHO, 2017, p. 30):

- (9) a. *Mbowy kunã (*-kuery)¹⁴ o-gwahe*
 quanto mulher (-PL) 3-chegar
 'Quantas mulheres chegaram?'
- b. *Kunatai-kuery o-jahu ysyry-pe*
 menina-PL 3-banhar rio-LOC
 'As meninas estavam tomando banho no rio.'

¹³ Cabe ressaltar que o trabalho de Carvalho não propõe focar especificamente a questão do número no Kaiowá.

¹⁴ Uma das variantes de *-kuera*.

Para a primeira autora deste trabalho, falante nativa do Kaiowá, ao contrário do que afirma Carvalho (2017), sentenças do tipo de (9) são perfeitamente gramaticais (cf. RAMIRES, 2018). De acordo com seu julgamento, portanto, nada impede que *-kuera* ocorra numa construção *Qu-* e, portanto, um contexto não definido, como (9a). E não há um cenário montado para (9b) no texto de Carvalho (2017), então, não sabemos se a construção se refere realmente a um contexto definido, em que falante e interlocutor compartilham informações sobre essas meninas, ou a um contexto indefinido, em que pouco ou nada se sabe sobre tais meninas.

Testes em Ramires (2018) demonstram que a tentativa de generalização de Carvalho (2017) parece não fazer previsões corretas para a língua.¹⁵ O uso de *-kuera*, ainda que opcional, é bastante produtivo, como veremos a seguir. Notamos haver apenas duas restrições para a sua ocorrência: com substantivos que denotam massa (10) e na presença de numerais (11):

(10) *A-hecha heta tuguy(*-kuera) yvy-pe.*
 1-ver muito sangue-PL chão-POSP
 'Eu/nós vi/vimos muito sangue no chão.'

(11) *A-hecha po kunã (*-guera/*-kuera) mbo'eroy-pe.*
 1-ver cinco mulher-PL ensinar-POSP
 'Eu/nós vi/vimos cinco mulheres na escola.'

A primeira restrição claramente nos mostra que *-kuera* é um *locus* para a distinção contável/massivo na língua, já que somente pode ocorrer com nomes contáveis. A segunda restrição, à coocorrência de *-kuera* e numerais, permanece um enigma.

À exceção desses contextos, os testes demonstram que a presença de *-kuera* é atestada em contextos definidos e indefinidos, incluindo construções genéricas e construções com nomes denotando espécie (*kind*).

O primeiro teste diz respeito à introdução de referentes em uma narrativa:

(12) *Heta ro'y mitã (-kuera) o-mano upe oga-pe.*
 muito ano criança-PL 3-morrer aquele casa-POSP
 'Há muitos anos, crianças morreram naquela casa.'

Nada impede que a oração seja traduzida como 'Há muitos anos, as crianças morreram naquela casa', desde que as referidas crianças já tenham sido mencionadas anteriormente no discurso. No entanto, se estivermos considerando a oração em um contexto *out-of-the-blue*, como a sentença inicial de uma narrativa, "crianças" é indefinido, pois sua existência estará sendo mencionada pela primeira vez. Se não for possível ter certeza de que (12) corresponde a um enunciado *out-of-the-blue*, é aconselhável lançar mão de um teste que

¹⁵ Há, porém, que se verificar a possibilidade de haver variação linguística entre falantes de uma e outra aldeia Kaiowá.

não dê margem a dúvidas, como este em (13), que, necessariamente, corresponde a um contexto que *introduz* uma narrativa:

(13) *Che a-ha peteĩ/Ø vy'aha-pe,*
 1SG 1-ir um_{NRL}/um_{INDEF} festa-POSP
 'Eu fui a uma/à festa, ...'

ha upe-pe a-hecha hente (-kuera) ñambu'éva tekoha-pe-gua-kuera.
 e aquele-POS 1-ver pessoa-PL diferente lugar.para.viver-POSP-CIRC-PL
 '... e lá eu vi pessoas de diferentes aldeias.'

Nesse exemplo, mesmo que haja conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte e a narrativa comece por "Eu fui à festa, ..." (uma festa da qual ambos tinham conhecimento), não haverá a possibilidade de traduzir essa primeira menção a *hente-kuera* como 'as pessoas'.

Segundo Dayal (em preparação), contextos com escopo diferenciado também são eficazes diagnósticos de indefinidade:

(14) a. *Che sy o-pyta o-juka anguja (-kwera) o-joapygueri*
 1SG mãe 3-ficar 3-matar rato-PL 3-um.após.o.outro
upe araroype.
 aquele inverno
 'Minha mãe ficou matando ratos um após o outro naquele inverno.'

b. # *Che sy o-pyta o-juka peteiva anguja (-kwera) o-joapygueri*
 1SG mãe 3-ficar 3-matar algum rato-PL 3-um.após.o.outro
upe araroype.
 aquele inverno
 #'Minha mãe ficou matando alguns ratos um após o outro naquele inverno.'

A sentença (14b) ilustra o fato de pronomes indefinidos do tipo de *algum* não poderem ficar sob o escopo de certos operadores aspectuais/adverbiais (como *ojoapygueri* ('em sequência', 'um após o outro')), especialmente em sentenças contendo verbos de criação ou destruição. Nesse caso, somente a sentença (14a), genuinamente indefinida, contendo o plural nu, ao qual há a possibilidade de acrescentar *-kuera*, é aceitável.

Por fim, nos exemplos que se seguem, ilustramos a possibilidade de ocorrência de *-kuera* em contextos genéricos e de referência a espécie, respectivamente, que também se inserem no rótulo “contextos não definidos”:

(15) *Mitã kunã(-kuera/-guera) o-kaguaha pyahe mitã kuimba'e(-kuera) gui.*
 criança mulher-PL 3-crescer rápido criança homem-PL comp
 'Menina(s) cresce(m) mais rápido que menino(s).'

(16) *Kaguare(-kuera) ha'e(-kuera) mymba o-pa-tama.*
 Tamanduá-PL 3-PL animal 3-TOTAL-acabar
 'Tamanduás estão extintos.'
 'O tamanduá é um animal extinto.'

Em resumo, com esses testes, procuramos mostrar que o morfema opcional de número *-kuera* é amplamente produtivo no Kaiowá. Portanto, uma análise que restrinja sua ocorrência a contextos definidos não faz previsões corretas para a língua.

4 A NATUREZA SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA DE *-KUERA*: ANÁLISE INFORMAL PRELIMINAR

Como vimos, por um lado, *-kuera* é um morfema opcional de número cuja ausência não necessariamente expressa singularidade; por outro, a forma básica, não flexionada do nome também é capaz de expressar pluralidade. Sendo assim, a real contribuição semântica de *-kuera* constitui um enigma interessante que, estranhamente, ainda não recebeu a devida atenção por parte dos pesquisadores dessa e de outras línguas que se comportam de forma semelhante. Do ponto de vista semântico, acreditamos que a tentativa de generalização que mais se aproxime dos fatos do Kaiowá seja aquela fornecida por Viegas (2017), de que se trata de um elemento opcional cuja função seria a de enfatizar a ideia de pluralidade nas situações em que ocorre. A autora, entretanto, apresenta essa análise de maneira superficial. E o que significa “enfatizar”, aqui, por exemplo? Isso tampouco fica claro.

Com base na observação de nossos próprios dados, a nossa interpretação para o raciocínio da autora é o de que estamos lidando com um elemento desambiguador, que é usualmente realizado quando não há outros termos na sentença ou no contexto situacional gerando leituras do tipo “mais de um X” ou “pelo menos dois X”, e esse tipo de informação, por alguma razão, é crucial ou pelo menos relevante, fato que forçaria o falante a optar por marcar o nome com *-kuera*. Assim, mantemos a nossa assunção de que a forma básica, não flexionada do nome é subespecificada (i.e. “neutra”, “ambígua”, conforme já havíamos defendido) para número, mas, dentro de um raciocínio universalista, procuramos estender essa análise propondo que a distinção singular/plural está, de fato, ativa na gramática da língua. Em outras palavras, se o falante escolhe a forma não flexionada, isso implica que ou (i) a informação de número é irrelevante ou (ii) pode ser depreendida do contexto, mas, se ele escolher a forma acrescida de *-kuera*, isso

mostra que a distinção de número é relevante. Um ponto de partida para uma explicação plausível é o raciocínio neo-griceano de Spector de que:¹⁶

*[a] speaker might prefer a given sentence A over another one B that is equivalent to A, because she is aware that B leads to pragmatic inferences that she is not ready to endorse. [Inversely,] the hearer can actually reflect on the speaker's choice of A over B, and conclude that the speaker does not believe the implicatures of B to be true.*¹⁷ (SPECTOR, 2007, p. 246)

Com base nessa afirmação, nossa hipótese para o Kaiowá é a de que a escolha do falante pela forma marcada por *-kuera* em detrimento de uma não marcada e vice-versa deve estar calcada no fato de ele não querer se comprometer com informação que não está preparado para endossar. Nossa hipótese, no entanto, ainda precisa ser verificada e, posteriormente, formalizada, o que deve constituir agenda para trabalhos futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu de uma análise preliminar da expressão de número e da (in)definitude no Kaiowá, uma língua indígena brasileira de nominais nus. Mais precisamente, buscamos demonstrar a inadequação de uma generalização sobre o pluralizador/coletivizador opcional *-kuera* segundo a qual a sua ocorrência seria bloqueada em contextos não definidos. Ao todo, contabilizamos dois enigmas semântico-pragmáticos que, por ora, deixaremos sem solução: (i) se *-kuera* deve ser analisado como um morfema de *plural* ou um morfema *coletivizador* e (ii) em que contextos sua presença é acionada, já que se trata de um morfema opcional — sendo que o rótulo “opcional” parece ser o único ponto pacífico a seu respeito na literatura. Para o segundo enigma, apresentamos uma hipótese preliminar, baseada na noção de implicatura, que ainda necessita de aprofundamento e formalização.

16 H. Paul Grice (1913-1988), filósofo da linguagem, introdutor das Máximas Conversacionais, posteriormente conhecidas como Máximas de Grice (Quantidade, Qualidade, Relação ou Relevância, Maneira) (cf. GRICE, 1975, p. 45-46).

17 “[Um] falante pode preferir uma dada sentença A a outra sentença B que é equivalente a A, por estar ciente de que B leva a inferências pragmáticas que ele não está preparado para endossar. [Inversamente,] o ouvinte pode na verdade refletir acerca da escolha de A em detrimento de B, por parte do falante, e concluir que o este não acredita que as implicaturas de B sejam verdadeiras” (tradução nossa).

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, V. *Aspectos Morfossintáticos da Língua Kaiowá (Guarani)*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- CARVALHO, R. *Análise Morfológica da Língua Kaiowá: fundamentos para uma gramática e dicionário bilíngue*. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- CHOMSKY, N. Beyond Explanatory Adequacy. In: BELLETTI, A. (ed.). *The cartography of syntactic structures: Structures and beyond 3*. Oxford: Oxford University Press, 2004 [2001]. p. 104-131.
- CYRINO, S.; ESPINAL, M. T. Bare nominals in Brazilian Portuguese: more on the DP/NP analysis. *Natural Language and Linguistic Theory* 33, v. 2, 2015, p. 471-521.
- DAYAL, V. Number marking and (in)definiteness in kind terms. *Linguistics and Philosophy* 27, 2004, p. 393-450.
- DAYAL, V. Identifying (in)definiteness: A questionnaire. In: DAYAL, V. (org.). *The open handbook of (in)definiteness: A hitchhiker's guide to interpreting bare arguments*. Em preparação.
- DIETRICH, W. *La función del sufijo Guaraní -kue/-(n)gue*. 2011. Disponível em: www.researchgate.net/publication/309761428. Acesso em: 15 jun. 2019.
- DORON, E.; MÜLLER, A. The cognitive basis of mass-count distinction: evidence from bare nouns. In: CABREDO HOFHERR, P.; ZRIBI-HERTZ, A. (ed.). *Syntax & Semantics, crosslinguistic studies on noun phrase structure and reference*. Brill Online, 2014, p. 73-101.
- DRYER, M. S. Indefinite articles. In: DRYER, M. S.; HASPELMATH, M. (ed.). *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <http://wals.info/chapter/38>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- FERREIRA, M. B. Bare nominals in Brazilian Portuguese. In: CABREDO HOFHERR, P.; DOETJES, J. (ed.). *Oxford Handbook of Grammatical Number*. No prelo.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (ed.). *Syntax and Semantics 3: speech acts*. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.
- LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MAGALHÃES, M. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- MAGALHÃES, M.; SILVA, L. (ed.). Dossiê "Partículas". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 3, set./dez., 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria Estadual de Educação (SED/MS). *Ñe'e Poty Kuemi: mbo'éhára kuera Kaiowá ha Guarani – Projeto Ára Verá* ('espaço-tempo iluminado'). Campo Grande: Agiosul, 2002.

MEJIA, B. F. *Verbos em Kaiowá: uma descrição morfológica*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017.

MÜLLER, A. Nomes nus e o parâmetro nominal no português brasileiro. *Revista Letras* 58, 2002, p. 325-333.

MÜLLER, A.; OLIVEIRA, F. Bare nominals and number in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 3, n. 1, 2004, p. 9-36.

MÜLLER, A.; STORTO, L.; COUTINHO-SILVA, T. Número e a distinção contável-massivo em Karitiana. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, 2006, p. 185-213.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; ROTHSTEIN, S. Bare singular noun phrases are mass in Brazilian Portuguese. *Lingua* 121, 2011, p. 2153-2175.

PRAÇA, W. N. *Morfossintaxe da língua Tapirapé*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RAMIRES, D. *Sintagmas nominais no Kaiowá: expressão de número e (in)definitude*. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

RODRIGUES, A. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1985.

SPECTOR, B. Aspects of the pragmatics of plural morphology: on higher-order implicatures. In: SAUERLAND, U.; STATEVA, P. (ed.). *Presupposition and Implicature in Compositional Semantics*, UK: Palgrave Macmillan, 2007. p. 243-281.

VIEGAS, L. *Nomes e predicados nominais em Kaiowá*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017.

VON FINTEL, K.; MATTHEWSON, L. Universals in semantics. *The Linguistic Review* 25, 2008, p. 139-201.

Squib recebido em 30 de setembro de 2019.

Squib aceito em 23 de abril de 2020.



REDOBRO DA NEGAÇÃO PÓS-VERBAL E DESLOCAMENTO À DIREITA

RERISSON CAVALCANTE*

RESUMO

Esse *squib* trata de casos de aparente redobro do marcador negativo pós-verbal *não*, documentado em dados do Atlas Linguístico do Brasil. O fenômeno traz problemas para a descrição das negativas do português brasileiro (PB), pois sugere a existência de mais dois padrões de negação sentencial, [neg-V-neg-X-neg] e [V-neg-X-neg], em que X corresponde a um complemento verbal do tipo DP, PP ou InfP, em adição aos já amplamente conhecidos [neg-VP], [neg-VP-neg] e [VP-neg]. A posição do constituinte entre os dois marcadores pós-verbais pode ser vista como resultando de deslocamento à direita do sintagma complemento, mas essa análise ainda não dá conta do fenômeno de redobro do marcador negativo. O trabalho mostra, porém, que os dados podem ser derivados corretamente se for adotada uma análise para o deslocamento à direita que não considere que esse fenômeno é gerado por movimento do XP “deslocado” dentro da própria sentença, mas como resultado de uma estrutura de justaposição e elipse sentencial (cf. TANAKA, 2001; OTT; VRIESS, 2016). O redobro aparente da negação pode ser visto como argumento adicional para análises que derivam o deslocamento à direita por justaposição e elipse sentencial ao invés de por movimento de constituinte para a direita, por movimento de remanescente ou mesmo por geração direta na base.

Palavras-chave: negação pós-verbal, deslocamento à direita, redobro da negação

ABSTRACT

This squib deals with cases of apparent doubling of the post-verbal negative marker *não* in Brazilian Portuguese (BP), documented in data from the Linguistic Atlas of Brazil. The phenomenon brings problems for the description of BP negative sentences, as it suggests the existence of two more sentential negative patterns in BP, i.e. [neg-V-neg-X-neg] and [V-neg-X-neg] (where “X” corresponds to a verbal complement of the type DP, PP or even InfP), in addition to the already widely known patterns [neg-VP], [neg-VP-neg], and [VP-neg]. The position of the constituent between the two post-verbal markers can be seen as resulting from right dislocation of the complement phrase, but this analysis still does not account for the phenomenon of doubling the negative marker. The squib shows, however, that the data under discussion can be derived correctly if we see right dislocation as generated not by moving the so called “dislocated” XP within the sentence, but as a result of a juxtaposition structure and sentential ellipse (cf. TANAKA, 2001; OTT; VRIESS, 2016). The apparent doubling of the negation in BP can be seen as an additional argument for analyses that derive right dislocation by sentential juxtaposition and ellipse instead of by rightward movement, by remnant movement or even by base-generation.

Keywords: post-verbal negation, right dislocation, negation doubling

* Universidade Federal da Bahia, UFBA. Professor Adjunto, e-mail: rerissoncavalcante@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do redobro do marcador negativo pós-verbal no português brasileiro (PB) (cf. (1)) e dos problemas que esse fenômeno traz para a descrição da negação sentencial nesta língua. As sentenças (1a) e (1c) são documentadas em *corpus* do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Já (1b) e (1d) são sentenças criadas pelo próprio autor para julgamento de aceitabilidade. O ponto principal do trabalho será que tais estruturas podem ser adequadamente descritas em termos de deslocamento à direita se assumirmos que deslocamento é um fenômeno bioracional (TANAKA, 2001; OTT; VRIESS, 2016 e outros), não resultando de geração na base nem de movimento do complemento para a periferia esquerda ou direita da sentença.

- (1) a. *Num* tô sabendo **não** responder essa **não**. (*corpus* do ALiB)
 b. Eu *num* sei **não** essa resposta **não**.
 c. Tô lembrado **não** disso aí **não**. (*corpus* do ALiB)
 d. Conversei **não** com ele **não**.

A literatura sobre o PB reconhece a existência de três padrões de negação sentencial em função da ocorrência do marcador negativo em posição anterior e/ou posterior ao VP: a negação exclusivamente pré-verbal, como em (2a); a negação dupla, como em (2b); e a negação final, como em (2c).¹

- (2) a. Eu **não/num** comprei aquele livro. [neg VP]
 b. Eu **não/num** comprei aquele livro não. [neg VP neg]
 c. Comprei aquele livro **não/*num**. [VP neg]

Os dados em (2) mostram que o *não* pré-verbal pode sofrer enfraquecimento fonético para *num*, o que não ocorre com o marcador pós-verbal. Além disso, o marcador pós-verbal não ocorre imediatamente após o verbo (como é o caso de línguas como inglês e francês), mas sim após todo o sintagma verbal. Os dados em (3) mostram que adjuntos e até mesmo complementos sentenciais aparecem à esquerda desse marcador negativo.

- (3) a. Ele **não** trabalhou [_{pp} *no final de semana*] **não**.
 b. Ele **não** me disse [_{cp} *que ia viajar nesse final de semana*] **não**.

Os exemplos apresentados em (1) trazem problemas para a descrição das negativas do PB. Em (1a), temos três marcadores negativos na oração, um pré-verbal, outro imediatamente pós-verbal e um terceiro pós-VP (ou pós-sentencial), o que equivale a um padrão [neg-V-neg-X-neg]. Apenas o primeiro marcador pode ser reduzido para *num*. Em (1b), temos a ausência do marcador pré-verbal, como em (2c), mas a ocorrência de um

¹ Doravante, “negação pós-verbal” irá se referir a qualquer sentença com um marcador negativo em posição pós-VP, seja a negação dupla ou a negação final; “marcador negativo pós-verbal” se referirá tanto ao que ocorre na negação dupla quanto ao que ocorre na negação final; e “negação redobrada” se referirá aos padrões em (1).

marcador imediatamente pós-verbal e de outro pós-VP, o que equivale a uma estrutura [V-**neg**-X-**neg**]. Em certo sentido, esses padrões podem ser considerados versões de [neg VP neg] em (2b) e [VP neg] (2c) com o acréscimo do redobro negativo no meio da sentença.

Os padrões de negação sentencial tripla ou de negação dupla com ambos os marcadores sendo pós-verbais podem ser atestados em algumas línguas, mas são bem raros translinguisticamente, especialmente o padrão triplo. E, mais do que isso, não haviam sido atestados em português até o presente momento.

Na língua bantu changana, por exemplo, uma sentença pode ter três marcadores negativos, como em (4) abaixo, mas ainda assim isso não corresponde ao padrão presente em (1a-b), pois todos os três marcadores aparecem posição pré-verbal: o morfema *a*, dito *pré-inicial*, antecede o morfema de concordância de sujeito; o morfema *nga*, dito pós-inicial, se segue a essa marca; e o morfema *i*, fundido ao marcador de futuro.

- (4) Changana
a-hí-nga-tí-nghéná
 NEG-1PL- neg -fut. NEG-enter
 'We will not enter'

(DEVOS; AUWERA, 2013, p. 209)

Um caso mais próximo ao de (1a-b) é o da língua bantu salampasu, que tem um marcador inicial *ka*, um imediatamente pós-verbal *ku* e um final *ba*. Linearmente, o padrão é bastante parecido, com a exceção de que no PB os três itens negativos são morfologicamente idênticos e que o marcador imediatamente pós-verbal do salampasu parece se comportar como um sufixo verbal, o que não ocorre no PB.

- (5) Salampasu
káá-dédélo-kú mutóndú **ba**
 NEG1.1-cut.PRF- NEG 3.tree NEG
 'He hasn't cut a tree'

(DEVOS; AUWERA, 2013, p. 210)

Ainda quanto a esse comportamento autônomo em relação ao verbo por parte do *não* medial em estruturas de redobro negativo, os dados de (1a,c) mostram que, quando há um auxiliar e um verbo principal na sentença, o primeiro *não* pós-verbal não segue o auxiliar flexionado (alojado no núcleo de IP/TP), mas sim o verbo principal, que está em uma posição sintática mais baixa. Isso sugere que esse *não* imediatamente pós-verbal não pode ser visto como semelhante aos marcadores (imediatamente) pós-verbais conhecidos de línguas europeias como francês e inglês, em que o marcador se coloca entre o verbo flexionado e o principal (cf. (6) e (7)).

(6) John doesn't like her.

(7) Il ne peut pas venir ce soir.
 ele NEG pode NEG vir esta noite

Por conta disso, na descrição linear dos dados em (1) como [neg-V-neg-X-neg] e [V-neg-X-neg], o "V" deve ser entendido como o último elemento verbal da oração, não como o núcleo verbal flexionado, e o "X" deve ser entendido como equivalendo a todo o restante VP após o movimento do verbo para TP ou PartP). Ou seja, o primeiro *não* pós-verbal segue o complexo verbal enquanto o segundo *não* pós-verbal segue todo o restante do VP.

Outro ponto importante é que Devos e Auwera (2013) levantam a hipótese de que padrões de negação tripla são estruturas que surgem por ênfase ou reforço da (dupla) negação em um sentido próximo ao do *ciclo de Jespersen*. Ou seja, quando a estrutura de dupla negação já perdeu o *status* de reforço negativo e já se consolidou como uma estrutura obrigatória e neutra na língua (mas não evoluiu para uma negação única exclusivamente pós-verbal), a sentença negativa pode sofrer um reforço por outro elemento pós-verbal enfático. E esse elemento, posteriormente, adquiriria um sentido negativo, gerando, assim, na língua, um padrão de dupla negação obrigatória e de negação tripla opcional.

Essa hipótese dificilmente pode ser aplicada aos dados do PB. Em primeiro lugar, nem [neg VP neg] nem [VP neg] se tornaram estruturas obrigatórias e/ou neutras no PB. São muito menos produtivas e muito menos frequentes do que a negação pré-VP mesmo nos dialetos em que elas são tidas como mais frequentes (cf. CAVALCANTE, 2007, 2019). Da mesma forma, elas podem não ser enfáticas, mas continuam sendo pragmaticamente marcadas. Em segundo lugar, as sentenças com redobro negativo em (1) não parecem ter função enfática, embora possam ter outros efeitos discursivos e pragmáticos.

Diante desses fatos, os exemplos apresentados em (1) trazem os seguintes problemas para a descrição das negativas do PB:

- (i) Como é possível haver dois marcadores negativos em posição pós-verbal no PB?
- (ii) Deveríamos considerar que o PB tem dois padrões negativos a mais do que os já conhecidos, um [neg-V-neg-VP-neg] e outro [V-neg-VP-neg], totalizando cinco padrões de negação sentencial?
- (iii) Como as negativas em (1) podem ser derivadas sintaticamente? Qual é a posição estrutural dos dois marcadores negativos pós-verbais em (1)?

Na seção 2, veremos que o PB permite limitadamente que alguns itens do VP ocorram à direita do marcador negativo pós-verbal, mas sempre com efeitos significativos no escopo da negação e na interpretação da sentença, fato que não é suficiente para explicar os dados em (1). Na seção 3, veremos que os complementos verbais à direita da negação pós-verbal

podem ser explicados como resultado de deslocamento à direita do constituinte, mas que isso ainda deixa de explicar o motivo do redobro do marcador negativo, gerando mais dúvidas sobre o mecanismo sintático tanto do redobro do marcador quanto do processo sintático de deslocamento à direita. Na seção 4, veremos que os padrões em (1) são mais facilmente explicados se o fenômeno de deslocamento à direita não for visto como um fenômeno de movimento do constituinte (para a periferia direita da sentença) nem como um fenômeno gerado na base, mas como resultado de um processo de elipse sentencial.

2 ADJUNTOS À ESQUERDA E À DIREITA DO NÃO PÓS-VP

Os dados em (2) e (3) mostravam que o marcador negativo pós-verbal de [neg VP neg] e [VP neg] segue todo o sintagma verbal, incluindo seus adjuntos. Entretanto, Cavalcante (2012, cap. 4; 2016a) mostra que alguns tipos de adjuntos adverbiais permitem a alternância entre a posição anterior e posterior à negação pós-VP, como nos dados em (8) e (9). É o caso de adjuntos de causa e de finalidade (e, mais limitadamente, de tempo).

- (8) a. Maria não foi promovida *por ser negra* **não**.
= 'Maria foi promovida, mas o motivo não foi ela ser negra'
- b. Maria não foi promovida **não**, *por ser negra*.
= 'Maria não foi promovida, e o motivo disso foi por ela ser negra'
- (9) a. Ele não foi pra casa *pra estudar pra prova* **não**.
= 'Ele foi pra casa, mas o motivo não foi para estudar para a prova'
- Ele não foi pra casa **não** *pra estudar pra prova*.
= 'Ele não foi pra casa, e o motivo disso foi pra estudar para a prova'

Em ambos os pares, há diferenças entonacionais e semânticas entre as duas versões. Quando o adjunto antecede a negação pós-verbal, há apenas uma curva entonacional, abrangendo predicado e adjunto, e o adjunto cai sob o escopo da negação. Quando o adjunto segue a negação pós-verbal, há duas curvas entonacionais, com uma breve pausa antes do adjunto, e este não cai sob o escopo da negação. O marcador negativo funciona como um tipo de *delimitador do escopo* (cf. OUHALLA, 1997; HAGEMEIJER, 2007).²

Um ponto importante é que a diferença de escopo entre as duas estruturas não permite explicar os dados em (8b) e (9b) apenas como resultado de um movimento dos adjuntos para a direita do marcador pós-verbal. Gerá-los diretamente em adjunção à direita também não explica tais diferenças, uma vez que ainda assim deveriam estar sob o escopo do marcador negativo pré-verbal.

² O mesmo tipo de alternância também ocorre em outras línguas com [neg VP neg] obrigatório ou opcional, como no são-tomense (cf. HAGEMEIJER, 2007; CAVALCANTE, 2016a), mas discutir tais dados foge ao escopo do presente trabalho.

Por outro lado, uma vez que diversos autores consideram que o marcador negativo pós-VP é gerado em uma posição hierárquica mais alta do que o TP/CP (e do que o *não* pré-verbal), com posterior movimento de toda a sentença para uma posição de especificador (cf. CAVALCANTE, 2007, 2012; TEIXEIRA DE SOUZA, 2012; FONSECA, 2004; HANSEN, 2010, mas também HAGEMEIJER, 2007, para o são-tomense), Cavalcante (2012, 2016a) considera que a posição final dos adjuntos em (8b) e (9b) é gerada por o movimento da sentença, deixando o adjunto para trás, o que faz com que o adjunto não caia sobre o escopo da negação, por tais adjuntos estarem apenas concatenados (e não-rotulados), ao invés de “mergidos” (concatenados e rotulados) ao VP no sentido de Hornstein e Nunes (2008). A ausência de rotulação é o fato básico, que impede o movimento do adjunto e, conseqüentemente, o escopo negativo.

O que essas questões têm a ver com o fenômeno de redobro da negação pós-VP em discussão neste trabalho? Os dados em (8) e (9) mostram que é possível haver elementos do VP (aparentemente) “deslocados” para posições posteriores ao *não* pós-verbal, de modo semelhante ao que ocorre com os sintagmas que aparecem após o primeiro *não* pós-verbal nas frases em (1). No entanto, esse mecanismo está disponível apenas com adjuntos e tem efeitos semânticos claros. Já os dados em (1) envolvem complementos verbais ao invés de adjuntos e não têm o mesmo tipo de efeito delimitador do escopo da negação. Mais do que isso, se a análise de Cavalcante (2012, 2016a) estiver correta, o mecanismo que gera (8b) e (9b) está disponível apenas para adjuntos, pois apenas eles poderiam ser concatenados sem rotulação, resultando em menor integração à estrutura sintática — complementos são obrigatoriamente rotulados e totalmente integrados à estrutura (cf. HORNSTEIN; NUNES, 2008).

Por outro lado, ainda que o mesmo tipo de processo pudesse ser aplicado a complementos, isso geraria a ordem [neg-V-neg-**X**], como nos exemplos abaixo em (10), em que o “X” corresponde ao complemento verbal (DP, PP ou InfP) e em que não há redobro do marcador negativo pós-verbal. Ainda seria necessário explicar o que gera a presença desse segundo marcador negativo pós-verbal, que é o ponto crucial da discussão. A aceitabilidade e o *status* de sentenças como (10) será discutida na próxima seção.

- (10) a. Num tô sabendo **não** responder essa.
 b. Eu num sei **não** essa resposta.
 c. Tô lembrado **não** disso aí.
 d. Conversei **não** com ele.

3 NEGAÇÃO PÓS-VERBAL E DESLOCAMENTO À DIREITA

Até onde vai o meu conhecimento, o único trabalho que cita de modo mais explícito a possibilidade da estrutura negativa com o complemento verbal após o marcador negativo é Marcelino (2018). A autora explicitamente considera (11a) e (11b) como duas estruturas distintas, a primeira com “negação final” e a segunda com “negação pós-verbal” (para usar os termos da autora). A mesma distinção é feita para os dados em (12a) e (12b), que diferem de (11) apenas pela ausência do marcador pré-verbal.

- (11) a. O Pedro **não** fez *a prova* **não**.
 b. O Pedro **não** fez **não** *a prova*.

(MARCELINO, 2018, p. 30, itálicos e negritos meus)

- (12) a. O Pedro fez *a prova* **não**.³
 b. O Pedro fez **não** (*a prova*).⁴

(MARCELINO, 2018, p. 30, itálicos e negritos meus)

Infelizmente, o trabalho de Marcelino (2018) tem como foco expressões idiomáticas como *é ruim que* e *nem a pau* (usadas com a função de reforço negativo) e, portanto, a autora não apresenta uma proposta de derivação sintática que explicita o mecanismo que geraria as diferenças de ordem em (11) e (12).

Considero que, nos dados de (11) e (12), o marcador pós-verbal se encontra sempre na mesma posição sintática, apesar da posição do complemento. (11b) e (12b) são casos de sentenças com objetos diretos nulos, retomados posteriormente por um DP deslocado à direita, de modo semelhante ao que ocorre em dados como (13) do inglês e como (14) do PB, em que o DP pós-sentencial é correferente a um DP antecedente na sentença.

- (13) a. *He* left earlier today, *John*.
 b. John kissed *her* in the party, *Mary*.
- (14) a. (*Ele*) não vai sair agora não, *o ônibus*.
 b. Eu comprei (*isso*) por 10 reais, *esse livro*.

3 No meu próprio dialeto, as sentenças em (12) me parecem marginais, mas não por causa da posição do marcador negativo e sim pela realização fonética do sujeito pré-verbal. Sentenças com apenas a negação pós-verbal, sem o marcador pré-verbal, têm uma tendência à realização nula do sujeito (cf. RONCARATI, 1996; CAVALCANTE, 2007).

4 Na página 30 de seu trabalho, Marcelino marca essa sentença como marginal, mas na página 24 a autora marca exatamente o mesmo dado como aceitável. Considero que essa diferença por parte da mesma autora resulta de propriedades prosódicas específicas que essa sentença precisa para ser aceitável.

Segundo essa visão, sentenças com (11b) e (12b) possuem um complemento nulo⁵ em posição anterior ao marcador negativo pós-verbal, que é retomado pelo DP deslocado à direita, como mostrado em (15), em que *ec* (*empty category*) marca a posição da categoria vazia em posição de complemento. O complemento lexicalizado, então, encontra-se em um tipo de posição pós-sentencial ou extra-VP. Dados como esse também foram documentados no *corpus* do Projeto ALiB, como em (16).

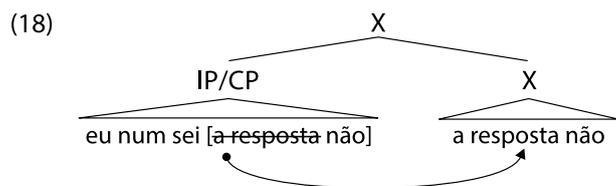
- (15) a. Pedro **não** fez *ec não*, a prova.
 b. (Pedro) fez *ec não*, a prova.

- (16) a. Tô lembrado **não** *disso aí*. (*corpus* do ALiB)
 b. Num sei **não** *o que é*. (*corpus* do ALiB)

Por um lado, os dados em (1) parecem também envolver algum tipo de deslocamento à direita do complemento verbal (DP, PP ou InfP), o que é reforçado pela existência de uma pequena pausa logo após o primeiro marcador pós-verbal. Entretanto, essa análise não explica inteiramente os dados de (1), por causa do redobro do marcador negativo pós-verbal. Ainda que se possa assumir a existência de complementos nulos, como em (17), o redobro do marcador negativo não é algo previsível a partir do deslocamento do complemento, especialmente se a operação de deslocamento for entendida como efetivamente um movimento ou topicalização de constituinte para uma posição na margem direita da sentença.

- (17) a. Num tô sabendo *ec não*, responder *essa não*.
 b. Eu num sei *ec não*, *essa resposta não*.
 c. Tô lembrado *ec não*, *disso aí não*.
 d. Conversei *ec não*, *com ele não*.

A princípio, seria possível explorar alguma opção em que complemento e marcador negativo são movidos (para a direita) (cf. KO, 2016) por uma operação de cópia (ou em posição de adjunção ou numa posição de especificador para a direita), com posterior apagamento apenas da cópia do DP na posição original de complemento do VP, sem apagamento de nenhuma das cópias da negação, como na representação simplificada em (18). Mas essa análise enfrenta alguns problemas cruciais.



5 Ou pronominal ou vestígio/cópia apagada após movimento, a depender da análise adotada para o deslocamento à direita.

O primeiro problema para a derivação em (18) é que o complemento verbal e o marcador negativo não formam um constituinte sintático, portanto não poderiam ser alvo de uma operação única de movimento. Segundo, não há motivação clara para considerar que haveria dois movimentos independentes, um do complemento e outro do marcador negativo, para a posição final da sentença. Mais especificamente, não há motivação clara para o movimento da negação para uma posição extrassentencial da margem direita, especialmente se considerarmos que a maioria dos autores considera que *não* pós-verbal/VP é um núcleo (cf. VITRAL, 1999; FONSECA, 2004; CAVALCANTE, 2007, 2012; TEIXEIRA DE SOUSA, 2012 e outros).

Terceiro, mesmo sem tais problemas, ainda seria necessário explicar o motivo para o não-apagamento de uma das cópias do marcador negativo. A literatura sobre realização de múltiplas cópias assume que isso ocorre quando há algum tipo de processo morfológico de fusão ou incorporação envolvendo uma das cópias, que a torna invisível para o mecanismo de PF responsável pela linearização, ou seja, que faz com que uma das cópias não seja percebida como cópia pelo sistema, por ter sofrido um processo morfológico (cf. NUNES, 2004). Nada semelhante parece ocorrer nos dados de redobro da negação em discussão.

Uma análise de deslocamento à direita que assuma o *Axioma de Correspondência Linear* de Kayne (1994) e tente derivar tais dados a partir de movimentos sintáticos para a esquerda ao invés de para a direita, via *remnant movement* — como a de Samek-Lodovici (2006), que move o XP complemento para TopP e todo o restante do IP para uma posição acima de TopP — também não consegue explicar a origem do marcador negativo adicional. A análise que o próprio Kayne (1994, p. 81) oferece para o deslocamento à direita em línguas românicas (mas não no inglês), segundo a qual o complemento “à direita”, na verdade, nem sequer é movido, mas se encontra *in situ* na posição de complemento do VP, também não consegue explicar a presença de dois marcadores negativos pós-verbais.

Já uma análise que considere que o XP deslocado é gerado na base diretamente numa posição periférica (em adjunção à direita do VP/IP/CP), também não consegue dar conta do redobro do marcador negativo pós-verbal, além dos problemas óbvios com o Critério Temático. Como dar conta, então, do fato de que o complemento deslocado à direita ocorre ensanduichado por dois marcadores negativos pós-verbais?

Na próxima seção, aponto que o redobro da negação pós-verbal pode ser mais facilmente explicado se assumirmos que o deslocamento à direita não envolve movimento sintático dentro da própria oração nem geração na base, mas sim uma estrutura bioracional. Mais do que isso, considero que os dados do PB em (1) são um argumento adicional para esse tipo de análise do fenômeno de deslocamento à direita.

4 NEGAÇÃO FINAL, DESLOCAMENTO À DIREITA E REDOBRO DA NEGAÇÃO

Os problemas com relação ao redobro da negação pós-verbal podem ser solucionados se adotarmos uma análise para o deslocamento à direita que não assuma que o item dito deslocado é efetivamente movido na sentença. Tanaka (2001) adota uma análise para o deslocamento à direita em japonês como envolvendo, não uma estrutura monooracional, mas sim duas sentenças distintas, justapostas (cf. também OTT; VRIESS, 2016). Na primeira sentença, ocorre ou um elemento pronominal lexicalizado ou um pronome nulo. Na segunda, ocorre a topicalização (*scrambling*, segundo o autor) do constituinte deslocado, com posterior apagamento do restante da sentença em função da identidade com o material da sentença anterior, como mostra o passo a passo na representação em (19) de Tanaka (2001).

(19) Justaposição/coordenação de sentenças

a. John-ga pro yonda yo. John-ga LGB-o yonda yo.

J-NOM ec leu J-NOM LGB-ACC leu

(Literalmente: 'João leu. João leu LGB'; tradução ao português minha)

Scrambling/Topicalização

b. John-ga pro yonda yo, **LGB-o**_i [John-ga **t_i** yonda yo].

Elipse na segunda sentença

c. John-ga pro yonda yo, **LGB-o**_i [John-ga **t_i** yonda yo].

(Literalmente: "João leu. O livro."; tradução ao português minha)

Ott e Vriess (2016) também adotam para casos de deslocamento à direita no alemão uma análise envolvendo a justaposição de sentenças, com topicalização e elipse na segunda sentença, de modo semelhante a Tanaka (2001). Não nos interessa, neste *squib*, discutir as detalhes e diferenças entre as análises dos dois trabalhos. O importante é que ela explica alguns fatos básicos sobre o deslocamento à direita, como o requisito de que o material "deslocado" seja informação velha⁶ ou inferível pelo contexto, apesar da forte tendência em termos de estrutura informacional de que a informação velha venha no início da oração e a informação nova, no fim da oração; e os efeitos de conectividade que o deslocamento à direita mostra em línguas com morfologia de caso.

Para os propósitos do presente *squib*, o redobro da negação pós-verbal com deslocamento à direita do complemento pode ser derivado por uma análise nesses termos. Em uma sentença como (1b), repetida aqui em (20a), teríamos duas sentenças justapostas parcialmente idênticas. Na primeira, há uma negativa do tipo [neg VP neg] e um objeto direto nulo (bastante produtivo no PB). Na segunda, há uma negativa (que

⁶ Tecnicamente, uma *especificação de uma informação velha*, o que faz com que o constituinte deslocado seja comunicativamente familiar, mas que tenha informação nova o suficiente para sobreviver à elipse.

pode ser [neg VP neg] ou [neg VP]) e um complemento lexicalizado, que sofre topicalização, como em (20b). Em seguida, há elipse do material restante da segunda oração, com a sobrevivência apenas do marcador negativo, como em (20c) (fenômeno bastante comum nas línguas). Por essa análise, o marcador negativo pós-verbal redobrado não é, de fato, um segundo marcador pós-verbal na mesma sentença, mas um elemento de uma sentença autônoma, que sobreviveu a uma elipse.⁷

- (20) a. Eu não sei *ec* **não**. **Eu não sei a resposta (não)**.⁸
 b. Eu não sei *ec* **não**. [A resposta]_i, eu **não** sei [a resposta]_i (não).
 c. Eu não sei *ec* **não**. [A resposta]_i, eu **não** sei [a resposta]_i (não).
 d. Eu não sei *ec* **não**. A resposta, eu **não** sei *ec* (não).

Essa análise fornece uma derivação mais natural para as sentenças em discussão.

⁷ Um parecerista anônimo aponta que é preciso explicar o motivo de a negação sobreviver à elipse oracional, já que poderia ser apagada sob identidade com a sentença anterior. De fato, os casos típicos de elipse sentencial com sobrevivência do marcador negativo envolvem um contraste entre uma sentença afirmativa e uma negativa, como em (i).

(i) João trabalhou no domingo, mas Maria não.

Nos casos de elipse oracional em que ambas as sentenças são negativas, a segunda oração possui um elemento negativo de um tipo distinto, em posição acima do sujeito/tópico, como em (ii).

(ii) João não trabalhou no domingo, **nem** Maria.

O parecerista também aponta (se referindo à discussão nos parágrafos que se seguem às representações em (20)) que não há garantia de que o marcador que sobrevive à elipse é o *não* pós-verbal/pré-sentencial ao invés do pré-verbal; ele aponta que a estrutura da elipse é, na verdade, ambígua quanto a qual marcador seria o sobrevivente, uma vez que tais sentenças poderiam envolver elipse ou do IP ou do VP, caso em que o marcador pré-verbal é que seria o sobrevivente.

Em resposta à questão sobre a ambiguidade entre elipse de IP e de VP, é preciso apontar que, quando há um verbo auxiliar, como em (1a) e (1c), este também é apagado na segunda sentença, o que indica que a elipse é de IP e não de VP. Ainda assim, isso não garante que o *não* pré-verbal é apagado junto com o IP, pois é possível analisar o próprio NegP (intrasentencial) como gerado acima de IP/TP (e abaixo de CP), seguindo a linha do trabalho clássico de Laka (1990). Essa é, a propósito, a análise apresentada em Miotto (1992) para dados como (ii): NegP é gerado acima de IP e sobrevive à elipse. Porém, como vimos, isso diz respeito a casos em que as duas sentenças têm polaridades distintas. Permanece a questão sobre o motivo da sobrevivência do marcador negativo quando ambas as sentenças são negativas.

Considero que esse ponto levantado pelo parecerista é, na verdade, um argumento a mais para a hipótese de que o marcador que sobrevive à elipse é o pós-verbal/pré-sentencial, gerado em uma posição alta do sistema CP, como nas representações em (20). Isso responde adequadamente à questão sobre por que o marcador negativo não é apagado no processo de elipse: a resposta é que ele é, sim, de fato apagado em identidade com a sentença prévia, como mostra a representação em (20c). O marcador intrasentencial não tem como sobreviver à elipse por estar em relação de identidade com a sentença anterior. O marcador que realmente sobrevive ao apagamento deve estar em uma posição mais alta na sentença. Notem que este marcador pré-sentencial da segunda sentença não pode ser apagado em identidade com o marcador pré-sentencial da primeira sentença, pois não forma um constituinte com o IP apagado. O seu apagamento exigiria o apagamento de toda a sentença. As representações apresentadas em (20) na primeira versão deste trabalho eram mais simplificadas e não permitiam ao leitor visualizar esse ponto. Agradeço, portanto, aos questionamentos do parecerista anônimo, que propiciaram o esclarecimento desse aspecto da análise. Saliento, porém, que a questão sobre qual é o marcador negativo sobrevivente é uma hipótese secundária e adicional do presente trabalho, que tem como seu ponto principal a questão de o redobro do marcador negativo ser apenas aparente e ser derivado satisfatoriamente por uma análise bioracional para o deslocamento à direita, cuja implementação técnica pode variar.

⁸ Sendo duas sentenças/derivações independentes, as operações sintáticas apresentadas para cada uma delas estão ocorrendo simultaneamente, não em ordem.

Antes de encerrar, uma observação. A representação em (20b-c) sugere que o marcador que sobrevive à elipse é o pré-verbal, que passa a se realizar exclusivamente como *não*, jamais como *num*, pois o enfraquecimento fonético é condicionado pelo apoio da negação no verbo. No entanto, nesse caso, em princípio, qualquer um dos dois marcadores negativos da segunda sentença (o pré-verbal ou o pós-VP) poderia ser o elemento a ser preservado da elipse. Considerando que a maior parte dos trabalhos recentes sobre a negação pós-verbal no PB assume que este *não* pós-VP é gerado em uma posição pré-sentencial acima do TP ou de ao menos alguma das camadas do CP (cf. FONSECA, 2004; CAVALCANTE, 2007, 2012; TEIXEIRA DE SOUZA, 2012; HANSEN, 2010), com posterior movimento de toda a oração para o seu especificador, é possível que o marcador “sobrevivente” seja o dito pós-verbal (na verdade, pré-sentencial), como na representação em (21), em que o marcador pré-verbal está escrito como *num* para explicitar a diferença.

- (21) a. Duas orações/derivações independentes⁹
 Não, [_{CP/TP} eu num sei ec]. Não, [_{CP/TP} eu num sei a resposta].
- b. Topicalização do XP na segunda sentença
 Não, [_{CP/TP} eu num sei ec]. [A resposta]_i **não** [_{CP/TP} eu num sei [a resposta]_i]
- c. Elipse sentencial
 Não, [_{CP/TP} eu num sei ec]. [A resposta]_i **não** [_{CP/TP} eu num sei [a resposta]_i].
- d. Movimento de toda a oração na primeira sentença
 [_{CP/TP} Eu num sei ec]_j **não** [_{CP/TP} eu num sei ec]_j. [A resposta]_i **não** [_{CP/TP} eu num sei [a resposta]_i].

Em ambas as sentenças justapostas, o marcador pós-VP é gerado em uma categoria de polaridade acima do TP/CP, como em (21a). Na primeira sentença, toda a oração é movida para o Spec dessa categoria, caindo sobre o escopo negativo (com concordância negativa) e gerando a ordem familiar [neg VP neg], como em (21d). Já na segunda sentença, não há movimento de toda a oração. Ocorre apenas a topicalização do complemento verbal, como em (21b), e posterior apagamento de todo o IP, como em (21c). Essa é essencialmente a abordagem adotada em Cavalcante (2016b) para os casos de *pseudo-stripping* no PB (e também para fragmentos negativos e tópicos negativos) como em (22) e tem como uma de suas vantagens a possibilidade de explicar mais facilmente a elipse do sujeito sentencial.

- (22) a. João leu D. Quixote, (mas) Hamlet não.
 b. João leu D. Quixote, (mas) Maria não.

⁹ Confira nota anterior.

Por motivo de espaços, remeto o leitor a Cavalcante (2016b) para mais detalhes quanto à análise de qual marcador sobrevive à elipse (cf., porém, a nota 7). Limito-me aqui a apresentar apenas um dos argumentos em favor da ideia de que a negação remanescente à elipse não é o *não/num* pré-verbal, mas sim o marcador pré-sentencial/pós-VP: em línguas em que a partícula assertiva negativa pré-sentencial tem forma morfológica distinta do marcador intrassentencial, como o francês (*no* versus *ne... pas*) e o italiano (*no* versus *non*), o marcador usado em pseudo-stripping é o pré-sentencial e não o intrassentencial, como em (23).

- (23) a. Anna é partite, ma Ben {**no**/*non}. (Italiano)
b. Jean aime le chocolat, mais Marie {**non**/*pas}. (Francês)

Independentemente de qual dos marcadores negativo sobrevive à elipse, o ponto essencial do presente trabalho é que os dados em (1) envolveriam redobro apenas *aparente* da negação pós-verbal. Eles são formados, na verdade, pelo mecanismo de deslocamento à direita do complemento verbal, entendido como um processo de justaposição (ou coordenação assindética) de orações, com topicalização do complemento correferencial e apagamento do restante do material da segunda sentença, com a preservação do marcador negativo. Considero, portanto, que os dados em (1) são um argumento em favor de análise bioracional para o deslocamento à direita ao invés de análises monooracionais com movimento intrassentencial (seja para a direita ou para a esquerda) ou com geração na base.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Rerisson. Ambiguidade, negação e c-comando. *Revista Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 19, n. 2, 2016.

CAVALCANTE, Rerisson. *Negação anafórica no português brasileiro: negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte*. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CAVALCANTE, Rerisson. Negação de constituintes não-oracionais: diferenças paramétricas. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, dez de 2016.

CAVALCANTE, Rerisson. *Negação pós-verbal no português afro-brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia. 2007.

DEVOS, Maud; van der AUWERA, Johan. Jespersen cycles in Bantu: double and triple Negation. *Journal of African Languages and Linguistics*, v. 34, n. 2, 2013, p. 205-274.

FONSECA, Helly D. C. Marcador negativo final no Português Brasileiro. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, v. 46, n. 1, 5-19, 2004.

HAGEMEIJER, Tjerk. *Clause Structure in Santome*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

HANSEN, Quinn McCoy. *Final clause negation in Brazilian Portuguese*. 2010. Dissertação (Mestrado) – University of Florida, 2010.

HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jario. Adjunction, Labeling, and Bare Phrase Structure. *Biolinguistics*, v. 2, n. 1, p. 57–86, 2008.

KAYNE, Richard. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

KO, Heejeong. Gapless right-dislocation: the role of overt correlates. *Language Research*, v. 52, n. 1, 2016, p. 1-30.

LAKA, Itziar. *Negation in syntax: on the nature of functional categories and Projections*. 1990. Tese (Doutorado em Linguística) – MIT, 1990.

MARCELINO, Nara J. M. C. *Sentenças de negação com é ruim e nem a pau no português brasileiro*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MIOTO, Carlos. *Negação sentencial no português brasileiro e a teoria da gramática*. 1992. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, Campinas, 1992.

NUNES, Jairo. *Linearization of chains and sideward movement*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2004.

OTT, Dennis; de VRIES, Mark. Right-dislocation as deletion. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 34, p. 641–690, 2016.

OUHALLA, Jamal. The structure and logical form of negative sentences. *Linguistic Analysis*, v. 27, p. 220-244, 1997.

RONCARATI, Cláudia. A negação no português falado. In: MACEDO, Alzira Tavares de; RONCARATI, Cláudia; MOLLICA, Maria Cecília. (org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 97-112.

SAMEK-LUDOVICI, Vieri. When right dislocation meets the left-periphery: a unified analysis of Italian non-final focus. *Lingua*, v. 116, 2006, p. 836–873.

TANAKA, Hidekazu. Right-Dislocation as scrambling. *Journal of Linguistics*, v. 37, -2001, p. 551-579.

TEIXEIRA DE SOUSA, Lílian. *Doubled items and focus in BP: negation doubling*. Comunicação apresentada no Workshop Interfaces, Universidade de Campinas, 2012.

VITRAL, Lorenzo. A negação: teoria da checagem e mudança lingüística. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 15, n. 1, 1999, s/p.

Squib recebido em 7 de abril de 2020.

Squib aceito em 21 de abril de 2020.



ANÁLISE FORMAL DE NUMERAIS: PERSPECTIVAS PARA UMA ANÁLISE MINIMALISTA

JULIANA VIGNADO NASCIMENTO*

RESUMO

Este *squib* apresenta brevemente uma abordagem de análise da formação de numerais guiada pela composicionalidade dessas expressões e que envolve uma semântica de operações aritméticas estruturada na sintaxe (HURFORD, 1987; ROTHSTEIN, 2017; IONIN; MATUSHANSKY, 2006). Assim, são apresentados numerais do português, inglês, karitiana (VIGNADO, 2019) e yorubá (EIRISI, 2011). Este trabalho defende a importância de uma formalização minimalista para o fenômeno. A proposta consiste em traços de operações aritméticas como adição, subtração, multiplicação e divisão que derivem numerais na sintaxe. Uma abordagem minimalista baseada em traços (CHOMSKY, 1995) permite contemplar operações para além da adição e multiplicação, que são as mais comuns e analisadas na literatura linguística, além de incluir os numerais em debates linguísticos mais recentes.

Palavras-chave: numerais, semântica composicional, sintaxe minimalista, interface, operações aritméticas

ABSTRACT

This *squib* briefly presents an approach to numeral formation analysis guided by the compositionality of these expressions and which involves a semantics of arithmetic operations structured in syntax (HURFORD, 1987; ROTHSTEIN, 2017; IONIN; MATUSHANSKY, 2006). Thus, Portuguese, English, Karitiana (VIGNADO, 2019) and Yoruba (EIRISI, 2011) numerals are presented. This work argues the importance of a minimalist formalization for the phenomenon. The proposal consists in arithmetic features such as addition, subtraction, multiplication and division that derive numerals in syntax. A minimalist approach based on features (CHOMSKY, 1995) allows contemplating operations beyond addition and multiplication, which are the most common and analyzed in linguistic literature, and includes numerals in recent linguistic debates.

Keywords: numerals, compositional semantics, minimalist syntax, interface, arithmetic operations

* Universidade de Campinas, UNICAMP. Doutoranda do programa de pós-graduação em Linguística, *e-mail*: juvign@gmail.com. Este *squib* é resultado de questões levantadas durante o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo, USP, financiada pelo CNPq entre 2017 e 2019.

1 INTRODUÇÃO

Este *squib* vai explorar a estrutura sintática e semântica dos numerais, buscando ressaltar a importância de uma abordagem formal. A presente seção reforça a relevância dos numerais para os estudos linguísticos. A segunda seção apresenta os objetivos. Na terceira seção, são apresentadas as teorias linguísticas consideradas e os dados de numerais que exemplificam essas propostas. Por fim, a quarta seção conta com um esboço de análise e a última seção resume as considerações finais.

Os sistemas numerais das línguas naturais não foram alvos de grandes debates intelectuais e linguísticos no século XX, como apontado por Hurford (1987). Para esse autor, a morfossintaxe e a semântica intrincada dos numerais são em si suficientes para justificar o interesse nesses sistemas. Ele levanta duas principais razões para o não interesse da linguística moderna sobre sistemas numerais durante o período dos 60 ao 80 do século XX. A primeira consiste em considerar que numerais são uma área especial do estudo do significado, já que essas expressões têm um valor cardinal e semântico convencionado nas línguas naturais, e, além disso, a estrutura de numerais não representa suficientemente a estrutura da língua de forma geral. Assim, é um tópico marginal no que concerne a temas centrais em linguística. A segunda é a consideração de que a língua é usada apenas para prover nomes para um pequeno conjunto de números naturais que uma comunidade deseje nomear. Para outros tipos de números, como números negativos, fracionais, irracionais, entre outros, é preciso ir além da língua e criar notações técnicas. Assim, sistemas numerais não revelam a natureza dos números de forma geral.

De fato, os argumentos apresentados não são compatíveis um com o outro, como aponta o autor. O primeiro diz, *grosso modo*, que numerais são objetos linguísticos atípicos, já que as entidades que denotam, i.e., números, são bastante diferentes das entidades envolvidas no resto da língua, como pessoas, objetos, eventos, etc. Evidentemente, numerais envolvem operações aritméticas em sua interpretação, o que não é encontrado em outros subsistemas da linguagem humana. Isso significa dizer que, em certa medida, existe uma relação entre a forma desse subsistema linguístico e o tipo de entidade que ele denota, relação que o segundo argumento nega ao afirmar que numerais não têm relação com a natureza dos números.

Contrariamente aos dois argumentos apresentados acima, objetos alocados na fronteira entre domínios intelectuais diferentes são de grande importância, já que configuram pontes em potencial entre os domínios envolvidos e ajudam a olhar fatos de um domínio a partir da perspectiva de outro domínio. Ainda que não exista de fato uma relação direta entre a natureza ontológica dos números e sua expressão linguística, há um pareamento claro entre numerais e números naturais observado na semântica de operações aritméticas.

Os numerais são, de forma bastante óbvia, bem integrados às línguas a que pertencem, e estão sujeitos a operações sintáticas comuns a outras classes de palavra, como concordância, marcação de caso, marcação de gênero, topicalização e tantas outras. Essas expressões linguísticas, portanto, estão sujeitas a restrições como estão todos os itens que compõem uma língua e por isso são relevantes para a teoria linguística de forma geral.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste *squib* é chamar a atenção ao estudo dos numerais a partir de uma abordagem formal da linguagem, ressaltando a importância dessa abordagem para a compreensão da sintaxe e da semântica dessas expressões. Para isso, serão apresentados dados de línguas não aparentadas e abordagens formais que defendem que numerais são compostos tanto na sintaxe quanto na semântica. Por fim, vai-se sugerir uma breve análise minimalista para o fenômeno com o intuito de dar os primeiros passos em busca de uma formalização econômica e explicativa para o fenômeno.

3 TEORIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

As línguas naturais comumente apresentam um conjunto de numerais básicos, i.e., um conjunto limitado de palavras cardinais a partir das quais os outros numerais são construídos, como no karitiana — *myhint* ('um'), *sypomp* ('dois'), *m̄jymp* ('três'), *otadnamynt* ('quatro') e *yjpyt* ('cinco') — e no português — *um, dois, ... oito, nove, dez*.^{1,2} Para além desses numerais, muitas línguas têm um sistema numérico expandido e também apresentam numerais compostos, como *sypomp yjpy ota ot* ('sete') em karitiana e *vinte e sete* em português.³ Numerais compostos são formados a partir dos numerais básicos e de bases morfológicas numerais regulares via mecanismos linguísticos variados, tais como regras morfossintáticas, coordenação, sufixação, justaposição ou reduplicação. A abordagem considerada defende que tais mecanismos linguísticos expressam operações matemáticas, por exemplo, o número *duzentos e sete* do português contém uma multiplicação via sufixação, em *duzentos* 'dois x cento', e uma adição expressada pela conjunção 'e', em *e sete*.

A interface proposta por Vignado (2019) para a análise de numerais toma como ponto de partida as seguintes teorias: i) estratégia de empacotamento proposta por Hurford (1987, 2006, 2010) para explicar a sintaxe da formação dos numerais nas línguas naturais. Nessa abordagem operações sintáticas expressam operações matemáticas, como multiplicação e adição, e numerais complexos são formados a partir de numerais e bases morfológicas multiplicadoras; ii) teoria semântica para palavras numéricas desenvolvida por Rothstein (2013, 2017), que propõe que numerais compostos são formados a partir de numerais de tipo <n> e de tipo <e, t> e multiplicadores lexicais <n <e, t>.⁴

1 Há registros de línguas que aparentam não conter numerais cardinais, como o Pirahã (ver EVERETT, 2005).

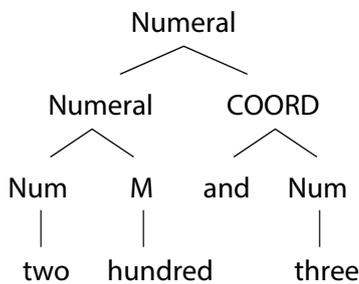
2 O zero não foi considerado um numeral básico aqui, pois há uma discussão em aberto sobre seu status como numeral (ver WELLMAN; MILLER, 1986; HANLON, 1988).

3 Alguns autores se referem a essa categoria como numerais complexos.

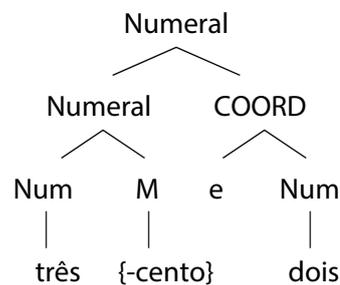
4 Para mais detalhes sobre essa formalização, ver Hurford (1987), Rothstein (2017) e Vignado (2019).

Ionin e Matushansky (2006) e Hurford (1987) observaram que as operações semânticas básicas para a interpretação de numerais compostos são a adição e a multiplicação, embora existam línguas que também utilizam outras operações, como será apresentado a seguir. Abaixo, seguem numerais e suas respectivas estruturas com essas operações em inglês (1), português (2) e karitiana (3).⁵

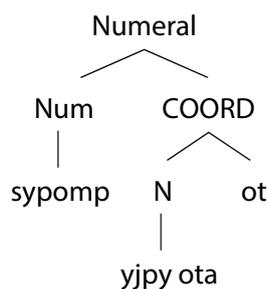
- (1) **inglês**
Two hundred and three
 dois cem e três
 (2x100) + 3



- (2) **português**
 Trezentos e dois
 (3x100) + 2



- (3) **karitiana**
 Sypomp yjpy ota ot
 Sypomp yj-py ota ot
 dois 1PPLI-mão outro pegar
 'sete' (lit.: dois e pegue outra mão)
 2 + 5



(VIGNADO, 2019, p. 90)

O caso do karitiana é um pouco diferente do caso do português e do inglês, línguas que de fato possuem bases multiplicadoras no sentido de Hurford e Rothstein. Para essa língua Tupi, Vignado (2019) propõe a existência de bases auxiliares, que operam como nominais

⁵ Nas estruturas: Num é numeral básico, M é base morfológica multiplicadora, COORD é coordenação, Numeral é o numeral composto e N é nominal. A glosa 1PPLI significa primeira pessoa do plural inclusivo. Essas estruturas são adaptações da proposta de Hurford (1987).

com valor cardinal definido, representadas por partes do corpo e que são somadas aos numerais básicos via a raiz verbal *ot*. Assim *yjpyota* ('outra mão') é uma base auxiliar que vale 5. Isso não é incomum nas línguas naturais. O sistema numeral vigesimal do asteca, uma língua antiga que foi falada no México, por exemplo, utilizava o nome dos numerais pra 5, 10 e 15, *macuilli*, *matlactli* e *caxtulli*, respectivamente, como bases auxiliares na formação dos numerais (MENNINGER, 2011). No karitiana, em vez de nomes de numerais, partes do corpo operam como bases auxiliares. E mesmo que a língua utilize partes do corpo, essas expressões têm um valor cardinal definido e há uma operação de adição na formação dos numerais compostos.

Entretanto, como foi dito anteriormente, nem todas as línguas naturais empregam essas operações na formação dos seus numerais compostos. Assim, propõe-se que, para o melhor entendimento da categoria dos numerais, é preciso considerar que existem línguas que apresentam outras operações, como o caso do yorubá, que utiliza a subtração. Nessa língua existem palavras para as dezenas e, no caso das unidades, de 1-4 são somadas à dezena e de 5-9 são subtraídas da dezena seguinte (ESIRI, 2011), como mostrado em (4).

- (4) eḗ rindílógún èrin-díl-ógún
 dezesseis quatro.de.vinte⁶
 20-4

(ESIRI, 2011, p. 81)

Há ainda línguas que utilizam a operação aritmética de divisão no sentido de que alguns numerais inteiros são expressos via fração de outros numerais. Esse é o caso do galês, por exemplo, que contém o numeral *hanner cant*, que significa literalmente 'meio cem' e, portanto, expressa o número 50. Hurford (1987) atenta ao fato de que estruturas que utilizam essa operação são ainda mais raras do que as que utilizam subtração.

Koşaner (2016), ao analisar os numerais do turco, propõe um conjunto de regras para numerais que ele chama de fracionários, inspirado em Hurford. Para esse autor, as estruturas numerais com essa operação têm uma projeção de fração responsável pela semântica da operação. Essa projeção é análoga à projeção de adição, por exemplo, i.e., é uma projeção sintática que carrega a semântica de uma operação aritmética. Sua abordagem mostra que, além das línguas empregarem diferentes estratégias na formação de numerais, é possível formalizar outras operações.

Hurford (1987) e Rothstein (2017) propõem formalizações que contemplam línguas cujos numerais compostos expressam as operações de adição e multiplicação. Pode-se observar que, de modo geral, a literatura linguística tem proposto regras de formação de numerais para línguas mais bem descritas. Por isso é importante pensar em uma formalização capaz de contemplar outras operações, respeitando as singularidades das línguas naturais sem perder de vista uma perspectiva universal.

⁶ Do original *four from twenty* (ERISI, 2011).

Essa seção buscou apresentar os dados a partir de teorias linguísticas que consideram a sintaxe e a semântica dos numerais. Observou-se que a formação dessas expressões depende de numerais básicos, multiplicadores lexicais e outras operações sintáticas como a coordenação. Um olhar translinguístico sobre as línguas naturais revela que várias operações aritméticas podem ser empregadas via mecanismos linguísticos na formação dos numerais, o que, de certo modo, sugere a relação entre a expressão linguística e o objeto que denota, os números naturais.

4 ESBOÇO DE ANÁLISE

Esta seção conta com considerações preliminares para uma formalização minimalista para numerais. Assim, é apresentada brevemente uma análise de classificação categorial de numerais em línguas germânicas proposta por Booij (2009). A partir da consideração de traços envolvidos na formação dessas palavras, será proposto um esboço de análise do numeral *two hundred* do inglês.

Apesar de serem poderosas ferramentas analítico-descritivas, as regras sintáticas de Hurford foram concebidas no estágio da teoria da Gramática Gerativa conhecido como Gramática Transformacional. Atualmente, a Teoria Gerativa está no estágio do Minimalismo, em que, em vez de regras sintáticas, buscam-se traços gramaticais, sintáticos e semânticos, que, a partir do processo de *Merge*, motivado por um mecanismo de checagem de traços, formam as estruturas sintáticas geradas por uma determinada gramática. Vai-se, a seguir, apresentar brevemente Booij (2009), que propõe traços para os itens envolvidos na formação dos numerais que representam diretrizes iniciais para uma abordagem minimalista para numerais.

Em uma classificação categorial dos numerais de algumas línguas germânicas, Booij (2009) afirma que numerais são expressões linguísticas formadas por um sistema iterativo de regras que permite ao falante formar infinitas expressões numerais. Ele propõe que expressões numerais podem ser classificadas em termos de conterem ou não os traços: numeral [Num], nominal [N] e multiplicação [M]. Os exemplos do holandês em (5) ilustram essa classificação.

- (5)
- | | | |
|----|--|----------------|
| a. | <i>één</i> ('um'), <i>twee</i> ('dois')... | :[+Num] |
| b. | <i>honderd</i> ('cem'), <i>duizend</i> ('mil') | :[+N, +Num,+M] |
| c. | <i>miljoen</i> ('milhão'), <i>miljard</i> ('bilhão') | :[+N, +M] |

(BOOIJ, 2009, p. 9)

De acordo com essa classificação, os exemplos em (5b) e (5c) carregam o traço [N] e por isso podem receber os sufixos que também se aplicam a outros nominais e também são palavras semelhantes a outros nominais. Esses exemplos também contêm o traço [M], que faz com que essas expressões sejam singulares quando acompanhadas de uma expressão numeral [Num]. Já os exemplos em (5c), diferentemente dos exemplos em (5a) e (5b), não podem ocorrer sozinhos sem um numeral, já que não possuem o traço [Num]. Booij desenvolve uma teoria sobre a derivação dos numerais de línguas germânicas do ponto de vista da

morfologia construtivista, corrente da tradição da morfologia distribuída que defende que a morfologia acontece na sintaxe. Esse autor argumenta que numerais projetam sintagmas e, portanto, têm uma estrutura sintática.

Os traços propostos por Booij (2009) sugerem uma direção para uma abordagem minimalista na formação de numerais. É plausível assumir que traços gramaticais como nominal [N], numeral [Num], multiplicador [M], aditivo [ADD] sejam úteis a essa abordagem. Tal abordagem poderia também representar uma forma de explicar a derivação sintática em expressões numerais que envolvem outras operações, como divisão e subtração, de maneira mais uniforme e abrangente. Dessa forma, as diferentes operações aritméticas que ocorrem na formação de sistemas numerais nas línguas naturais seria um resultado dos traços formais que os itens lexicais envolvidos nesse processo contêm. Assim, por exemplo, seria plausível postular também traços de subtração [SUB] e de divisão [DIV] para abranger o fenômeno linguístico dos numerais a partir do maior número possível de línguas.

Mesmo que uma formalização minimalista detalhada para a formação de numerais compostos não seja esteja no escopo deste *squib*, afirma-se a importância de refletir sobre essa abordagem e vai-se sugerir uma breve análise a seguir. Mas, é preciso ressaltar a necessidade de propor um esquema de traços formais e traços não checados para todos os elementos envolvidos na composição de numerais que fosse adequada e suficiente para i) contemplar os aspectos gramatical, semântico e fonológico dessas expressões e ii) explicar a sua derivação.

Chomsky (1995) propõe uma derivação que parte de princípios de economia, usando uma lista numerada e a operação *Merge*. Essa lista consiste em um conjunto de itens lexicais, que engloba também categorias funcionais como Flexão, que apresentam uma numeração que indica a quantidade de vezes que o item será usado na derivação. Os itens utilizados na derivação podem ser retirados da lista ou serem já objetos sintáticos formados por outras aplicações da regra *Merge* e, assim, podem se concatenar com outros itens recursivamente.

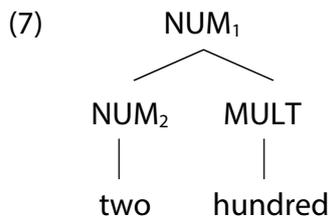
Nesta breve explanação, vai-se sugerir a derivação de *two hundred* partindo do que foi exposto. A derivação começa pela listagem dos itens utilizados, esse conjunto L é apresentado em (6).

(6) L: {{two 1}; {hundred 1}}

Do ponto de vista semântico, o multiplicador *hundred* precisa de um numeral para predicar, isto é, *hundred* é uma expressão insaturada que precisa de um argumento que seja um numeral para se saturar.⁷ A multiplicação seria um traço forte que é checado imediatamente, ou seja, quando um item com o traço [MULT] for inserido na derivação, ele precisa ser concatenar com um item que contenha o traço [NUM]. Assim, o [MULT]

⁷ Para mais detalhes sobre essa proposta, ver Rothstein (2017).

é checado na operação de *merge* e o [NUM] projeta o *label* dessa estrutura, já que o resultado da derivação *two hundred* é um numeral, e não um multiplicador. A estrutura sintática é apresentada em (7).



Essa breve explanação mostra que as operações matemáticas devem ser traços do item lexical que precisam ser checados durante a derivação para garantir a composição do numeral. Essa intuição é corroborada pela interface semântica, já que os multiplicadores são elementos insaturados que precisam de um argumento, e pela fonologia, já que muitas vezes ocorrem alterações fonológicas nessas composições, como o caso de *duzentos* em português.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi observado, são predominantes na literatura línguas que apresentam as operações de adição e multiplicação, sendo que a adição parece ser a operação mais básica das duas. Ainda assim, não é claro se esse fato se justifica pela natureza das operações aritméticas em questão ou se reflete apenas o fato de que há mais descrições e análises de sistemas numerais de línguas indo-europeias faladas em contextos industrializados que empregam tais operações. Então, de modo geral, não se entende muito sobre sistemas numerais, já que apenas uma parcela das línguas naturais teve esse tema explorado em mais detalhes.

Com isso, é necessário o desenvolvimento de análises formalistas sobre línguas subdescritas para enriquecer o conjunto de dados e análises disponíveis na linguística sobre o tema. Numerais envolvem noções matemáticas, isso faz com que esse objeto de estudo seja importante, também, para investigações científicas que consideram linguagem e cognição. Por exemplo, Hurford (1987) defende que apenas a faculdade da linguagem é suficiente para explicar o fenômeno dos numerais, já autores como Dehaene (1997) preferem uma abordagem modular do fenômeno. Esse debate é importante para o campo, ainda que esse não seja o escopo deste *squib*, e reforça a relevância dos numerais.

Por fim, este *squib* buscou defender a relevância dos numerais para a linguística mostrando uma abordagem formal que parte da composicionalidade dessas expressões. Essa abordagem defende que a formação dos numerais compostos acontece na sintaxe e carrega uma semântica que expressa operações aritméticas necessárias para a interpretação dos numerais. Buscou-se também apresentar perspectivas para uma formalização minimalista do fenômeno, apresentando traços dessas operações, e ressaltar que essa é uma abordagem bastante relevante para a descrição de numerais pelo viés da linguística formal.

REFERÊNCIAS

BOOIJ, G. Constructions and Lexical Units: An Analysis of Dutch Numerals. *Linguistische Bericht*, v. 19, p. 1-14, 2009.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. (Current studies in linguistics 28). Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

ESIRI, E. *Numeral System of Yoruba: Focus on the Dialect of Oyo*. B.A. Dissertation. 2011.

EVERETT, D.L. Cultural constraints on grammar and cognition in Pirahã. *Current Anthropology*, v. 46, n. 4, p. 621–646, 2005.

DEHAENE, S. *The number sense: how the mind creates mathematics*. New York: Oxford University Press, 1997

HANLON, C. The emergence of set-relational quantifiers in early childhood. In: KESSEL, F. S. (ed.). *The development of language and language researchers: Essays in honor of Roger Brown*. Hillsdale NJ: Erlbaum, 1988.

HURFORD, J. *Language and number: the emergence of a cognitive system*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

IONIN, T.; MATUSHANSKY, O. The Composition of Complex Cardinals. *Journal of Semantics*, v. 23, n. 4, p. 315–360, 2006.

KOŞANER, Ö. Numerals in Turkish. *Open Journal of Modern Linguistics*, v. 6, p. 131–147, 2016.

MENNINGER, K. *Number Words and Number Symbols*. New edition (5 October 1992). Cambridge, Mass: Dover Publications Inc., 2011.

ROTHSTEIN, S. A Fregean semantics for number words. In: ALONI, M.; FRANKE, M.; ROELOFSEN, F. (ed.). *Proceedings of the 19th Amsterdam Colloquium*, p. 179–86, 2013.

ROTHSTEIN, S. Numericals and How They Work. In: ROTHSTEIN, S. *Semantics for Counting and Measuring: Key Topics in Semantics and Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 9-48.

VIGNADO, J. N. *A interface sintática e semântica na análise dos sistemas numerais do karitiana e do kamayurá*. 2019. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

WELLMAN H. M.; MILLER, K. F. Thinking about nothing: Developmental concepts of zero. *British Journal of Developmental Psychology*, v. 4, p. 31–42, 1986.

Squib recebido em 31 de outubro de 2019.

Squib aceito em 26 de março de 2020.